

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

DE

1869.

PARTES I.

Resumo da Parte I.

Pagos

N. 1585. — Decreto de 9 de Junho de 1869. — Concede ao Dr. Antonio Pereira Pinto, autor dos—Apostamentos para o Direito Internacional ou Collecção Historica dos Tratados do Brasil, — um auxilio pecuniario para as despesas da publicação da mesma obra.....	1
N. 1586. — Decreto de 22 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas a D. Hermelinda dos Guimarães Peixoto, e a outros.....	2
N. 1587. — Lei de 28 de Junho de 1869. — Manda continuar em vigor, durante o 1.º semestre do anno financeiro de 1869—70, a Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, e dá outras providencias.....	3
N. 1588. — Lei de 30 de Junho de 1869. — Fixa as forcas de terra para o anno financeiro de 1869—1870.	5
N. 1589. — Decreto de 30 de Junho de 1869. — Autorisa o Governo a mandar pagar ao Brigadeiro José da Victoria Soares de Andréa e à sua irmã, a quantia de 26:325\$000, valor arbitrado ás terras sitas na Provincia de Pernambuco, nas quaes foi estabelecida a colonia militar de Pimenteiros.....	7

	30 de Junho de 1869. — Fixa a força aval para o anno financeiro de 1869 — 1870....	8
N. 1591	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Concede aos actuaes Officiaes da Armada e aos do extincto Corpo de Artilharia de Marinha, que durante a luta da Independencia servirão, quer como Officiaes, quer como simples praças da Armada, ou do Exercito, uma diaria de mil réis, correspondente á etapa concedida aos Officiaes do Exercito pelo Decreto n.º 1254 de 8 de Julho de 1863.....	10
N. 1592.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas a D. Albina Teixeira de Alcantara, e a outras.....	11
N. 1593.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas a D. Maria Ignez de Andrade Pessoa, e a outras.....	12
N. 1594.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas a D. Marianna da Ressurreição Vieira, e a outras.....	13
N. 1595.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas aos soldados do 2.º corpo de Voluntarios da Patria Antonio José Teixeira de Aragão, e a outros.....	14
N. 1596.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas ao soldados do 14.º batalhão de infantaria Francisco Felipe de Freitas, e a outros.....	15
N. 1597.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 21.º corpo de Voluntarios da Patria Laurindo Francisco Ferreira, e a outros.....	16
N. 1598.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas aos soldados do 1.º regimento de artilharia a cavallo João Baptista de Macena, e a outros.....	17
N. 1599.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas aos soldados do 12.º batalhão de infantaria Antonio de Jesus, e a outros.....	19
N. 1600.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 23.º corpo de voluntarios da patria João Baptista Alonzo, e a outros.....	20
N. 1601.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas aos soldados do 2.º batalhão de infantaria Manoel Felix Gaspar, e a outros.....	21
N. 1602.	Decreto de 30 de Junho de 1869. — Approva as pensões concedidas aos soldados do 10.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Jose Candido da Rocha, e a outros.....	22

N. 1603. -- Decreto de 30 de Junho de 1869. --	
as pensões concedidas ao cabo do	
do 31.º corpo de voluntários da paz	
Marcellino da Costa e a outros.....	24
N. 1604. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Declara	
os direitos de importação, cuja isenção foi con-	
cedida a companhia Industrial Porto-Alegrense	
pelo Decreto n.º 1382 de 12 de Junho de 1867.	25
N. 1605. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
a pensão concedida a D. Pulcheria Pires da	
Motta Gomes.....	26
N. 1606. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas a D. Clara Olinda de	
Andrade Lemos, e a outros.....	27
N. 1607. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas a D. Maria Emilia Pe-	
reira Bello, e a outros.....	28
N. 1608. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas a D. Luiza Candida Au-	
gusta de Aguiar, e a outros.....	29
N. 1609. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas a D. Anna Ludomilla da	
Silva, e a outros.....	30
N. 1610. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas a D. Libania Emilia	
Alves de Azevedo, e a outros.....	31
N. 1611. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas a D. Maria Luiza Soares,	
e a outra.....	32
N. 1612. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas a D. Josepha Sanches	
de Carvalho, e a outro.....	33
N. 1613. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas ao Barão da Passagem,	
e a outro.....	34
N. 1614. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas ao Capitão de Fragata	
Elisario José Barbosa, e a outro.....	35
N. 1615. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas ao Capitão de Fragata	
Arthur Silveira da Motta, e a outros.....	36
N. 1616. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva as	
pensões concedidas aos Imperiaes Marinheiros	
de 1.ª classe, Deodato Luiz Francisco Monteiro,	
e a outros.....	37
N. 1617. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas ao soldado reformado	
Bartholdo Salones, e a outros.....	38
N. 1618. -- Decreto de 10 de Julho de 1869. -- Approva	
as pensões concedidas ao soldado Jeremias An-	
tonio de Lemos, e a outros.....	39

	Págs.
1619. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas ao soldado Luiz Maria Villa-Nova, e a outros	40
N. 1620. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas ao soldado Guilhermino Francisco de Almeida, e a outros.....	42
N. 1621. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas aos soldados do 1.º batalhão de infantaria Raymundo do Rio Preto Francisco das Chagas, e a outros.....	43
N. 1622. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas aos soldados do 15.º corpo de cavallaria da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, Januario Lannes de Oliveira, e outros.....	44
N. 1623. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas ao 1.º cadete 1.º sargento do 37.º corpo de Voluntarios da Patria. Rozendo Garcia Roza, e a outros.....	45
N. 1624. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Approva a pensão concedida ao aspeçada do 2.º batalhão de infantaria Manoel José do Nascimento.....	46
N. 1625. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Eleva a pensão concedida ao 2.º sargento reformado, e Alferes honorario do exercito José Nicolão de Oliveira.....	47
N. 1626. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Eleva a pensão concedida ao aspeçada do 4.º batalhão de infantaria Luiz da França Marinho.....	48
N. 1627. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Eleva a pensão concedida a D. Francisca Bandeira Caldas	49
N. 1628. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Eleva a pensão concedida ao sargento do 8.º corpo de Voluntarios da Patria João Gomes Ribeiro	50
N. 1629. — Decreto de 10 de Julho de 1869. — Autorisa o Governo a conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro a Antonio Ferreira da Silva, e a outros estrangeiros.....	51
N. 1630. — Decreto de 15 de Julho de 1869. — Autorisa o governo para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro a Timotheo da Silva Alves e a outros estrangeiros.....	52
N. 1631. — Decreto de 15 de Julho de 1869. — Autorisa o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a transportar do § 3.º para o § 12 do art. 3.º da Lei n.º 1597 de 26 de Setembro de 1867, a quantia de 40:000\$000 para occorrer no actual exercicio ás despesas com o Corpo Militar de Policia	54

DO PODER LEGISLATIVO.

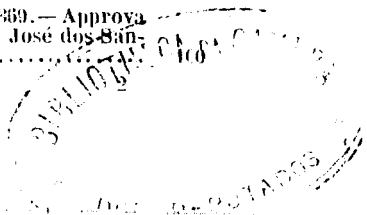
N. 1632. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Autoriza o Governo para conceder carta de naturalização de cidadão brasileiro a Pedro Carlos dos Santos e a outros.....	54
N. 1633. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva a pensão concedida a D. Emilia Philomena Guilhon Serra.....	56
N. 1634. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas ao Capitão Veríssimo da Costa Valle e a D. Adelaida Poela de Rosas.....	57
N. 1635. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva a pensão concedida a D. Carlinda Augusta de Mello Paranapusa.....	58
N. 1636. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva a pensão concedida a D. Constança Elisa de Oliveira Villas-Boas da Cunha.....	59
N. 1637. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas a D. Anna de Jesus Quental e a outros.....	59
N. 1638. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas a José Domingos de Souza Nunes e a outros.....	61
N. 1639. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas a Satyro de Jesus Lacerda e a outros.....	62
N. 1640. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas a Francisco Pereira da Silva e a outros.....	63
N. 1641. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas a Pedro José Antonio e a outros.....	64
N. 1642. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas a Pedro Chá, e a outros.....	65
N. 1643. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Approva as pensões concedidas a Emydio José da Costa Aguiar, e a outros.....	65
N. 1644. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Eleva a 300 réis diários a pensão de 400 réis concedida ao soldado do 5.º corpo de Voluntarios da Pátria Joaquim Balthazar Barroso, hoje cabo de esquadra do referido corpo.....	68
N. 1645. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Eleva a pensão concedida a José Romão do Sacramento.....	69
N. 1646. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Declara entender-se com o soldado do 16.º batalhão de infantaria, Hilario Machado de Oliveira, a pensão concedida por Decreto de 27 de Março de 1867 ao soldado do mesmo corpo Hilario Machado Martins.....	70
N. 1647. — Decreto de 21 de Julho de 1869. — Declara entender-se com o soldado, hoje reformado.....	

	Luiz Kötter, a pensão concedida por Decreto de 20 de Fevereiro de 1867 ao soldado do 16.º batalhão de infantaria Luiz Kelpf.....	71
N. 1648.	— Decreto de 21 de Julho de 1869. — Declara entender-se com o soldado do 4.º batalhão de infantaria, Antero José Bernardo da França, a pensão concedida por Decreto de 25 de Abril de 1868, ao soldado do mesmo corpo Antonio José Bernardo da França.....	72
N. 1649.	— Decreto de 21 de Julho de 1869. — Declara entender-se com o musico do 29.º corpo de Voluntarios da Patria, Germiniano Pacheco de Souza, a pensão concedida por Decreto de 27 de Março de 1867, ao musico do mesmo corpo Germiniano de Souza Pacheco	73
N. 1650	— Decreto de 21 de Julho de 1869. — Declara entender-se com o cabo de esquadra do 31.º corpo de Voluntarios da Patria, Martinho Pires Peixoto, a pensão concedida por Decreto de 27 de Março de 1867, ao cabo de esquadra do mesmo corpo Martinho Pinto Peixoto	74
N. 1651.	— Decreto de 21 de Julho de 1869. — Declara que a pensão concedida a Gregorio da Silva Ramos, entende-se com Gregorio dos Santos Ramos.....	75
N. 1652.	— Decreto de 21 de Julho de 1869. — Declara que a pensão concedida ao soldado do deposito provisorio de 1.ª linha, Manoel Joaquim de Santa Anna, entenda-se com o Voluntario da Patria da Provincia de Minas Geraes Manoel Joaquim de Santa Anna	76
N. 1653.	— Decreto de 21 de Julho de 1869. — Autorisa o Governo a transferir para o quadro dos effectivos do Exercito o Cirurgião de Brigada Dr. Antonio José da Fonseca Lessa.....	77
N. 1654.	— Decreto de 4 de Agosto de 1869. — Autorisa o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao 3.º Escriptuario da Alfandega da Córte Carlos dos Santos e Oliveira Pinto	78
N. 1655.	— Lei de 4 de Agosto de 1869. — Approva decretos que transportarão quantias de umas para outras verbas da Lei n.º 1807 de 26 de Setembro de 1867 para o exercicio de 1867—68, abre creditos supplementares e extraordinarios e approva operações de credito realisadas pelo Governo..	79
N. 1656.	— Decreto de 4 de Agosto de 1869. — Concede a companhia Paulista da estrada de ferro de Jundiahy a Campinas, os mesmos favores de que goza a companhia ingleza da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, com a excepção da garantia de juros.....	85
N. 1657.	— Decreto de 4 de Agosto de 1869. — Autorisa o Governo a readmittir no quadro activo do	

DO PODER LEGISLATIVO.

Exercito o tenente coronel graduado J. Souza Fagundes, no posto em que foi mado.....	87
N. 1653. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Determina que as disposições do art. 108 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 sejam observadas todas as vezes que se houver de fazer qualquer eleição de Eleitores, Juizes de Paz, ou Vereadores.....	87
N. 1659. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Autorisa o Governo para mandar aceitar em qualquer Faculdade do Imperio os exames de preparatorios feitos na Faculdade de Direito do Recife pelo estudante Manoel Rodrigues de Carvalho Borias.....	88
N. 1660. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Autorisa o Governo para mandar admitir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante Antonio de Souza Bandeira e outro.....	89
N. 1661. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Autorisa ao Governo a conceder um anno de licença, com os respectivos vencimentos ao Dr. João José Ferreira de Aguiar, Lente Cathedratice da Faculdade de Direito do Recife.....	90
N. 1662. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Approva a pensão concedida a D. Luiza Amalia Nogueira Angelini e a outras.....	91
N. 1663. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Approva a pensão concedida a D. Dorothea Sabina de Abranches Freitas, e a outra.....	92
N. 1664. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Approva as pensões concedidas a D. Roza dos Santos Trindade, e a Manoel de Miranda Teixeira....	93
N. 1665. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Approva a pensão concedida a D. Hygina Francisca Melles.....	93
N. 1666. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Approva as pensões concedidas a Joaquim Nunes da Silva e a outros.....	93
N. 1667. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Approva as pensões concedidas a Innocencio Corrêa e Oliveira, e a outros.....	96
N. 1668. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Approva as pensões concedidas a Manoel José Fernandes, e a outros.....	93
N. 1669. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Approva as pensões concedidas a Deodato Luiz Francisco Monteiro e a D. Maria Henriqueta de Souto Gondim.....	99
N. 1670. — Decreto de 11 de Agosto de 1869. — Approva as pensões concedidas a Antonio José dos Santos, e a outras.....	

PART E I.



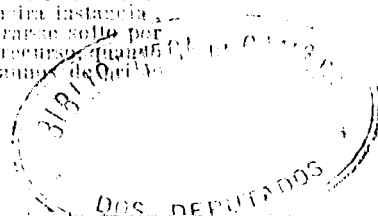
INDICE DOS ACTOS

	Pags.
Decreto de 11 de Agosto de 1859. — Approva as pensões concedidas a Manoel do Nascimento, e a outros.....	161
N. 1672. — Decreto de 11 de Agosto de 1859. — Approva as pensões concedidas a João Nepomuceno Baptista, e a outros.....	162
N. 1673. — Decreto de 11 de Agosto de 1859. — Approva as pensões concedidas a Balbina Rodrigues de Andrade, e a outros.....	163
N. 1674. — Decreto de 11 de Agosto de 1859. — Approva as pensões concedidas a João Bernardo de Oliveira, e a outros.....	165
N. 1675. — Decreto de 11 de Agosto de 1859. — Eleva a pensão concedida a Arsenio Delcario Veloso da Silveira.....	167
N. 1676. — Decreto de 11 de Agosto de 1859. — Autorisa o Governo para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro a Hermano Franco de Mattos, e a outros.....	168
N. 1677. — Decreto de 16 de Agosto de 1859. — Approva as pensões concedidas a D. Anna Carolina de Menezes, e a outros.....	169
N. 1678. — Decreto de 16 de Agosto de 1859. — Eleva a pensão concedida a Bráulio José de Farias....	171
N. 1679. — Decreto de 16 de Agosto de 1859. — Declara referir-se ao artigo do 29.º corpo de voluntarios da patria Geminiano de Souza Pacheco, a pensão approvada pelo Decreto n.º 1514 de 23 de Setembro de 1857; reduz uma pensão já concedida, e approva a concessão de varias outras.....	172
N. 1680. — Decreto de 16 de Agosto de 1859. — Autorisa o Governo para mandar passar carta de cidadão brasileiro a Luiz Francisco Otto de Weidemann, e a outros estrangeiros.....	173
N. 1681. — Decreto de 18 de Agosto de 1859. — Manda subsistir o auxilio concedido ao Monte-pio Geral de Economia dos Servidores do Estado, emquanto fôr indispensavel.....	175
N. 1682. — Decreto de 18 de Agosto de 1859. — Concede ao Ministerio da Fazenda o credito de 8:000\$, para execução da Lei n.º 1585 de 9 de Junho do corrente anno.....	176
N. 1683. — Decreto de 18 de Agosto de 1859. — Approva as pensões concedidas a Baroazeza do Triunpho, e a outros.....	177
N. 1684. — Decreto de 23 de Agosto de 1859. — Concede a Noel Paulo Baptista d'Ornanno isenção de direitos de importação sobre o material necessario para o encaçamento de gaz nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, e a Jules Villain sobre o material preciso para a	

DO PODER LEGISLATIVO.

Canalisação d'agua potavel da cidade de Pernambuco na Provincia do Rio Grande do Sul.

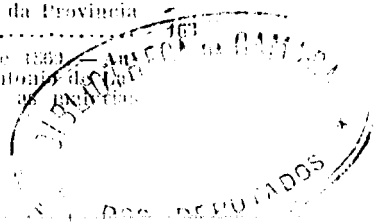
- N. 1685. — Decreto de 28 de Agosto de 1869. — Concede á companhia de illuminação a gaz da cidade de Niterboey isenção de direitos para os machucos e outros objectos importados para a fabricação do gaz..... 119
- N. 1686. — Decreto de 23 de Agosto de 1869. — Mantém intactos de direitos de importação os objectos despatchados para a illuminação a gaz da capital da Provincia do Ceará antes da promulgação do Decreto n.º 1573 de 31 de Junho de 1868, e restituir as quantias por este motivo cobradas dos respectivos contractadores..... 120
- N. 1687. — Decreto de 23 de Agosto de 1869. — Concede a Theonaz Dutton Junior isenção de direitos de importação para diversos objectos necessários a illuminação a gaz da cidade de Campos..... 121
- N. 1688. — Decreto de 23 de Agosto de 1869. — Approva as peçoens concedidas a João José Estacio, e a outros..... 121
- N. 1689. — Lei de 28 de Agosto de 1869. — Fixa a força naval para o anno financeiro de 1870-1871.... 123
- N. 1690. — Decreto do 4.º de Setembro de 1869. — Autorisa o Governo a proceder ás operações de credito necessarias para realizar o pagamento de que trata a Lei n.º 1589 de 30 de Junho do corrente anno..... 124
- N. 1691. — Decreto de 9 de Setembro de 1869. — Approva o Decreto n.º 3639 de 24 de Agosto de 1866 que concedem a Zezino Barroso e John James Foster privilegio exclusivo pelo tempo de 30 annos para construcção de um porto na enseada do Mucuripe da Provincia do Ceará... 125
- N. 1692. — Decreto de 13 de Setembro de 1869. — Autorisa o governo para mandar restituir a Liberato Lopes da Silva a quantia de 4:928e27.... 126
- N. 1693. — Decreto de 13 de Setembro de 1869. — Manda continuar por mais 19 annos a concessão de quatro loterias annuaes á Santa Casa da Misericórdia da Côrte, e concede 19 loterias para as obras da Igreja Matriz de Santa Anna..... 127
- N. 1694. — Decreto de 13 de Setembro de 1869. — Dispensa da frequencia das aulas do 4.º anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante Joaquim Aurelio Barreto Nabuco de Araujo..... 128
- N. 1695. — Decreto de 13 de Setembro de 1869. — Prohibe as vendas de escravos debaixo do prego e em expaucto publico..... 129
- N. 1696. — Decreto de 13 de Setembro de 1869. — Permite ao recuo abolido em primeira instancia, e do interposto appellação, deva-se sobre por meio de Recurso até a decisão do recurso quando a parte for menor de quarenta annos de idade



	Págs.
simples, doze de prisão com trabalho e vinte annos de degredo; e da outras providencias relativas ao processo criminal.....	130
N. 1697. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Approva as pensões concedidas a Bartholomeu Eugénio e a outros.....	132
N. 1698. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Approva as pensões concedidas a Nisto José Alves e a outros.....	133
N. 1699. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Approva as pensões concedidas a Antonio Cláudio Corrêa de Jesus e a outros.....	134
N. 1700. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Approva as pensões concedidas a João Antonio de Araújo e a outros.....	135
N. 1701. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Approva as pensões concedidas a Manoel Estaciano de Santa Rita e a outros.....	136
N. 1702. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Approva as pensões concedidas a Jorge Cavalcanti de Albuquerque Chaves e a outros.....	138
N. 1703. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Approva as pensões concedidas a Chrispim Alves de Oliveira e a outros.....	139
N. 1704. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Approva as pensões concedidas a Miguel Pinto da Silva e a outros.....	141
N. 1705. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Approva a pensão concedida a Jeronymo Repetto.....	142
N. 1706. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Approva as pensões concedidas a Miguel dos Santos e a outros, assim como a elevação da que diz respeito a João Yaz Bragança.....	143
N. 1707. — Decreto de 21 de Setembro de 1869. — Eleva a pensão concedida a D. Propícia Prestes Menna Barreto.....	145
N. 1708. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Declara que são applicaveis á Princeza Imperial as disposições do art. 6.º da Lei de 23 de Novembro de 1854.....	146
N. 1709. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Autorisa o Governo para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro ao Padre Egydio da Paierno, e a outros estrangeiros.....	147
N. 1710. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Approva as pensões concedidas a cada uma das filhas do Marechal do exercito reformado Barão de Surubhy, D. Carlota Guillermina de Lima e Silva e D. Marianna Candida de Lima e Silva, e a outro.....	149
N. 1711. — Decreto de 24 de Setembro de 1869. — Approva a pensão concedida a D. Maria Luiza de Meneses Pacheco.....	150

DO PODER LEGISLATIVO.

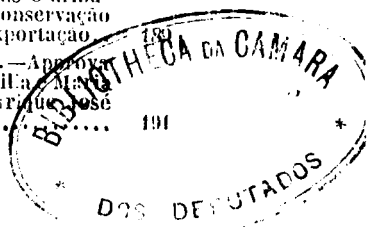
N. 1712. — Decreto de 23 de Setembro de 1867. — Aprova as pensões concedidas a D. Maria Manoela de Mello Mendonça, e a outros	131
N. 1713. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Aprova as pensões concedidas a José Cabeça, e a outros	132
N. 1714. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Aprova as pensões concedidas ao Corriel reformado Carlos Augusto Guimarães, e a outros	133
N. 1715. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Aprova as pensões concedidas ao 1.º sargento do Corpo de Imperiaes Marinheiros Francisco Xavier Carneiro das Anjos, e a outros	135
N. 1716. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Declara entender-se com D. Maria Joanna Finza e outras a pensão concedida por Decreto de 27 de Julho de 1866 a D. Marianna Joanna Finza e a outras	136
N. 1717. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Declara pertencer á filha do Tenente Coronel João Simplicio Ferreira metade da pensão concedida por Decreto de 29 de Julho de 1863 a D. Maria Amalia Ferreira, viúva do referido official	137
N. 1718. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Autorisa o Governo a conceder cartas de naturalisação aos subditos portuguezes Antonio Alfredo Fleury de Barros e a outros	138
N. 1719. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Autorisa o Governo a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao 1.º official da Secretaria do Imperio João Baptista Callegaras, e a outros	139
N. 1720. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Aprova os Decretos n.ºs 319 e 3211 de 17 de Julho de 1867	141
N. 1721. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Isenta de direitos de importação os objectos despachados para a illuminação a gaz da capital da Provincia do Maranhão, antes da promulgação do Decreto n.º 1337 de 5 de Junho de 1865, restituindo-se a companhia respectiva as quantias anteriormente cobradas por essa causa, e contando-se o prazo de 25 annos da data do contracto celebrado com o Governo da Provincia	152
N. 1722. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Concede isenção de direitos de importação a toda ferroagem e apparatus das pontes e viaductos destinadas ao prolongamento da estrada de rodagem da capital para o interior da Provincia da Parahyba	161
N. 1723. — Decreto de 23 de Setembro de 1869. — Autorisa o Governo a conceder a Antonio da Silva e Silva isenção de direitos para as exportações	163



INDICE DOS ACTOS

	Pags.
os objectos necessarios á empreza, de que é concessionario, na capital da Provincia da Bahia.	164
N. 1724. — Decreto de 29 de Setembro de 1869. — Manda abonar ao 1.º Conferente da Alfandega de Pernambuco, João José Henriques, todos os vencimentos do seu emprego, durante a licença de seis mezes que o Governo lhe concede.....	165
N. 1725. — Decreto de 29 de Setembro de 1869. — Isenta os edificios das arcas do commercio do imposto da decima addicional.....	166
N. 1726. — Lei de 29 de Setembro de 1869. — Concede ao Ministerio da Guerra para as despesas do 3.º trimestre do exercicio de 1869—1870 o credito extraordinario da quantia de 12.936:302\$946....	167
N. 1727. — Decreto de 29 de Setembro de 1869. — Autorisa o Governo para mandar matricular na Faculdade de Medicina da Corte o estudante Manoel Rodrigues de Carvalho Boreas, e admiti-lo a exam. depois de feito o preparatorio de algebra que lhe falta.....	168
N. 1728. — Decreto de 29 de Setembro de 1869. — Autorisa o Governo a conceder isenção de direitos á sociedade denominada — Vehiculos economicos — e á empreza de uma via ferrea entre Barroquinha e o Engenho da Conceição na Provincia da Bahia.....	169
N. 1729. — Decreto de 4 de Outubro de 1869. — Crêa varios collegios eleitoraes em diversas Provincias do Imperio.....	170
N. 1730. — Decreto de 5 de Outubro de 1869. — Extingue o transito das sentenças e outros actos forenses pela Chancellaria das Relações.....	172
N. 1731. — Decreto de 5 de Outubro de 1869. — Revoga o § 24 do art. 2.º da Lei n.º 1093 de 22 de Agosto de 1860, e restabelece a disposição do art. 43 do Código Commercial.....	173
N. 1732. — Decreto de 5 de Outubro de 1869. — Autorisa o Governo a mandar pagar ao Escrivão dos africanos Hyres Balbino José da Franca Ribeiro os vencimentos que lhe são devidos, e o forem até que se declare supermido o lugar.....	174
N. 1733. — Decreto de 6 de Outubro de 1869. — Concede dez loterias a Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia da Candelaria da Corte, como administradora do Imperial Hospital dos Lazaros.....	175
N. 1734. — Decreto de 6 de Outubro de 1869. — Autorisa o Governo a conceder isenção de direitos de importação dos machinismos e mais objectos necessarios as emprezas de illuminação a gaz e canalisação de aguas e esgotos nas cidades de S. Paulo e de Santos.....	176
N. 1735. — Lei de 9 de Outubro de 1869. — Abre ao Ministerio da Marinha, para a compra da Ilha	

- das Enxadas com todos os armazens e
vitorias, o credito extraordinario de 1.430:000. 177
- N. 1736. — Lei de 9 de Outubro de 1863. — Abre ao
Ministerio da Machina, para as despesas do
2.º semestre do exercicio de 1863—1864, o cre-
dito extraordinario de 6.154:300:000. 178
- N. 1737. — Decreto de 9 de Outubro de 1863. — Approva
o privilegio concedido a Benjamin Tipton, para
o fabrico e venda dos tijolos denominados Ame-
rican building blo. 179
- N. 1738. — Decreto de 9 de Outubro de 1863. — Autorisa o
Governo a conceder ao Bacharel Bento José da
Costa Junior, isenção de direitos de importação
a todos os objectos destinados a empresa de uma
linha ferrea da cidade do Recife a povoação de
Jaboatão na Provincia de Pernambuco. 181
- N. 1739. — Decreto de 9 de Outubro de 1863. — Autorisa
o Governo a conceder a empresa que se orga-
nizar para construir o canal ferreo do Rio
Grande á cidade de Jacarehy, na Provincia de
S. Paulo, os mesmos favores concedidos a com-
panhia Inglesa de Jundiahy a Santos, com ex-
cepção da garantia de juros. 182
- N. 1740. — Decreto de 9 de Outubro de 1863. — Approva
as pensões concedidas a D. Anna Catharina
Cavalcanti Franco, e a outros. 183
- N. 1741. — Decreto de 9 de Outubro de 1863. — Approva
as pensões concedidas a D. Paulina de Almeida
Campos, e a outros. 184
- N. 1742. — Decreto de 9 de Outubro de 1863. — Approva
as pensões concedidas a Manoel Rodrigues de
Araujo, e a outros. 185
- N. 1743. — Decreto de 9 de Outubro de 1863. — Approva
a pensão concedida a Alberto Daniel Pereira
dos Santos. 186
- N. 1744. — Decreto de 9 de Outubro de 1863. — Declara
ser sem prejuizo do meio soldo, que por lei
competir-lhe, a pensão concedida por Decreto
de 20 de Maio de 1863, a D. Hermelinda dos
Guimarães Peixoto. 187
- N. 1745. — Decreto de 13 de Outubro de 1863. — Autorisa
o Governo para pagar a Jeronymo José Tavares
a quantia de 3:670:000, a que foi condemnada
a Fazenda Nacional. 188
- N. 1746. — Decreto de 13 de Outubro de 1863. — Autorisa
o Governo a contratar a construcção, nos dife-
rentes portos do Imperio, de docas e arma-
zens para carga, descarga, guarda e conservação
das mercadorias de importação e exportação. 189
- N. 1747. — Decreto de 13 de Outubro de 1863. — Approva
as pensões concedidas a Carolina, Emilia e Ma-
lilhas do Capitão de commissão Henrique José
Borges Soido, e a outros. 191



ÍNDICE DOS ACTOS DO PODER LEGISLATIVO.

	PÁGS.
N. 1743. — Decreto de 18 de Outubro de 1869. — Approva a pensão concedida a D. Maria Luiza Gualarte Rolim, e a seus filhos	192
N. 1749. — Decreto de 18 de Outubro de 1869. — Approva a redução da pensão de Clarimundo de Souza Lima, e as pensões concedidas a D. Maria da Gloria Barreto de Albuquerque Pinto, e a outro.	193
N. 1730. — Decreto de 20 de Outubro de 1869. — Determina que a Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 continue em vigor no exercício de 1869 a 1870, com as alterações abaixo declaradas, enquanto não fôr promulgada a respectiva Lei de Orçamento	191
N. 1731. — Decreto de 22 de Outubro de 1869. — Approva as pensões concedidas a D. Eulalia Candida Cardoso de Barros, e a outros.....	197
N. 1732. — Decreto de 22 de Outubro de 1869. — Approva as pensões concedidas a D. Maria Joaquina Amalia da Cunha Telles, e a outros.....	199
N. 1733. — Decreto de 22 de Outubro de 1869. — Approva as pensões concedidas ao soldado Felix Pereira Lima do Nascimento, e a outros	201
N. 1734. — Decreto de 22 de Outubro de 1869. — Approva as pensões concedidas a Francisco Marianno Franco de Sá, e a outros.....	202
N. 1735. — Decreto de 22 de Outubro de 1869. — Approva a pensão concedida a Jesuina Henriqueta de Mattos, e declara que a pensão concedida a Antonio Severino da Silva, deve entender-se com Antonio Severino de Oliveira Santos	203
N. 1736. — Decreto de 22 de Outubro de 1869. — Approva a pensão concedida a Manoel Auselmo de Jesus.	204
N. 1737. — Decreto de 22 de Outubro de 1869. — Autorisa o Governo a conceder carta de naturalisação ao subdito portuguez José da Silva Campos, e a outros	205
N. 1738. — Decreto de 23 de Outubro de 1869. — Autorisa o Governo a conceder a James B. Bond isenção de direitos de todo o material necessario para o assentamento de trilhões de ferro nas ruas e arrabaldes da capital da Provincia do Pará, e para a construcção de uma estrada de ferro entre a mesma capital e a cidade de Bragança.	206
N. 1739. — Decreto de 25 de Outubro de 1869. — Approva as pensões concedidas a D. Carlota Ferreira de Castro, e a outros.....	207
N. 1760. — Decreto de 26 de Outubro de 1869. — Approva as pensões concedidas ao soldado Manoel Francisco de Souza, e a outros	209

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO.

1869.

DECRETO N. 1585 — DE 9 DE JUNHO de 1869.

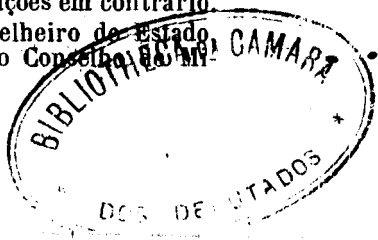
Concede ao Dr. Antonio Pereira Pinto, autor dos—Apontamentos para o Direito Internacional ou Collecção Historica dos Tratados do Brasil,—um auxilio pecuniario para as despezas da publicação da mesma obra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' concedido ao Dr. Antonio Pereira Pinto, autor dos « Apontamentos para o Direito Internacional ou Collecção Historica dos Tratados do Brasil » o auxilio de 2:000\$000 para cada um dos tres volumes já publicados da referida collecção, sendo-lhe de igual fórma outorgada a mesma quantia logo que vier á luz o quarto tomo da dita obra.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado,
Senador do Imperio. Presidente do Conselho.



nistros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos nove de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 9 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 10 de Julho de 1869. — *José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 1386 — DE 22 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Hermelinda dos Guimarães Peixoto, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 20 de Maio de 1868:

Pensões annuaes: de 1:200\$000 á que fica elevada a de 48\$000 mensaes, concedida por Decreto de 4 do mesmo a D. Hermelinda dos Guimarães Peixoto, viuva do Tenente Coronel Commandante do 1.º corpo de infantaria Francisco Maria dos Guimarães Peixoto; de 144\$000 ao ex-1.º marinheiro Basilio Pedro; de 180\$000 ao guardião extranumerario do corpo de officaes marinheiros, José Coelho de Brito.

Por Decreto de 23 de Maio de 1868: de 36\$000 mensaes a D. Anna Joaquina de Pontes Marinho, mãe do Alferes de voluntarios da patria, e em commissão no 2.º batalhão de infantaria, Antonio Joaquim de Pontes Marinho.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

José Martinidno de Alencar.

Transitou na Chancellaria do Imperio aos 23 de Junho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Junho de 1869. — *José Vicente Jorge.*



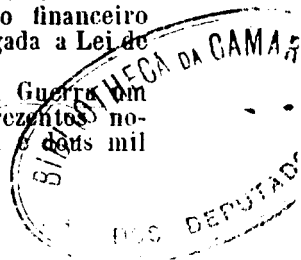
LEI N. 1587 — DE 28 DE JUNHO DE 1869.

Manda continuar em vigor, durante o 1.º semestre do anno financeiro de 1869—70, a Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, e dá outras providencias.

D. Pedro II, por Graça de Deus e unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867, decretada para o exercicio de 1868—69, continuará em vigor, durante o 1.º semestre do anno financeiro de 1869—70, enquanto não for promulgada a Lei do Orçamento deste exercicio.

Art. 2.º Fica aberto ao Ministerio da Guerra um credito na importancia de vinte mil trezentos noventa e cinco contos seiscentos e trinta e dois mil



ACTOS DO PODER

seiscentos cincoenta e dous réis, para occorrer ás despesas extraordinarias com a continuação da guerra contra o Governo do Paraguay, no 1.º semestre do exercicio de 1869—70, distribuidos pelas seguintes verbas do art. 6.º da referida Lei n. 1507:

2.º Conselho Supremo Militar de	
Justiça e Auditores.....	26:530\$469
6.º Arsenaes de Guerra.....	2.290:514\$045
7.º Corpo de Saude e Hospitaes..	995:318\$086
8.º Quadro do Exercito.....	14.918:162\$080
15 Eventuaes	2.094:513\$765
Repartições de Fazenda.....	70:594\$507
	<hr/>
	20.395:632\$652
	<hr/>

Art. 3.º Fica igualmente aberto ao Ministerio da Marinha um credito na importancia de seis mil trezentos e trinta e dous contos e quatrocentos mil réis, para occorrer ás despesas extraordinarias com a continuação da mesma guerra contra o Governo do Paraguay, no 1.º semestre do proximo futuro exercicio de 1869—70; distribuidos pelas seguintes rubricas do art. 5.º da supracitada Lei n. 1507.

9.º Batalhão Naval.....	38:700\$000
12. Arsenaes.....	1.428:200\$000
14. Força Naval.....	3.248:200\$000
15. Navios desarmados.....	20:300\$000
16. Hospitaes.....	88:200\$000
19. Reformados.....	31:300\$000
20. Obras	252:400\$000
21. Despezas extraordinarias e	
eventuaes	1.225:100\$000
	<hr/>
	6.332:400\$000
	<hr/>

Art. 4.º Para pagamento das despesas que se verificarem por conta dos referidos creditos, bem como para preenchimento do deficit do exercicio de 1868—69, na importancia de 13.814:058\$143, fica o Ministerio da Fazenda autorizado para realisar quaesquer operações de credito.

Art. 5.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteira-

LEGISLATIVO.

mente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarca.

Visconde de Itaboraity.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, mandando vigorar durante o 1.º semestre do anno financeiro de 1869—70 a Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, e dando outras providencias, na fórma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial ver
Carlos Augusto de Sá, a fez.

Jose Martiniano de Alencar.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em cinco de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.*

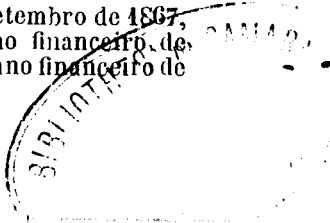
Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em seis de Julho de 1869. — *José Severiano da Rocha.*

LEI N. 1588 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Fixa as Forças de Terra para o anno financeiro de 1869—1870.

D. Pedro II, por Graça de Deus e unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A Lei n. 1471 de 25 de Setembro de 1867, que fixou as forças de terra para o anno financeiro de 1868 a 1869, continuará em vigor no anno financeiro de 1869 a 1870.



Art. 2.º Fica desde já o Governo autorizado:

§ 1.º Para admittir no primeiro posto do exercito os officiaes e praças de pret dos corpos de voluntarios da patria e da guarda nacional, que tenham prestado por dous annos bons serviços de campanha.

§ 2.º Para transferir de umas para outras armas, comprehendidos os corpos especiaes, os officiaes do exercito, que na guerra actual tenham mostrado aptidão para arma differente da sua, uma vez que para ella tenham as habilitações necessarias e exigidas pelas leis em vigor.

Art. 3.º Continuarão em vigor as disposições dos arts. 4.º e 5.º, § 1.º da Lei n. 1246 de 28 de Junho de 1865.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos trinta dias do mez de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda

Barão de Muritiba.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1869 a 1870.

Para Vossa Magestade Imperial ver.
Custodio Joaquim Moreira, a fez.

José Martiniano de Alencar.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em 2 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Foi a presente Lei publicada nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 5 de Julho de 1869.—*Mariano Carlos de Souza Corrêa.*



DECRETO N. 1389 — DE 30 DE JUNHO DE 1869

Autorisa o Governo a mandar pagar ao Brigadeiro José da Victoria Soares de Andréa e á sua irmã, a quantia de 26:325\$000, valor arbitrado ás terras sitas na Provincia de Pernambuco, nas quaes foi estabelecida a colonia militar de Pimenteiras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado para mandar pagar ao Brigadeiro José da Victoria Soares de Andréa e á sua irmã D. Luiza Adelaide da Victoria Soares de Andréa, a quantia de 26:325\$000, valor competentemente arbitrado ás terras sitas na provincia de Pernambuco pertencentes ao finado Barão de Caçapava, das quaes o Governo Imperial lançou mão para estabelecer a colonia militar de Pimenteiras, sendo revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

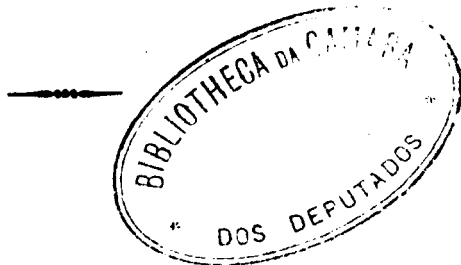
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

José Martiniano de Alencar

Transitou na Chancellaria do Imperio, em 5 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 6 de Julho de 1869. — *José Severiano da Rocha.*



LEI N. 1590 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1869 — 1870.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil : Fazemos saber a todos os nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte :

Art. 1.º A Força Naval activa para o anno financeiro de 1869—1870 constará dos navios, que o Governo julgar necessario armar, guarnecidos pelos Officiaes da Armada e das outras classes, correspondentes ás suas respectivas lotações, e por tres mil praças de marinhagem e de pret dos corpos de marinha, em circumstancias ordinarias, e seis mil em circumstancias extraordinarias.

Art. 2.º Para preencher a força decretada no artigo anterior, é o Governo autorizado a dar gratificações aos voluntarios, que se apresentarem para o serviço, a contractar nacionaes e estrangeiros, mediante a concessão de premios, e a recrutar na fôrma da lei.

Art. 3.º E' permanente a disposição do art. 2.º da Lei n. 1523, de 28 de Setembro de 1867.

Art. 4.º Continuação em vigor os arts. 4.º, 7.º, 8.º, § 4.º e art. 9.º da referida lei.

Art. 5.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Barão de Cotegipe.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que houve por bem Sanccionar, para regular a Força Naval no anno financeiro, que ha de correr do 1.º de Julho de 1869 até o ultimo de Junho de 1870.

Para Vossa Magestade Imperial vêr
Francisco Barbosa de Moura, a fez.

José Martiniano de Alencar.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 5 de Junho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Foi publicada a presente lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 6 de Julho de 1869. — *Francisco Xavier Bomtempo.*

**Artigos da Lei n.º 1523 de 28 de Setembro de 1867
que ficou em vigor.**

Art. 2.º Fica igualmente o Governo autorizado desde já a elevar a trinta o numero de companhias do Corpo de Imperiaes Marinheiros, e a completar o de Mato Grosso, o Batalhão Naval e as Companhias de Aprendizizes Marinheiros, creando duas destas nas Provincias, que julgar convenientes, e segundo a organização dada ás mais por leis anteriores.

Art. 4.º Continuação em vigor, durante o exercicio da presente lei, as disposições dos arts. 5.º, 6.º, 7.º e 8.º da Lei n. 1250 de 8 de Julho de 1865, e bem assim o 4.º; augmentando-se, porém, com mais duas as companhias de fuzileiros, que podem ser transformados em Artilheiros.

Art. 7.º O Governo poderá dispensar os Guardas-Marinha, que houverem completado ou completarem o curso, durante a guerra actual, das viagens de instrucção, a que se refere o capitulo 3.º do citado regulamento do 1.º de Maio de 1858, e promovel-os a 2.ª Tenentes, uma vez que tenham dous annos de embarque ou um de campanha, e satisfação ao exame pratico exigido pelo Decreto n.º 884 de 10 de Dezembro de 1851.

Art. 8.º Fica o Governo autorizado:

§ 4.º A exceder o actual quadro dos officiaes do corpo da armada, nomeando mais um almirante, um vice-almirante, um chefe de esquadra, dous chefes de divisão, tres capitães de mar e guerra, seis capitães de fragata e doze capitães tenentes, nos casos porém expressos no art. 6.º da lei de 8 de Julho de 1865.

Art. 9.º Completado este quadro extraordinario, não se fará promoção alguma, até que o quadro da armada fique reduzido ás proporções ordinarias do decreto n. 185 de 20 de Junho de 1842.



DECRETO N. 1591 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Concede aos actuaes Officiaes da Armada e aos do extinto Corpo de Artilharia de Marinha, que durante a luta da Independencia servirão, quér como Officiaes, quér como simples praças da Armada, ou do Exercito, uma diaria de mil réis, correspondente á etapa concedida aos Officiaes do Exercito pelo Decreto n.º 1254, de 8 de Julho de 1865.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º Fica concedida ás pessoas, que actualmente são Officiaes da Armada e aos Officiaes do extinto Corpo de Artilharia de Marinha, que durante a luta da Independencia servirão, quér como Officiaes, quér como simples praças da Armada ou do Exercito, uma diaria de 1\$000, correspondente á etapa concedida aos Officiaes do Exercito pelo Decreto n. 1254, de 8 de Julho de 1865.

Esta disposição é extensiva aos Officiaes e praças de pret, que deixarão de pertencer ao Exercito depois dos serviços acima indicados, e actualmente pertencem á Armada, e bem assim aos Officiaes e praças, que deixarão de pertencer á Armada depois dos mesmos serviços, e actualmente pertencem ao Exercito.

Art. 2.º Abonar-se-ha tambem a etapa de 400 rs. diarios ás praças de pret reformadas, tanto da Armada, como do Exercito, que servirão na época, de que trata o artigo antecedente.

Art. 3.º O beneficio da presente Lei, assim como o concedido pelo Decreto n. 1254, de 8 de Julho de 1865, só compete aos Officiaes e ás praças de pret reformadas, que soffrerem falta de meios de subsistencia, e contárem serviços de campanha, prestados em sustentação da Independencia do Brasil, exceptuados em todo o caso os Officiaes reformados por irregularidade de conducta, nos termos do artigo 9.º § 2.º da Lei n. 648, de 18 de Agosto de 1852.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador

Barão de Cotegipe.

DECRETO N. 1592 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Albina Teixeira de Alcantara, e a outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas por Decretos de 18 de Janeiro de 1868, a saber: de 18\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Albina Teixeira de Alcantara, viuva do Alferes do 2.º regimento de cavallaria ligeira Rogerio Pedro de Alcantara; de 24\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Donatilla Adelia de Barros Rangel, viuva do Alferes do 6.º batalhão de infantaria e Tenente de commissão Antonio Rodrigues Portugal; de 100\$000 mensaes, sem prejuizo de meio soldo que lhe competir, a D. Antonia Francisca Ferraz de Carvalho, viuva do Tenente Coronel do corpo de Engenheiros Dr. José Carlos de Carvalho; sendo estas pensões pagas da data dos respectivos decretos que as concedêrão.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

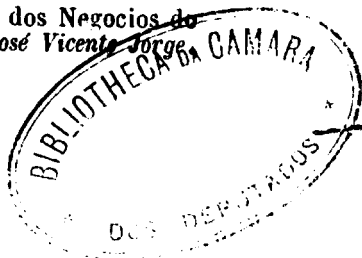
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 15 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 17 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge*



DECRETO N. 1593 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Ignez de Andrade Pessoa, e a outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões mensaes concedidas por Decretos de 18 de Setembro de 1867, a saber: de 20\$000, repartidamente, a D. Maria Ignez de Andrade Pessoa e D. Isabel Carolina de Andrade Pessoa, irmãs solteiras do soldado particular do 26.º corpo de voluntarios da pátria, João Zeferino Pessoa; de 12\$000 a D. Deolinda Maria de Azevedo, mãe do guarda nacional da provincia do Rio de Janeiro, Manoel José de Azevedo; de 30\$000, sem prejuizo do meio soldo que por lei possa competir-lhe, a Etelvina, filha legitima do capitão do 13.º batalhão de infantaria, Affonso de Lima e Silva; de 60\$000 a D. Anna Angelica de Mattos, mãe do capitão do 44.º corpo de voluntarios da patria, José Joaquim Rodrigues de Araujo.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 15 de Julho de 1869.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.— *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1594 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Marianna-da Resurreição Vieira, e a outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes, concedidas pelos Decretos de 8 de Janeiro de 1868: de 24\$000, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Marianna da Resurreição Vieira, viuva do Alferes da companhia fixa de Sergipe e Tenente de commissão, Francisco Severiano Benicio de Carvalho; de 36\$000 a D. Joaquina Rodrigues Maia Fialho, viuva do Alferes do 45.º corpo de voluntarios da patria, Francisco da Silva Fialho; de 36\$000 a D. Ernestina Henriqueta Muniz Bahiense, viuva do alferes do 54.º dito José Diocleciano Martins Bahiense.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data do decreto que as concedêrão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio de Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 15 de Julho de 1869.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869. - *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1595 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas aos soldados do 2.º Corpo de Voluntarios da Patria Antonio José Teixeira de Aragão, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 6 de Novembro de 1867: de 400 réis diarios, aos soldados, do 2.º corpo de voluntarios da patria Antonio José Teixeira de Aragão, do 48.º João Monte, do 13.º batalhão de infantaria Vicente de Carvalho, do 3.º batalhão de artilharia a pé Francisco Dias da Silva; de 24\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Carlota Severiana d'Amour Maciel, viuva do Alferes do exercito e Tenente de commissão Francisco Raymundo Maciel; de 60\$000 mensaes a D. Francisca Rodrigues Alves Ferreira, viuva do capitão do 26.º corpo de voluntarios da patria Domingos Alves Ferreira; e a D. Francisca Carolina dos Santos da Fonseca, viuva do capitão do 31.º corpo de voluntarios da patria Bartholomeu José da Fonseca; de 144\$000 annuaes ao imperial marinheiro Raymundo José Guedes, sendo estas pensões pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 15 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1596 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 14.º Batalhão de Infantaria Francisco Felipe de Freitas, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas pelos Decretos de 16 de Novembro de 1867: de 400 réis diarios ao soldado do 14.º batalhão de infantaria Francisco Felipe de Freitas; de 15\$000 mensaes a D. Maria Magdalena Basse, viuva do forriell do 4.º corpo de voluntarios da patria João Geraldo Basse; de 42\$000 mensaes a D. Emilia Constança de Brito Varella, mãe do 2.º cirurgião em commissão do corpo de saude do exercito, Ulysses da Silveira Bastos Varella; de 400\$000 annuaes ao carpinteiro Eustaquio Manoel José Porto, residente na provincia da Bahia, que invalidou-se em 1865, no arsenal de marinha da côrte, quando trabalhava na construcção do encouraçado *Tamandaré*; por decretos de 23 de Novembro de 1867, de 36\$000 mensaes a D. Ignez Maria Callado de Bittencourt, viuva do alfres em commissão do corpo de pontoneiros Francisco Luiz de Bittencourt; de 1:800\$000 annuaes, e repartidamente para D. Ignacia Leocadia Pereira de Carvalho, D. Rosa Joaquina Pereira de Carvalho e D. Maria Benedicta Pereira de Carvalho, irmãs solteiras do fallecido conselheiro cirurgião-mór do exercito Manoel Feliciano Pereira de Carvalho.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde as datas dos Decretos que as concedêrão.

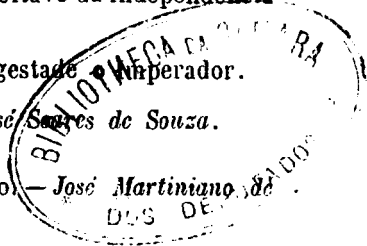
Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio, — José Martiniano de Alencar.



Trânsitou em 15 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge*.

DECRETO N. 1597 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 21.º Corpo de Voluntarios da Patria Laurindo Francisco Ferreira, e a outros.

Hei per bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões : de 400 réis diarios, ao soldado do 21.º corpo de voluntarios da patria Laurindo Francisco Ferreira, e ao do 39.º Francisco Joaquim das Chagas ; de 500 réis diarios ao cabo do 2.º corpo de voluntarios da patria Francisco Torres ; de 144\$000 annuaes ao 2.º marinheiro da armada Manoel José Frazão, concedidas por Decretos de 2 de Outubro de 1867 ; de 500 réis diarios ao cabo do 1.º batalhão de infantaria Luciano José Joaquim ; de 36\$000 mensaes a D. Flaubiana Vieira da Conceição, viuva do alleres do 5.º corpo provisório da guarda nacional Florencio Pereira da Trindade ; de 30\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Francisca Barreto de Castro, viuva do capitão do 3.º batalhão de infantaria Jacintho Barreto de Castro ; de 60\$000 mensaes a D. Feliciana Maria da Silva, viuva do capitão do 13.º corpo provisório de cavallaria da guarda nacional Luiz Pedro Alves da Silva, concedidas por Decretos de 5 de Outubro do mesmo anno ; de 30\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Raymunda Laura de Araujo, filha legitima do fallecido capitão do 7.º batalhão de infantaria José Antonio de Araujo, concedida por Decreto de 9 do mesmo mez e anno ; sendo todas estas pensões pagas da data dos referidos decretos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou, em 15 de Julho de 1869.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.— *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1598 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

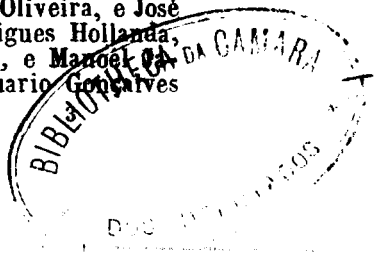
Approva as pensões concedidas aos soldados do 1.º regimento de artilharia á cavallo João Baptista de Macena, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas por Decretos de 31 de Agosto de 1867, a saber:

Pensões diarias: de 400 réis aos soldados do 1.º regimento de artilharia a cavallo João Baptista de Macena, do 4.º batalhão de artilharia a pé Manoel Domingos Carneiro, do 1.º batalhão de infantaria José Antonio Cavalheiro, do 3.º Benedicto da Silva, do 11.º Luiz Baptista dos Reis, do 12.º Francisco Ferreira dos Reis, do 13.º Leandro José de Medina, do 3.º corpo de voluntarios da patria Manoel Euzebio Machado, do 4.º Adolpho Sabino de Almeida, do 7.º Francisco Ferreira de Araujo, do 24.º Diogo Casimiro de Oliveira, e José Antonio da Silva, do 26.º Luiz Rodrigues Hollanda, do 32.º Francisco Alexandrino Caneca, e Manoel da Cintho Pereira da Cruz, do 34.º

PORTE 1.



da Silva, do 36.º Bernardo Joaquim de Oliveira, Felipe Monteiro Belfort, e Mathias Barbosa de Sá Bezerra, do 37.º Manoel Luiz Peixoto, e Leandro Sotter dos Santos, do 40.º Francisco Antonio Rangel, José Monteiro de Lima, e Chrispim José Alves, do 42.º Antonio Diogo de Oliveira, do 47.º Florencio Rodrigues da Costa, do 51.º Raymundo Aquino de Souza, do 13.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul, Narciso José Rodrigues, do 1.º corpo de caçadores a cavallo de voluntarios da patria, Jacob Calsimy, de voluntarios da patria addido ao 2.º batalhão de infantaria Antonio Tavares da Silva, aos musicos do 4.º batalhão de artilharia a pé Braz José da Fonseca, ao de 2.ª classe de voluntarios da patria addido ao 3.º batalhão de infantaria Firmino José de Almeida, do 29.º corpo de voluntarios da patria Estevão José Ayrosa; de 500 réis aos cabos do 49.º corpo de voluntarios da patria José da Silva Santos Carrilho, do 42.º Victoriano Olympio de Cerqueira, e Manoel Bezerra de Carvalho, do 1.º batalhão da guarda nacional Jacob Crette, aos anspeçadas do 6.º batalhão de infantaria Silvestre Alves do Nascimento, do 31.º corpo de voluntarios da patria Hygino Clemente da Silva, todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. -- *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 15 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

* Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1599—DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas aos soldados do 12.º batalhão de infantaria Antonio de Jesus, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas pelos Decretos de 4 de Janeiro de 1868: de 400 réis diários aos soldados do 12.º batalhão de infantaria Antonio de Jesus, do 31.º corpo de voluntarios da patria José Vieira dos Santos, do 52.º dito Clementino Fernandes Bahia, e ao soldado reformado Julião Antonio da Silva Corrêa; de 15\$000 mensaes a D. Anna Maria dos Santos Pinto, mãe do cabo de esquadra do 12.º corpo de voluntarios da patria Alexandre Antonio Pinto.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos Decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

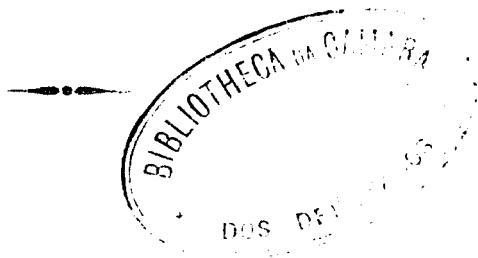
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 15 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1600—DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 23.º corpo de voluntários da patria João Baptista Alonzo, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas pelos Decretos de 11 de Janeiro de 1868: de 400 réis, ao soldado do 23.º corpo de voluntarios da patria João Baptista Alonzo; de 500 réis, ao anseçada do 5.º batalhão de infantaria Ascanio Antonio Pires, e ao cabo de esquadra reformado Jesuino Paulo Bispo.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos Decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 15 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1601 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas aos soldados do 2.º batalhão de infantaria Manoel Felix Gaspar, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 26 de Outubro de 1867: de 400 réis diarios aos soldados do 2.º batalhão de infantaria Manoel Felix Gaspar, do 3.º dito Benedicto Paulo dos Passos, do 10.º dito Manoel José da Luz, do 13.º dito Herculano José da Rosa, do 11.º corpo de voluntarios da patria Zeferino Francelino de Lima, do 20.º dito Manoel Piranbo, do 26.º dito Raymundo Carlos da Costa, do 27.º dito José Ignacio de Freitas, do 33.º dito Francisco José Teixeira, do 34.º dito José Antonio de Oliveira, do 41.º dito Marcellino Barbosa do Nascimento, do 47.º dito João Cabral de Macedo, e Manoel Euclidio do Sacramento, do 49.º dito Francisco Gomes de Oliveira, do 10.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Isidoro Ferreira dos Anjos, do 1.º regimento de artilharia a cavallo Eduardo Rodrigues de Azambuja, e ao musico de 2.ª classe do 1.º batalhão de artilharia a pé Ernesto João Antonio; de 500 réis diarios ao cabo de esquadra do batalhão de engenheiros Manoel do Nascimento do Carmo, ao dito do 5.º batalhão de infantaria Felisberto José de Santa Anna, ao anspeçada do 16.º dito João Ferreira da Silva, ao cabo de esquadra do 26.º corpo de voluntarios da patria Luiz Francisco Lopes, ao anspeçada do 29.º dito Francisco Vivas Barbosa, todos invalidados em combate; de 39§ mensaes repartidamente e sem prejuizo do meio soldo, aos tres filhos menores do Tenente do batalhão de infantaria n. 20 e Capitão de commissão João Damasceno de Albuquerque, D. Augusta Maria de Albuquerque, D. Maria da Gloria Albuquerque, e Francisco de Paula Martins de Albuquerque, tendo este ultimo direito á pensão sòmente até a sua maioridade; de 432§ annuaes ao commissario de 3.ª classe da armada Marciano Marques dos Santos, e de 144§, tambem annuaes, ao imperial marinheiro reformado Joaquim José dos Santos, ambos invalidados em combate; e por Decreto de 30 do mesmo mez e anno, a de 48§ mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Propicia Prestes Menna Barreto, viuva do tenente coronel Antonio Prudente da Fonseca.

Art. 2.º Estas pensões deverão ser pagas das datas dos referidos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 13 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869. —*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1602—DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas aos soldados do 10.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Candido da Rocha, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões:

§ 1.º Pensões diarias concedidas por Decretos de 9 de Novembro de 1867: de 400 réis aos soldados do 10.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Candido da Rocha, do 2.º regimento de cavallaria ligeira Pedro Antonio de Oliveira, do 53.º corpo de voluntarios da patria José Francisco da Silva, do 39.º dito Luiz Carvalho da Cunha, do 38.º dito José

Clemente de Moura, do 31.º dito Antonio Narciso, do 27.º dito Antonio José da Cunha, e Antonio Ribeiro da Cunha, do 25.º dito Gregorio Joaquim da Silva, do 20.º dito José Bernardino de Souza, do 15.º dito José Leonel de Souza, do 2.º batalhão de infantaria Manoel dos Anjos de Souza, do 6.º dito João Sabino do Nascimento, do 10.º dito João Sabino dos Santos, Augusto de Aquino Brandão, e Francisco Pereira da Silva, do 13.º dito João Antonio dos Santos, do 16.º dito Benedicto Marcellino, e Luiz Rodrigues de Oliveira, ao voluntario da patria addido ao asylo de invalidos da corte João Gonçalves dos Santos, e ao 2.º cadete do 24.º corpo de voluntarios da patria Firmino José Custodio de Oliveira; de 500 réis ao forriell do 39.º corpo de voluntarios da patria Saturnino de Araujo Rego, ao cabo de esquadra do 35.º dito João Venancio Maria, aos auspeçadas do 32.º dito Quirino Pereira de Carvalho, do 12.º batalhão de infantaria Firmino José dos Santos, e do 4.º dito Joaquim Pinto Ferreira da Costa; de 600 réis ao segundo sargento do 1.º corpo de caçadores a cavallo Joaquim José da Rosa.

§ 2.º Pensões mensaes concedidas por Decretos de 13 de Novembro de 1837: de 12§ a Anna Joaquina de Faria, viuva do soldado do 13.º batalhão de infantaria Silverio de Faria, de 36§ a Francisca Maria da Conceição, viuva do Alferes de zuavos bahianos Nicoláo Tolentino Alberto Pituga.

§ 3.º Pensões annuaes concedidas por Decretos de 9 de Novembro de 1837; de 180§ a Maria Manoella de Pinho, residente na capital da Provincia de Matto Grosso e mãe do imperial marinheiro Ricardo José Rodrigues; de 180§ a Anna Peixoto, residente na barra de Aricá-Mirim, da dita provincia e mãe do ex-imperial marinheiro Diogo de Almeida.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde as datas dos Decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-m'or do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou, em 15 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1603 — DE 30 DE JUNHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao cabo de esquadra do 31.º corpo de voluntarios da patria José Marcellino da Costa e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas por Decretos de 25 de Janeiro de 1868: de 500 réis ao cabo de esquadra do 31.º corpo de voluntarios da patria José Marcellino da Costa, aos anspeçadas do 9.º batalhão de infantaria Luiz da França Bispo, e do 14.º dito José Ferreira da Silva; de 400 réis aos soldados do 1.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Martiniano José de Figueiredo, do 1.º batalhão de artilharia a pé José Thimoteo dos Santos, do 2.º batalhão de infantaria Miguel Xavier de Argolo, do 3.º dito João de Carvalho, do 4.º dito João Baptista Nunes dos Santos, do 9.º dito Francisco Rodrigues da Cunha, do 16.º dito Benedicto Soares de Oliveira, todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 13 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1604 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Declara os direitos de importação, cuja isenção foi concedida á Companhia Hydraulica Porto Allegrense pelo Decreto n.º 1382 de 12 de Junho de 1867.

Hei por bem Sanccionar e Mandar! que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º A isenção de direitos de importação que por Decreto n. 1382 de 12 de Junho de 1867 foi concedida á Companhia Hydraulica Porto Allegrense sobre o material, machinas, instrumentos e utensilios necessarios ás obras do aqueducto da cidade de Porto Alegre comprehende não só os artigos importados depois da promulgação do citado Decreto, como também os que já tinham sido anteriormente despachados para o mesmo fim : mandando o Governo annular todas as letras que a companhia foi admittida a passar para o pagamento de taes direitos e restituir-lhe quaesquer quantias que se tenham cobrado por motivo identico.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio — *José Martiniano de Alencar*.

Transitou em 21 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury*.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 24 de Julho de 1869. — *José Agostinho Moreira Guimarães*.

DECRETO N. 1695 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva a pensão concedida a D. Pulcheria Pires da Motta Gomes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. Fica approvada a pensão de 60,5000 mensaes, concedida por Decreto de 21 de Dezembro de 1867 a D. Pulcheria Pires da Motta Gomes, viuva do capitão do 25.º corpo de voluntarios da patria Francisco Coelho Gomes, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha; esta pensão será paga da data do Decreto que a concedeu, revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar*.

Transitou em 16 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge*.

DECRETO N. 1606 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Clara Olinda de Andrade Lemos, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas pelos Decretos de 19 de Fevereiro de 1868: de 84\$000 mensaes a D. Clara Olinda de Andrade Lemos, viuva do Major de commissão Leopoldino Machado de Lemos; de 60\$000 para cada um, aos capitães do 32.º corpo de voluntarios da patria José Maria de Santa Anna Mattos e do 43.º dito João Capistrano Fernandes; de 42\$000 mensaes ao tenente do 42.º dito Valentim José da Rocha Galvão; e finalmente de 400 réis diarios ao soldado do 1.º batalhão de infantaria Antonio Francisco.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos Decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1607 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Emilia Pereira Bello, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas por Decretos de 1.º de Abril de 1868: de 60\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Maria Emilia Pereira Bello, viuva do coronel André Alves Leite de Oliveira Bello; de 30\$000 mensaes a D. Maria Aldina Penna Leal, viuva do Alferes da guarda nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João de Deus Penna Leal; de 24\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Amalia Etelvina Reina, viuva do Alferes de cavallaria do exercito e Tenente em commissão do 19.º corpo de voluntarios da patria Eustaquio Joaquim Reina; de 16\$800 mensaes ao Alferes reformado do exercito João Luiz da Costa; por Decreto de 4 do mesmo, de 720\$000 annuaes a Umbelina Carolina da Costa Valladares, repartidamente com suas duas filhas menores, Umbelina Carolina da Costa Valladares, e Virginia da Costa Valladares, viuva e filhas do escrivão de 1.ª classe do corpo de fazenda da armada Antonio Maria da Costa Valladares; por Decreto de 8 do mesmo mez, de 18\$000 mensaes a D. Anna Joaquina Umbelina de Miranda, viuva do 2.º sargento do 11.º corpo de voluntarios da patria João do Rego Barros.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos referidos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge*.

DECRETO N. 1608 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Luiza Candida Augusta de Aguillar, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes concedidas por Decretos de 11 de Março de 1868; a D. Luiza Candida Augusta de Aguillar, mãe do 2.º sargento do 49.º corpo de voluntarios da patria Christiano Augusto de Aguillar Bello, de 18\$000; a D. Jacinthia Elisa de Senna Pereira, irmã do capitão de commissão José Remigio de Senna Pereira, de 60\$000; ao menor Izidro Torres de Souza Valente, filho natural reconhecido do tenente coronel do 33.º corpo de voluntarios da patria Francisco Agnello de Souza Valente, de 96\$000 até a sua maioridade.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data das referidas concessões.

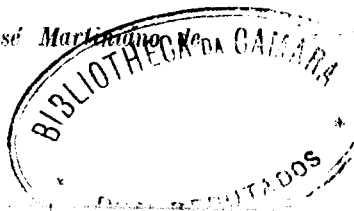
Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar*.



Transitou em 16 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge*.

DECRETO N. 1609 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Anna Ludomilla da Silva, e a outros,

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas por Decretos de 8 de Fevereiro de 1868, a saber: de 84\$000 mensaes a D. Anna Ludomilla da Silva, viuva do major do 17.º corpo de voluntarios da patria, Vicente Ferreira da Silva; de 60\$000 mensaes a D. Anna Carolina Godinho, viuva do capitão do 39.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Ignacio Godinho, a D. Marcolina Furtado de Mendonça, viuva do Capitão da guarda nacional da provincia de Pernambuco Francisco de Oliveira Cabral, e a D. Helena da Cunha Palmar Tavares, viuva do capitão do 12.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional, Antonio Palmar Tavares; de 42\$000 mensaes a D. Euphrosina Candida Soares Caldas, viuva do tenente do 22.º corpo de voluntarios da patria Vasco Martins Caldas, a D. Josephina das Trevas Lima, viuva do tenente do 49.º corpo de voluntarios da patria Innocencio da Costa Lima, e a D. Alexandrina de Jesus Ferreira, viuva do tenente em commissão do 22.º corpo de cavallaria da guarda nacional da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Mauricio de Jesus Ferreira; de 30\$000 mensaes sem prejuizo do meio soldo, a D. Josephia Philomena Rubim, viuva do capitão do 11.º batalhão de infantaria Antonio Rubim; de 28\$200 mensaes a D. Gertrudes Baptista Fernandes de Lima, viuva do mestre de musica do 10.º batalhão de infantaria Belarmino Duarte de Lima; de 400 réis diuturnos ao soldado do 2.º batalhão

de infantaria Raymundo Roberto do Nascimento ; devendo estas pensões ser pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou, em 16 de Julho de 1869. — *André Augusto de Paula Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1610 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Libania Emilia Alves de Azevedo, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes concedidas por Decretos de 4 de Março de 1868 : de 30\$000, sem prejuizo do meio soldo a D. Libania Emilia Alves de Azevedo, viuva do capitão do 3.º regimento de cavallaria ligeira Manoel Alves de Azevedo ; de igual quantia ao operario das obras civis e militares do Arsenal de Marinha Domingos Pires, por ter soffrido amputação dos braços em consequencia dos ferimentos causados pela explosão que se deu na pedreira do mesmo arsenal ; de 60\$000 a D. Francisca Maria do Carmo, viuva

do capitão do 45.º corpo de voluntarios da patria Antonio José Leite Bastos.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos; revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1611 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Luiza Soares, e a outra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes concedidas pelos Decretos de 29 de Janeiro de 1868: de 120\$000 a D. Maria Luiza Soares, viuva do coronel da guarda nacional do Rio Grande do Sul, Joaquim Pedro Soares; e de 36\$000 a D. Maria Carolina do Amor Divino, irmã do Alferes do 29.º corpo de voluntarios da patria Augusto Candido de Castro.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde as datas dos Decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

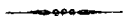
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1612 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Josepha Sanches de Carvalho, e a outro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 7 de Março de 1868: de 42\$000 mensaes a D. Josepha Sanches de Carvalho, mãe do tenente do 5.º batalhão de infantaria José Anastacio de Carvalho; de 144\$000 annuaes ao imperial marinheiro Antonio Francisco Segundo, invalidado em combate; as quaes deverão ser pagas da data dos Decretos que as concedêrão; revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho; Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1839.—*André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1613 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao barão da Passagem e a outro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões de 1:200\$000 annuaes, concedidas por Decretos de 3 de Maio de 1868: ao chefe de divisão Barão da Passagem, pelo extraordinario serviço que prestou no commando da divisão da esquadra brasileira que forçou a passagem de Humaitá, e ao capitão tenente Joaquim Antonio Cordovil Maurity, por igual serviço.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alevcar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1614 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao capitão de fragata Elizario José Barbosa e a outro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 28 de Setembro de 1867: de 1:152\$000 annuaes, ao capitão de fragata Elizario José Barbosa, o qual perdeu um braço na passagem de Curupaity; de 500 réis diarios ao auspeçada do 11.º batalhão de infantaria José Ricardo da Paixão, invalidado em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos; revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

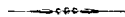
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1615 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao capitão de fragata Arthur Silveira da Motta e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 14 de Março de 1868: de 960\$000 annuaes ao capitão de fragata Arthur Silveira da Motta, commandante do vapor encouraçado *Barroso*, e ao pratico do mesmo vapor o capitão tenente Fernando Etchbarne; de 600\$000 ao pratico do monitor *Alagôas*, o 2.º tenente Santiago Ovicidi; por decreto de 18 do mesmo, de 180\$000 annuaes ao guardião da armada Manoel Ferreira Gomes; devendo estas pensões ser pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1616 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas aos imperiaes marinheiros de 1.^a classe, Deodato Luiz Francisco Monteiro, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.^o Ficão approvadas as seguintes pensões annuaes concedidas pelos decretos de 13 de Fevereiro de 1868: de 144\$000 para cada um dos imperiaes marinheiros de 1.^a classe Deodato Luiz Francisco Monteiro, e de 3.^a dita João Nepomuceno; de 480\$000 a Magdalena de Oliveira Carvalho, viuva do 2.^o machinista da armada João Izidoro de Carvalho.

Art. 2.^o Estas pensões serão pagas desde as datas dos decretos que as concedêrão.

Art. 3.^o Revogão-se as disposições em contrario. •

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*Andre Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*Jose Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1617 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao soldado reformado Bartholdo Salones, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 22 de Abril de 1868.

Pensões diarias : de 400 réis ao soldado reformado Bartholdo Salones ; de 600 réis ao 2.º cadete 1.º sargento do 47.º corpo de voluntarios da patria Sezínio Pereira de Souza.

Pensões mensaes : de 15\$000 a Florinda Rosa de Santa Anna, viuva do cabo de esquadra do 11.º batalhão de infantaria Estevão Rodrigues da Silva ; de 36\$000 a D. Antonia Carneiro Gonzaga Lemos, mãe do Alferes do 54.º corpo de voluntarios da patria Ascanio Tacio Pinheiro de Lemos ; a D. Rosa Benta da Graça e Mello e D. Maria Olympia, mãe e filha do capitão de voluntarios da patria Pedro Soares de Mello Alvim Cesão, a de 60\$000 repartidamente.

Pensões mensaes sem prejuizo do meio soldo : de 48\$000 a D. Maria Marques Garcia Ourique, viuva do Alferes do 4.º corpo de caçadores a cavallo Leopoldo Mendes Ourique ; de igual quantia a D. Marianua Amelia Leite de Barros, viuva do alferes do 20.º batalhão de infantaria Portirio Leite de Barros ; de 42\$000 a D. Maria Etelvina de Lima Albuquerque e Mello, viuva do 2.º Tenente reformado do exercito, e Capitão em commissão do 29.º corpo de voluntarios da patria Volezio de Albuquerque e Mello.

Pensão mensal sem prejuizo do montepio : de 120\$000 a D. Emilia Carlota da Cunha Brito, viuva do capitão de mar e guerra Theotonio Raymundo de Brito.

Art. 2.º Estas pensões deverão ser pagas da data dos referidos decretos.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.— *José Vicente Jorge.*

DBCRETO N. 1618 —DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao soldado Jeremias Antonio de Lemos e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, concedidas pelos Decretos de 18 de Dezembro de 1867 :

Pensões diarias: de 400 réis aos soldados do 10.º batalhão de infantaria Jeremias Antonio de Lemos, do 6.º dito Rufino Olavo de Azevedo ; de 500 réis ao anspçada do 1.º dito Augusto Cezar de Menezes, e ao cabo de esquadra do deposito de aprendizes artilheiros Peregrino Martins ; de 600 réis ao 2.º cadete 2.º sargento do 42.º corpo de voluntarios da patria Antonio Domingues da Silva.

Pensão mensal: de 125000 a Brites Thereza Torres de Simas, mãe do soldado do corpo de policia da Côrte Manoel Pereira da Silva, morto em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1619 — DE 10 DE JULHO DE 1859.

Approva as pensões concedidas ao soldado Luiz Maria Villa-Nova, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, concedidas por decretos de 5 de Fevereiro de 1868, a saber:

Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 7.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Luiz Maria Villa-Nova. do 20.º corpo de volun-

tarios da patria Pedro Teixeira de Carvalho, do 1.º batalhão de infantaria Manoel Mendes de Moraes, do 3.º regimento de cavallaria ligeira Manoel Benedicto Ferreira; de 500 réis aos cabos de esquadra do 7.º batalhão de infantaria Leonardo José dos Santos, do 21.º corpo de voluntarios da patria Manoel Ferreira Negreiros, do 36.º dito Bartholomeu da Silva Queiroz, e ao anspçada do 40.º batalhão de infantaria Miguel Archanjo da Silva, todos invalidados em combate.

Pensões mensaes: de 18\$000, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir, ao 2.º tenente de artilharia do exercito Carlos Clementino Carvalhaes; e de 36\$000 ao alferes do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Sezenando Coelho da Silva.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos referidos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

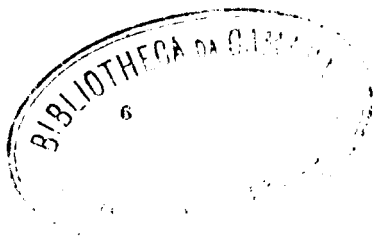
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador,

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1620 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao soldado Guilhermino Francisco de Almeida e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 29 de Fevereiro de 1868, a saber:

Pensões diarias: de 400 réis aos soldados do 26.º corpo de voluntarios da patria Guilhermino Francisco de Almeida, do 34.º dito Manoel Francisco da Paixão, do 8.º batalhão de infantaria João André do Nascimento, todos invalidados em combate.

Pensões mensaes sem prejuizo do meio soldo; de 39\$ a D. Deolinda de Campos e Oliveira Netto, viuva do Tenente do 2.º regimento de cavallaria ligeira e Capitão de comissão Francisco Lucio de Oliveira Netto; de 42\$000 a D. Leopoldina Augusta Ozorio de Lima, viuva do alferes de cavallaria de linha e Capitão de comissão do 49.º corpo de voluntarios da patria Albino Justiniano Barbosa de Lima; de igual quantia a D. Carlota Pimenta da Silva Pinto, viuva do Alferes reformado do exercito e Capitão de comissão de 45.º corpo do voluntarios da patria, Luiz Joaquim da Silva Pinto.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos referidos decretos.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

•Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1621—DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas aos soldados do 1.º batalhão de infantaria Raymundo do Rio Preto Francisco das Chagas, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas pelos decretos de 28 de Março de 1868:

1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados do 1.º batalhão de infantaria Raymundo do Rio Preto Francisco das Chagas e João Ferreira da Silva, do 13.º dito Antonio da Silva Guimarães, do 28.º corpo de voluntarios da patria José Manoel Fernandes, do 33.º dito Manoel Antonio Corrêa da Silva, do 43.º João José da Rocha Pita, do 45.º dito Agostinho da Trindade e João Pereira de Jesus, e ao reformado Manoel Gonçalves Marinho; de 500 réis, aos cabos de esquadra, do 3.º batalhão de artilharia a pé Antonio Joaquim Fernandes Guimarães e do 19.º corpo de voluntarios da patria Manoel Pereira dos Santos; e de 600 réis ao 1.º sargento do 28.º dito Augusto Soares de Oliveira.

2.º Pensões mensaes: de 42\$ ao Tenente do 42.º corpo de voluntarios da patria José Maria Marques de Carvalho; de 84\$, repartidamente, a D. Rita Maria de Mello Tamborim e D. Maria Angelica Tamborim, irmãs do Capitão de artilharia, Major em commissão do 26.º corpo de voluntarios da patria, Sebastião Chrysogno de Mello Tamborim, morto nas linhas avançadas de Tayi.

3.º Pensões annuaes: de 600\$ ao ex-1.º pratico de barra do Rio Grande do Sul, João Fernandes; de 1:152\$ a D. Anna Florinda de Araujo Coimbra, viuva do Capitão de Fragata Justino José de Macedo Coimbra, e repartidamente com seus filhos menores Justino José de Macedo Coimbra e Pedro Rogero de Magalhães Coimbra, até a maioridade destes e sem prejuizo do montepio.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde as datas dos decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano da Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.— *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1622 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas aos soldados do 15.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul, Januario Lannes de Oliveira e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por decretos de 21 de Setembro de 1867: de 400 réis diarios aos soldados Januario Lannes de Oliveira do 15.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul, e José Alves do Nascimento do 53.º de voluntarios da patria; e de 42\$000 mensaes a D. Felicissima Maria da Conceição, mãe do Tenente do 6.º corpo de voluntarios da patria Mathias José Ferreira Guarany, morto em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1623—DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao 1.º cadete 1.º sargento do 37.º corpo de voluntarios da patria, Rozendo Garcia Rosa, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas por decretos de 22 de Fevereiro de 1868, a saber :

Pensões diarias : de 600 réis, ao 1.º cadete 1.º sargento do 37.º corpo de voluntarios da patria Rozendo Garcia Rosa, e ao 2.º cadete 1.º sargento do 2.º batalhão de infantaria Francisco José Couto ; de 500 réis aos cabos do 13.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Benevenuto Acacio Torres, do 37.º corpo de voluntarios da patria Candido José da Silva, do 29.º dito Pedro Joaquim da Cunha, do 14.º corpo de caçadores a cavallo de voluntarios da patria Evaristo Soares de Oliveira, e aos anspçadas do 5.º batalhão de infantaria José Evaristo Pires, do 48.º corpo de voluntarios da patria João Baptista Apostolo, e do 6.º batalhão de infantaria Lucio Alves.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancelleria mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869 —*André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1624—DE 10 DE JULHO DE 1869.

Approva a pensão concedida ao anseçada do 2.º batalhão de infantaria Manoel José do Nascimento.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 500 réis diarios, concedida por Decreto de 28 de Dezembro de 1867 ao anseçada do 2.º batalhão de infantaria Manoel José do Nascimento, invalidado em combate.

Art. 2.º Esta pensão deverá ser paga da data do referido decreto; revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1625 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Eleva a pensão concedida ao 2.º sargento reformado, e Alferes honorario do exercito José Nicoláo de Oliveira.

Hei por bem Sancceionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica elevada a 28\$200 mensaes na conformidade do Decreto de 26 de Outubro de 1867, a pensão mensal de 18\$000, concedida por Decreto de 19 de Junho ao 2.º Sargento reformado e Alferes honorario do exercito José Nicoláo de Oliveira, de que faz menção o Decreto n.º 1515 de 28 de Setembro, ambos também de 1867; e sendo este augmento reunido ao vencimento de 260 réis diarios que percebe, como 2.º sargento reformado, fique o mesmo Alferes percebendo a pensão de 36\$000 mensaes, igual ao soldo de sua patente.

Art. 2.º Este augmento será pago desde a data do Decreto de 19 de Junho de 1867, approvado pelo Decreto n.º 1515 de 28 de Setembro do mesmo anno.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1626 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Eleva a pensão concedida ao anspeçada do 4.º batalhão de infantaria Luiz da França Marinho.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica elevada a 500 réis diarios, na conformidade do Decreto de 28 de Agosto de 1867, a pensão diaria de 400 réis, concedida por Decreto de 17 de Outubro de 1866 ao anspeçada do 4.º batalhão de infantaria Luiz da França Marinho, de que faz menção a Resolução n. 1504 de 25 de Setembro tambem de 1867.

Art. 2.º Este augmento será pago desde a data do Decreto de 17 de Outubro de 1866.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1627—DE 10 DE JULHO DE 1869.

Eleva a pensão concedida a D. Francisca Bandeira Caldas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão de 48\$000 mensaes concedida por Decreto de 20 de Fevereiro de 1867 e approvada por Decreto Legislativo n.º 1397 de 27 de Julho do mesmo anno, a D. Francisca Bandeira Caldas, mãe do Alferes do 13.º batalhão de infantaria Miguel Olympio Pereira Caldas, morto em combate, e do Tenente em commissão do dito batalhão Caspar Felix Pereira Caldas, fallecido na cidade do Rio Grande, fica elevada, conforme o Decreto de 21 de Março do corrente anno, a 66\$666 mensaes, em attenção aos serviços tambem prestados pelo seu marido o major do corpo de estado maior de 2.ª classe José Maria Pereira Caldas, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto de 21 de Março do corrente anno.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadregésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1628 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Eleva a pensão concedida ao sargento do 8.º corpo de voluntarios da patria João Gomes Ribeiro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica elevada a 600 réis diarios, na conformidade do Decreto de 30 de Outubro de 1867, a pensão diaria de 400 réis concedida por Decreto de 27 de Fevereiro do mesmo anno, ao sargento do 8.º corpo de voluntarios da patria João Gomes Ribeiro, de que faz menção a Resolução n. 1407 de 10 de Agosto tambem do mesmo anno.

Art. 2.º Este augmento será pago desde a data do decreto de 27 de Fevereiro de 1867; revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge*.

DECRETO N. 1629 — DE 10 DE JULHO DE 1869.

Autorisa o governo a conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro a Antonio Ferreira da Silva e a outros estrangeiros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º O governo fica autorizado para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro aos subditos portuguezes Antonio Ferreira da Silva, Joaquim Pinto de Magalhães, Joaquim José de Almeida, Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro, Francisco Augusto Mendes Pereira de Vasconcellos, padre Francisco Maria de Brito, Joaquim Raymundo Montanes, Joaquim dos Reis, José Marcos da Silva Vianna, Ignacio Ferreira Netto, José Gonçalves Pedro, Valentim José Augusto de Faria, José Nabo do Amaral Lobo, residentes no Brasil; João Baptista Affonso Peixoto, residente na Provincia do Pará; José Fernandes Lima, residente na Provincia do Maranhão; Thomaz Narciso Ferreira, residente na Provincia de Sergipe; Antonio Affonso da Costa, Domingos Fernandes Grillo, residentes na Provincia do Rio de Janeiro, e Joaquim Rodrigues Lapa, na villa da Barra de S. João da mesma Provincia; Manoel de Souza Pacheco, residente no termo do Pomba, Provincia de Minas Geraes; João José Vieira Guimarães, residente na Provincia de S. Paulo, e Antonio José Bento de Almeida, em Villa Bella da Princeza, da mesma Provincia; Manoel José de Andrade, residente no municipio da Encruzilhada, da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; Miguel de Souza Cunha e Manoel Antonio Tavares, em Porto Alegre, capital da mesma Provincia; aos subditos prussianos Dr. Gustavo Luiz Guilherme Dodt, residente na Provincia do Piahy, e João Augusto Roza, em Barba-

cena, provincia de Minas Geraes; a Moysés Benedicto, natural de Marrocos, residente na Provincia do Maranhão; ao subdito belga padre Nicoláo Rutter, residente em Porto Alegre, capital da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e finalmente ao subdito da Confederação Germanica do Norte Augusto Philippe Christiano Ricke, residente nesta córte.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino Jose Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 16 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1630 — DE 15 DE JULHO DE 1869.

Autorisa o governo para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro a Thimoteo da Silva Alves e a outros estrangeiros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro aos subditos portuguezes: Thimoteo da Silva Alves, Antonio Gonçalves Mendes, Antonio de Oliveira Motta, Manoel Francisco Lagóa, Antonio José Ferreira, e Padre Vicente Rodrigues da Costa Soares, residentes no Brasil; Antonio Joaquim dos Santos, Francisco Martins Costa, resi-

dentes nesta côrte; Arnaldo Luiz Zigno, Joaquim José de Almeida, Manoel de Oliveira Bittencourt, Antonio Cardoso de Siqueira, Luiz de Carvalho Pinheiro, Joaquim Corrêa, e Lino José Peixoto de Amorim, residentes na Província do Rio de Janeiro; Manoel Antonio da Conceição, e Antonio José Machado, residentes na Província do Maranhão; Manoel Pereira de Carvalho, residente na Província do Ceará; João José Salsona, pharmaceutico, estabelecido na capital do Rio Grande do Norte; Ignacio Pereira do Valle, residente na Província de Pernambuco; João Francisco Ribeiro, Luiz Antonio Corrêa de Oliveira, Alexandre Coelho Messeder, residentes na Província da Bahia; Vicente Rodrigues da Silva, residente na Província de S. Paulo; Abel dos Santos, e Joaquim de Oliveira Netto, residentes na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul; José Francisco Cardia, presentemente servindo na esquadra em operações contra o Paraguay; aos subditos francezes André Tarbouriech, e Padre missionario Pedro Claudio Alegre, residentes no Brasil; João Echegoin Portal, residente na Província do Maranhão; Dr. João Numa Guerin, medico contractado e ao serviço da esquadra brasileira em operações; ao subdito argentino Henrique Stegner, residente no Brasil; ao subdito hespanhol padre Ignacio Esmerato, capellão da armada brasileira, presentemente no hospital da marinha em Corrientes; aos subditos italianos Octaviano Francisco Nery, residente no Brasil e Castagnino Luigi, residente nesta Côrte.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

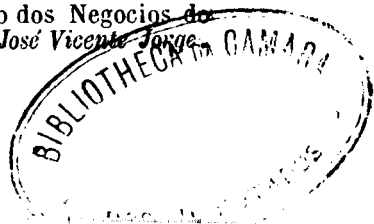
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 19 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1631 — DE 15 DE JULHO DE 1869.

Autorisa o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a transportar do § 5.º para o § 12 do art. 3.º da Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867, a quantia de 40:000\$000 para occorrer no actual exercicio ás despesas com o Corpo Militar de Policia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça fica autorisado a transportar do § 5.º para o § 12 do art. 3.º da Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867, a quantia de 40:000\$000 para occorrer no actual exercicio ás despesas com o Corpo Militar de Policia.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Martiniano de Alencar, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Martiniano de Alencar.

DECRETO N. 1632 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Autorisa o Governo para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro a Pedro Celestino dos Santos e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorisado para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro aos subditos portuguezes: Pedro Celestino dos Santos, residente na capital da provincia da Bahia; José Francisco Ri-

beiro, residente na mesma Provincia; Manoel Joaquim Fernandes, residente na Provincia do Espirito Santo; Antonio Coelho de Avellar, Antonio José do Couto, e José Bernardo Pereira Soares, residentes na Provincia do Rio de Janeiro; Manoel Antonio Rodrigues Lima, residente na freguezia do Morro do Côco, em Campos; José Ferreira Ribeiro Guimarães, residente na parochia de Correntezas, municipio de Capivary, da Provincia do Rio de Janeiro; Joaquim José de Almeida e Silva, Manoel Ferreira Pinto, Francisco Zacarias de Freitas, e Narciso Francisco Pinheiro, residentes nesta Côrte; Benjamim Moreira Coelho de Magalhães, residente na provincia de S. Paulo; Antonio de Souza Pinto de Magalhães, Manoel Francisco Martins de Castro, Joaquim Pedroso de Oliveira, e Augusto Vieira da Cruz, residentes em Iguape, Provincia de S. Paulo; José da Silva Quaresma, residente na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; Joaquim do Silva Barbosa, residente na Provincia de Minas Geraes; Ricardo José Teixeira, e Domingos José Salabert, residentes na Provincia do Piahy; Germano Serrão Arnaud, padre José Antonio Gonçalves, padre José Victorino de Souza Azevedo, Francisco José da Costa, e José Antonio Martins, residentes no Brasil, e Antonio José Mendes, actualmente na esquadra em operações.

Art. 2.º Fica igualmente o Governo autorizado para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro aos subditos italianos: João Raymundo Rodrigues, residente em Nictheroy, Provincia do Rio de Janeiro; padre Raphael Massilo, actual Coadjutor do vigario de Santos, Provincia de S. Paulo, e padre Estevão Garbarini, residente na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; aos subditos hamburguezes: Carlos Ernesto Frederico Greve, e Gustavo Christiano Heymann, residentes nesta côrte, e ao subdito francez Luiz Morau, residente na provincia da Bahia.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1633 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva a pensão concedida a D. Emilia Philomena Guilhon Serra.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 36\$000 mensaes, concedida por Decreto de 8 de Julho de 1868 a D. Emilia Philomena Guilhon Serra, viuva do alferes da guarda nacional da Provincia do Maranhão Tancredo Augusto Serra, fallecido de molestia adquirida em marcha para a campanha.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1634 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao Capitão Verissimo da Costa Valle e a D. Adelaide Buella de Rosas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes, concedidas por Decretos de 27 de Novembro de 1867: ao Capitão do 10.º corpo de cavallaria da guarda nacional Verissimo da Costa Valle, de 60\$000 igual ao soldo daquella patente; e a D. Adelaide Buella de Rosas, viuva do Alferes de commissão João Antonio Rosas, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha, de 36\$000 tambem igual ao soldo daquella patente.

Art. 2.º Estas pensões deveráo ser pagas da data dos referidos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DÉCRETO N. 1633 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva a pensão concedida a D. Carlinda Augusta de Mello Paranapusa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. Fica approvada a pensão de 42\$000 mensaes, igual ao soldo de 2.º Tenente, concedida por Decreto de 20 de Novembro de 1867, a D. Carlinda Augusta de Mello Paranapusa, viuva do 2.º cirurgião de commissão da armada Dr. Alcebiades Agesilão de Magalhães Paranapusa, fallecido a bordo da corveta *Magé*, em consequencia de molestia adquirida em serviço; esta pensão será paga da data do respectivo Decreto, revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1636 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva a pensão concedida a D. Constança Elisa de Oliveira Villas-Boas da Cunha.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. Fica approvada a pensão de 30\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, concedida por Decreto de 6 de Maio de 1868 a D. Constança Elisa de Oliveira Villas-Boas da Cunha, viuva do capitão do 6.º batalhão de infantaria José da Cunha Moreira Alves; sendo esta pensão paga desde a data do referido Decreto; revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1637 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Anna de Jesus Quental e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes, concedidas por Decretos de 30 de Maio de

1868: de 36\$000 a D. Anna de Jesus Quental, mãe do Alferes do 52.º corpo de voluntarios da patria Francisco Xavier Alves de Quental; de 60\$000 a D. Bonifacia Antonia de Miranda, mãe do Capitão do corpo de policia de Pernambuco Manoel Germano de Miranda; de igual quantia a D. Ermina de Almeida Varella, viuva do Capitão do 29.º corpo de voluntarios da patria Glicerio de Almeida Varella; de igual quantia a D. Amelia da Silva Telles, viuva do Capitão de commissão Jayme da Silva Telles; de igual quantia a D. Joanna Theresa Alves Franco, mãe do Capitão do 41.º corpo de voluntarios da patria Erico Jorge Franco; pensões mensaes sem prejuizo do meio soldo: de 39\$000 a D. Custodia Bernardina Garcez, viuva do Tenente do 7.º batalhão de infantaria e Capitão de commissão José Maria Garcez; de 42\$000 a D. Anna Carlota de Araujo e Mello, viuva do major do exercito Cactano da Costa Araujo e Mello; de 54\$000 a D. Francisca Augusta de Victoria Ribeiro, viuva do capitão de infantaria e major de commissão do 34.º corpo de voluntarios da patria Manoel Joaquim Ribeiro.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1638 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a José Domingos de Souza Nunes e a outros.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões diarias, de 400 réis, concedidas por Decretos de 22 de Fevereiro de 1868: aos soldados do 32.º corpo de voluntarios da patria José Domingos de Souza Nunes, do 43.º dito Cecilio de Souza Oliveira, e Luiz Manoel de Santa Anna, do 49.º dito Candido Gonçalves Umbuzeiro, do 52.º dito Manoel Corrêa de Almeida, do 53.º dito Domingos José Alves, do 55.º dito Felisberto José da Silva, do 1.º batalhão de infantaria Manoel José do Carmo, Rodrigo José Pereira, e Manoel José da Silva, do 2.º dito Miguel Pires de Jesus, do 4.º dito Lauriano Gonçalves, do 8.º dito Manoel Bandeira de Miranda, do 1.º batalhão de artilharia a pé Estorgis José de Andrade, do 3.º dito Germano Antonio Corrêa, do batalhão de engenheiros Alexandre Antonio da Silva, do 7.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Leandro José dos Santos, do 8.º dito Candido Cardoso da Silva, do 2.º regimento de cavallaria ligeira Francellino Gonçalves de Souza.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadregésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1639 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Satyro de Jesus Lecór, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 30 de Novembro de 1867: de 400 réis diários ao soldado do 20.º corpo de voluntarios da patria Satyro de Jesus Lecór; de 30\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Clara Rodrigues Cabral, viuva do Capitão do 1.º batalhão de artilharia a pé José Carlos Cabral; de 36\$000 mensaes a D. Thereza Carneiro da Silva, viuva do 2.º Tenente em commissão do 4.º batalhão de artilharia a pé, Francisco Carneiro da Silva; de 60\$000 mensaes a D. Anna Rodrigues Ribeiro, filha menor do Capitão da guarda nacional Pedro da Costa Ribeiro; de 66\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Maria José Alves do Monte Costa, viuva do Alferes reformado do exercito e major em commissão do extincto 2.º corpo de caçadores a cavallo, de voluntarios da patria, Francisco Cardoso da Costa; sendo estas pensões pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano da Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1640 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Francisco Pereira da Silva e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos do 1.º de Fevereiro de 1868, a saber :

Pensão diaria de 400 rs. ao soldado do 48.º corpo de voluntarios da patria Francisco Pereira da Silva, invalidado em combate.

Pensões mensaes : de 15\$000 a Sancha Maria da Conceição, viuva do anseçada do 44.º corpo de voluntarios da patria Jesuino João de Souza ; de 19\$200 a Maria Ferreira de Andrade Lima, viuva do sargento ajudante do 44.º batalhão de infantaria Franklin de Oliveira Lima ; de 42\$000 ao tenente do 29.º corpo de voluntarios da patria Antonio da Silva Mello, invalidado em combate ; de igual quantia a D. Jacintha Felisberta Alves, mãe do Tenente da guarda nacional da Provincia da Bahia Antonio Alves Branco, e ao menor Luiz Martins Ferreira de Lamare, filho do Tenente de voluntarios da patria Domingos José Martins de Lamare, até a sua maioridade.

Pensão annual de 1:728\$000, sêm prejuizo do montepio a D. Ignez Pereira Chermont Rodrigues, viuva do chefe de divisão José Maria Rodrigues.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data das referidas concessões.

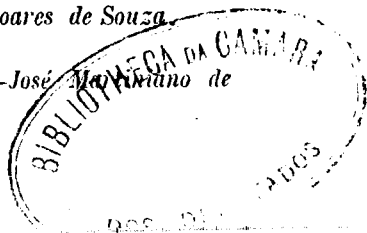
Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — José Mariano de Alencar.



Transitou em 26 de Julho de 1869.—*Andre Augusto de Padua Fleury*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge*.

DECRETO N. 1641 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Pedro José Antonio, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 11 de Dezembro de 1867:

Pensões diarias: de 400 rs. aos soldados do 29.º corpo de voluntarios da patria Pedro José Antonio, e João de Brito Brandão, do 37.º dito José Antonio Francisco, do 31.º dito João Arantes de Bulhões; de 500 rs. aos cabos de esquadra do 5.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande Francisco Rodrigues Florencio, do 13.º Antonio Leite Portinho, do 8.º corpo de voluntarios da patria Francisco Carlos Pereira Pinto; de 600 rs. ao 2.º sargento do 15.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul João Marques da Cunha.

Pensões mensaes: de 18\$000, sem prejuizo do meio soldo, a D. Manoela Gabriela da Guerra, mãe do Alferes do 21.º batalhão de infantaria Manoel Ignacio Pinheiro da Guerra; de 36\$000 ao Alferes do 32.º corpo de voluntarios da patria Antonio Felipe Cavalcanti; de 39\$000, sem prejuizo do meio soldo, a D. Francisca Torres de Farias, viuva do tenente do exercito e capitão em commissão do 32.º dito Anastacio Antonio de Farias; de 42\$000 a D. Maria Amelia Neves Gonzaga, irmã do tenente de commissão e alferes do 13.º batalhão de infantaria Leopoldo Augusto Neves Gonzaga; de 60\$000 a D. Henriqueta Leopoldina de Oliveira Duarte, mãe do capitão do 17.º corpo de voluntarios da patria José Rodrigues Duarte Junior.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos decretos que as concederão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1642 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Pedro Chú, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 16 de Maio de 1868, a saber:

Pensões diarias: de 400 rs. aos soldados do corpo de pontoneiros Pedro Chú, do 8.º corpo de voluntarios da patria Manoel do Nascimento, do 12.º Lucidio Mariano da Silva, do 28.º João Antonio Braga, do 29.º Joaquim Antonio Pereira, do 32.º Hygino da Costa Ribeiro, do 33.º João Francisco dos Santos, e Basilio José da Silva, do 35.º Manoel Nunes do Nascimento, do 37.º Josino Cypriano da Silva, e João Marinho Pinto, do 41.º Manoel

de Souza Coutinho, e Manoel José dos Reis, do 43.º Marcolino Pereira do Nascimento, e Anastacio Dutra Francisco de Góes, do 45.º Antonio Moniz de Vasconcellos, do 47.º Domingos José de Siqueira, e Jeronymo Pires, do 48.º Joaquim Mauricio Masso, e Manoel de Figueiredo, do 49.º Ezequiel do Nascimento e Souza, do 3.º batalhão de artilharia a pé José Ignacio Sampaio, do 4.º batalhão de infantaria José Leandro da Silva e do 16.º Tertuliano Mustardeiro; de 500 rs. aos cabos do 29.º corpo de voluntarios da patria Francisco Manoel dos Santos, do 41.º Lycurgo Joaquim da Costa, do 48.º Ramiro Alves da Silva, do 6.º batalhão de infantaria Manoel Ferreira do Nascimento, do 16.º José Amancio Pereira, ao forriel do 41.º corpo de voluntarios da patria Gonçalo José Vieira, aos anspeçadas do 41.º corpo de voluntarios da patria Luiz Baptista Guedes, do 42.º João dos Anjos Bezerra e do 45.º Manoel Julião de Jesus; de 600 rs. ao 2.º sargento do 49.º corpo de voluntarios da patria Emilio de Abreu e Silva, e ao sargento quartel mestre do 13.º corpo de cavallaria da guarda nacional João Manoel Corrêa.

Pensões mensaes sem prejuizo do meio soldo: de 18\$000, a D. Justiniana Arnalda de Figueiredo, viuva do alferes do 4.º batalhão de infantaria Francisco Antonio Reuner e ao alferes do 9.º batalhão de infantaria João Leite Ribeiro de Salles; de 54\$000 a D. Marianna Gomes, viuva do capitão do 4.º corpo de caçadores a cavallo e major em commissão em um dos corpos de voluntarios da patria, Bento Machado Gomes; de 60\$000 repartidamente a Leoncio Peixoto de Azevedo, Antonio Peixoto de Azevedo, D. Anna Peixoto de Azevedo José Peixoto de Azevedo, e D. Gertrudes Peixoto de Azevedo, filhos legitimos do coronel de cavallaria do exercito Antonio Peixoto de Azevedo, tendo os do sexo masculino direito à pensão sómente até a sua maioridade.

Pensões mensaes: de 30\$000 a Apolinaria Maria dos Santos, viuva do operario do laboratorio do Campinho Manoel Ferreira dos Santos; de 60\$000 a D. Joaquina Josepha de Bittencourt Reis, viuva do Capitão do 49.º corpo de voluntarios da patria João da Silva Reis.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadregésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancelleria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*

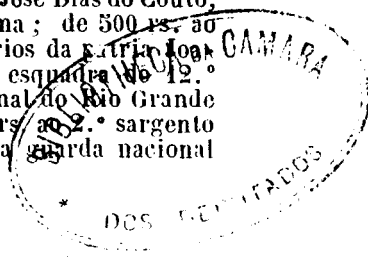
DECRETO N. 1643 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Emygdio José da Costa Aguiar e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º Ficção approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 27 de Maio de 1868 :

Pensões diarias : de 400 rs. aos soldados, do 28.º corpo de voluntarios da patria Emygdio José da Costa Aguiar, do 29.º Manoel José Pereira, do 41.º Manoel Maria do Espirito Santo, Thomaz Luiz Gonçalves, e Manoel Pereira da Silva, do 42.º Antonio Ferreira Campos, do 43.º Antonio da Silva Coutinho, Manoel Ferreira Lemos, Vicente de Moura, João Ferreira dos Santos, Antonio Carneiro da Silva, e José Antonio da Silva, do 49.º Benjamin Franklin Coelho, do 2.º batalhão de infantaria Chrispim Henrique de Hollanda Chacon, do 6.º José Dias do Couto, do 11.º Beraldo José Caetano de Lima ; de 500 rs. ao anspeçada do 43.º corpo de voluntarios da patria João Joaquim Martins de Moura, ao cabo de esquadra do 12.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Andico José Viegas ; de 600 rs. ao 2.º sargento do mesmo 12.º corpo de cavallaria da guarda nacional



do Rio Grande do Sul José Lopes de Almeida, e ao 1.º sargento do 32.º corpo de voluntarios da patria Manoel Ferreira da Silva, todos invalidados em combate.

Pensões mensaes: de 30\$000, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir, a D. Maria Pereira de Mattos, viuva do Capitão do 11.º batalhão de infantaria Bernardo Joaquim Pereira, fallecido no hospital de Uruguayana; de 42\$000 ao tenente honorario do exercito Custodio Vieira Prates, invalidado em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos referidos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1644 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Eleva a 500 réis diários a pensão de 400 réis concedida ao soldado do 5.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Balthazar Barroso, hoje cabo de esquadra do referido corpo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica elevada a 500 réis diários, conforme o Decreto de 23 de Novembro de 1867, a pensão de 400 réis concedida por Decreto de 24 de Agosto do dito

anno, ao soldado do 5.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Balthazar Barroso, hoje cabo de esquadra do referido corpo.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto de 24 de Agosto de 1867.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1645 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Eleva a pensão concedida a José Romão do Sacramento.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º A pensão de 400 réis diarios concedida por Decreto de 27 de Abril de 1867 ao anspeçada e não soldado do 3.º batalhão de infantaria José Romão do Sacramento, como se disse no mesmo Decreto, e approvada pelo decreto legislativo n. 1510 de 21 de Setembro de 1867, fica elevada a 500 réis diarios, em conformidade do Decreto de 27 de Maio de 1868.

Art. 2.º Esta pensão sorá paga da data da primeira concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1616 -- DE 21 DE JULHO DE 1869.

Declara entender-se com o soldado do 16.º batalhão de infantaria, Hilario Machado de Oliveira, a pensão concedida por Decreto de 27 de Março de 1867 ao soldado do mesmo corpo Hilario Machado Martins.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão de 400 rs. diarios, concedida pelo Decreto de 27 de Março de 1867 ao soldado do 16.º batalhão de infantaria Hilario Machado Martins, e approvada pelo Decreto Legislativo n. 1514 de 28 de Setembro do mesmo anno, deve entender-se concedida ao soldado do 16.º batalhão de infantaria Hilario Machado de Oliveira, em conformidade do Decreto de 6 de Maio de 1868.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto de 27 de Março de 1867.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1617 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Declara entender-se com o soldado, hoje reformado, Luiz Keller, a pensão concedida por Decreto de 20 de Fevereiro de 1867 ao soldado do 16.º batalhão de infantaria Luiz Kelpi.

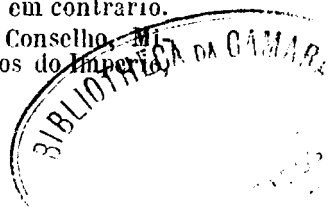
Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão de 400 rs. diários concedida por Decreto de 20 de Fevereiro de 1867, ao soldado do 16.º batalhão de infantaria Luiz Kelpi, e approvada pelo Decreto Legislativo n. 1397 de 27 de Julho do mesmo anno, deve entender-se concedida ao soldado do 16.º corpo de voluntarios da patria, hoje reformado, Luiz Keller, conforme o Decreto de 23 de Abril de 1868.

Artigo 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto de 20 de Fevereiro de 1867.

Artigo 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.



assim o tenha entendido e faça executar, Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1648 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Declara entender-se com o soldado do 4.º batalhão de infantaria, Antero José Bernardo da França, a pensão concedida por Decreto de 25 de Abril de 1868 ao soldado do mesmo corpo Antonio José Bernardo da França.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão de 400 rs. concedida por Decreto de 25 de Abril de 1868 ao soldado do 4.º batalhão de infantaria Antonio José Bernardo da França, entenda-se com o soldado do mesmo batalhão Antero José Bernardo da França, conforme o Decreto de 10 de Junho do mesmo anno.

Art. 2.º Esta pensão deve ser paga da data do 1.º Decreto de concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1649 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Declara entender-se com o musico do 29.º corpo de voluntarios da patria, Germiniano Pacheco de Souza, a pensão concedida por Decreto de 27 de Março de 1867, ao musico do mesmo corpo Germiano de Souza Pacheco.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão concedida por Decreto de 27 de Março de 1867 ao musico do 29.º corpo de voluntarios da patria Germiano de Souza Pacheco e approvada pelo Decreto Legislativo n. 1514 de 28 de Setembro do referido anno, entenda-se com o musico do dito corpo Germiniano Pacheco de Souza, conforme o Decreto de 29 de Fevereiro de 1868.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto de 27 de Março de 1867.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1630 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Declara entender-se com o cabo de esquadra do 31.º corpo de voluntarios da patria Martinho Pires Peixoto, a pensão concedida por Decreto de 27 de Março de 1867 ao cabo de esquadra do mesmo corpo Martinho Pinto Peixoto.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão concedida por Decreto de 27 de Março de 1867 ao cabo de esquadra do 31.º corpo de voluntarios da patria Martinho Pinto Peixoto e approvada por Decreto legislativo n.º 1514 de 28 de Setembro do mesmo anno, entende-se como sendo concedida ao cabo de esquadra do dito corpo Martinho Pires Peixoto, conforme o Decreto de 16 de Novembro do referido anno.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto de 27 de Março de 1867.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Jose Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.— *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1631 — DE 21 DE JULHO DE 1869-

Declara que a pensão concedida a Gregorio da Silva Ramos, entende-se com Gregorio das Santos Ramos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão concedida por Decreto de 17 de Outubro de 1866, ao soldado do 24.º corpo de voluntarios da patria Gregorio da Silva Ramos, e approvada pelo Decreto legislativo n. 1504 de 25 de Setembro de 1867, entenda-se com o soldado do 24.º corpo de voluntarios da patria Gregorio dos Santos Ramos, na conformidade do Decreto de 18 de Março de 1868.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do respectivo decreto; revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sesenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1652 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Declara que a pensão concedida ao soldado do deposito provisorio de 1.ª linha Manoel Joaquim de Santa Anna entenda-se com o voluntario da patria da provincia de Minas Geraes Manoel Joaquim de Sant'Anna.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão concedida por Decreto de 28 de Novembro de 1866 ao soldado do deposito provisorio de 1.ª linha Manoel Joaquim de Santa Anna, e approvada pelo Decreto legislativo n. 1502 de 25 de Setembro de 1867, entenda-se com o voluntario da patria da provincia de Minas Geraes Manoel Joaquim de Santa Anna, na conformidade do Decreto de 18 de Março de 1868.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto de 28 de Novembro de 1866; revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade e Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Julho de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Julho de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1653 — DE 21 DE JULHO DE 1869.

Autorisa o Governo a transferir para o quadro dos effectivos do Exercito o Cirurgião de Brigada Dr. Antonio José da Fonseca Lessa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo fica autorizado, ouvindo de novo a respectiva junta medica desta córte, a transferir para o quadro dos effectivos do exercito o cirurgião de brigada, Dr. Antonio José da Fonseca Lessa.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 27 de Julho de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 9 de Agosto de 1869. — *Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 1634 — DE 4 DE AGOSTO DE 1869.

Autorisa o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao 3.º Escriptuario da Alfandega da Côte Carlos dos Santos e Oliveira Pinto.

Hei por bem Sanceionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Artigo unico. Fica o Governo autorisado a conceder um anno de licença com todos os seus vencimentos ao 3.º Escriptuario da Alfandega da Côte, Carlos dos Santos e Oliveira Pinto, para tratar de sua saude dentro ou fóra do Imperio: revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

LEI N. 1655 — DE 4 DE AGOSTO DE 1869.

Approva Decretos que transportarão quantias de umas para outras verbas da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 para o exercício de 1867—68, abre creditos supplementares e extraordinarios, e approva operações de credito realisadas pelo Governo.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte :

Art. 1.º Ficão approvados os Decretos n.ºs 4262 de 19 de Outubro, 4286, 4300, 4304, 4310 e 4313, de 10, 18, 23, e 31 de Dezembro de 1868, que, de conformidade com os arts. 43 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862 e 40 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, transportarão de umas para outras verbas dos arts. 3.º, 4.º, 5.º, 7.º e 8.º da referida Lei n.º 1507 para o exercício de 1867—68, a quantia de 1.376:959\$841, como consta da tabella A.

Art. 2.º Fica tambem approvado o Decreto n.º 4359 de 25 de Abril deste anno, que, na fórma dos arts. 43 da Lei n.º 1177 e 40 da Lei n.º 1507 acima citadas, transportou da verba do § 7.º para a do § 4.º do art. 4.º da Lei ultimamente referida a quantia de 23:900\$000, como se vê da tabella B.

Art. 3.º Além das despesas votadas na mencionada Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 para o mesmo exercício de 1867—68, é aberto ao Governo um credito supplementar e extraordinario da quantia de 14.382:892\$766, a qual será distribuida pelos differentes Ministerios e rubricas indicadas na tabella C.

Art. 4.º E' tambem aberto ao Governo, além dos creditos votados na mencionada Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 para o exercício de 1868—69, um credito supplementar e extraordinario de 73.479:464\$047, o qual será distribuido pelos Ministerios e verbas designadas na tabella D.

Art. 5.º Para fazer face ás despesas provenientes destes augmentos são approvadas as operações de credito realisadas pelo Governo nos dous referidos exercicios.

Art. 6.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que

a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Visconde de Itaborahy.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, Approvando Decretos que transportarão quantias de umas para outras verbas da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 para o exercicio de 1867—68, abrindo creditos supplementares e extraordinarios, e approvando operações de creditos realisadas pelo Governo.

Para Vossa Magestade Imperial vêr

Carlos Augusto de Sá a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 12 de Agosto de 1869.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Fazenda, em 14 de Agosto de 1869.— *José Severiano da Rocha.*

TABELLA A.

Dos creditos transportados pelos Decs. n.ºs 4262, 4286, 4500, 4504, 4510 e 4515 de 19 de Outubro, 10, 18, 25 e 31 de Dezembro de 1868 de umas para outras verbas no exercicio de 1867—1868.

LEI N. 1507 DE 26 DE SETEMBRO DE 1867.

Ministerio da Justiça.

1.º Secretaria de Estado.....	2:242\$594	
7.º Despesa secreta da Policia..	4:592\$745	
8.º Pessoal e material de Policia.	11:429\$692	
12.º Corpo militar de Policia	129:021\$534	
14.º Casa de Correção da Corte.	1:639\$622	148:926\$207

Ministerio de Estrangeiros.

1.º Secretaria de Estado.....	3:118\$230	
5.º Extraordinarias no exterior.	55:000\$000	58:118\$230

Ministerio da Marinha.

9.º Batalhão Naval	171:095\$201	
13.º Navios desarmados.....	16:825\$514	
16.º Hospitaes	147:317\$680	
19.º Reformados	24:228\$481	359:466\$876

Ministerio da Fazenda.

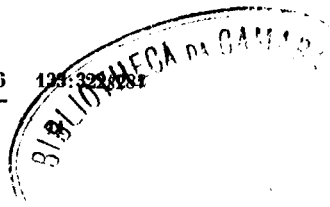
5.º Pensionistas e aposentados .	40:696\$323	
6.º Empregados de Repartições extinctas	9:039\$643	
10.º Casa da Moeda.....	30:000\$000	

Addiantamento da garantia de 2 %o provincias a estrada de ferro de S. Paulo, na forma do contracto feito com a respectiva Companhia....

53:586\$316

123:322\$287

PORTE I.



**Ministerio da Agricultura, Commercio e
Obras Publicas.**

§ 1.º Secretaria de Estado.....	16:429\$530	
§ 5.º Eventuaes.....	12:447\$660	
§ 11. Estrada de ferro de D. Pedro II.....	97:732\$334	
§ 16. Terras publicas e colonisação	541:786\$700	
§ 17. Catechese e civilisação de indios.....	8:711\$020	677:126\$244
		<u>1.376:989\$841</u>

Rio de Janeiro, em 4 de Agosto dd 1869.

Visconde de Itaborahy.

TABELLA B.

**Do credito transportado por Dec. n.º 4359 de 25 de Abril de 1869
de uma para outra verba no exercicio de 1868—1869.**

LEI N. 1507 DE 26 DE SETEMBRO DE 1867.

Ministerio de Estrangeiros.

§ 4.º Ajudas de custo	<u>23:900\$000</u>
-----------------------------	--------------------

Rio de Janeiro , em 4 de Agosto de 1869.

Visconde de Itaborahy.

TABELLA C.

Dos creditos supplementares e extraordinarios abertos por Dees. n.ºs
4501, 4505, 4506 e 4515 de 18, 25 e 31 de Dezembro de
1868 para o exercicio de 1867—1868.

Ministerio de Estrangeiros.

§ 3.º Extraordinarias no exterior..... 238:417#104

Ministerio da Marinha.

§ 12. Arsenaes... 579:608#474
§ 14. Força Naval 2.804:828#474
§ 20. Obras..... 432:807#137
§ 21. Despezas extraordinarias e
eventuaes..... 4.047:244#303 7.864:488#388

Ministerio da Fazenda.

§ 1.º Juros, amortisação e mais
despezas da divida externa
fundada pertencente ao Es-
tado, ao cambio de 27..... 50:702#036
§ 2.º Dito da divida interna fun-
dada..... 116:733#000
§ 4.º Caixa da Amortisação e filial
da Bahia..... 13:750#191
§ 8.º Juizo dos Feitos da Fazenda. 5:000#000
§ 9.º Estações de arrecadação ... 302:190#100
§ 16. Despezas eventuaes, inclusive
differenças de cambio, cal-
culadas as remessas ao mé-
dio de 24..... 4.523:353#272
§ 17. Premios, descontos de bilhe-
tes da Alfandega, commis-
sões, corretagens, seguros,
juros reciprocos, agio de
moedas e metaes..... 1.065:500#860
§ 18. Juros do emprestimo do co-
fre de Orphãos..... 130:000#000
Adiantamento da garantia de
2 % provinciaes á estrada
de ferro de S. Paulo..... 70:755#815 6.279:987#274

14.382:892#766

Rio de Janeiro, em 4 de Agosto de 1869.

Visconde de Itaborahy.

TABELLA D.

Dos creditos supplementares e extraordinarios abertos pelos Decs. n.ºs 4266, 4279, 4356, 4344, 4347, 4349, 4351, 4357 e 4358 de 51 de Outubro e 24 de Novembro de 1868, 27 de Fevereiro, 25 de Marco, 5, 17, 24 e 25 de Abril de 1869 para o exercicio de 1868—1869.

Ministerio da Justiça.

§ 6.º Ajudas de custo a Juizes de Direito e Municipaes	13:000\$000
--	-------------

Ministerio da Marinha.

§ 9.º Batalhão Naval	77:218\$038
§ 12. Arsenaes	2.836:299\$023
§ 14. Força Naval	6.496:383\$981
§ 15. Navios desarmados	40:424\$827
§ 16. Hospitaes	176:235\$119
§ 19. Reformados	31:206\$994
§ 20. Obras	504:760\$701
§ 21. Despezas extraordinarias e eventuaes	2.430:072\$805
	12.632:621\$510

Ministerio da Guerra.

§ 2.º Conselho Supremo militar, Juntas de Justiça e Auditores	63:724\$260
§ 6.º Arsenaes de guerra, armazens de artigos bellicos, etc.	6.187:168\$017
§ 7.º Corpo de saude e hospitaes.	1.756:843\$686
§ 8.º Quadro do Exercio	31.482:109\$772
§ 15. Diversas despezas e eventuaes	5.025:821\$577
Repartições de Fazenda	137:266\$060
	44.672:933\$372

Ministerio da Fazenda.

§ 2.º Juros da divida interna fundada	4.058:933\$000
§ 4.º Caixa da Amortisação e fital da Bahia	134:602\$000
§ 16. Despezas eventuaes, sendo 1.084:624\$333 para differenças de cambio	6.873:376\$443
§ 17. Premios, desconto de bilhetes da Alfandega, etc	4.320:000\$000

§ 19. Obras.....	150:000\$000	
Adiantamento da garantia de 2 % provinciaes á estrada de ferro de S. Paulo, na fórma do Aviso do Ministe- rio da Agricultura de 15 de Junho de 1867 e do Dec. n.º 2499 de 29 de Outubro de 1839.....	471:117\$000	16.010:090\$445

**Ministerio da Agricultura, Commercio e
Obras Publicas.**

§ 9.º Illuminação publica	148:816\$720	
	<u>73.479:464\$047</u>	

Rio de Janeiro, em 4 de Agosto de 1869.

Visconde de Itaborahy.

DECRETO N. 1636—DE 4 DE AGOSTO DE 1869.

Concede á companhia Paulista da estrada de ferro de Jundiahy a Campinas, os mesmos favores de que goza a companhia ingleza da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, com a excepção da garantia de juros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorisado a conceder á companhia Paulista, da estrada de ferro de Jundiahy a Campinas os mesmos favores concedidos á companhia ingleza da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, com a excepção da garantia de juros.

Art. 2.º Igual favor é concedido á companhia que organisar-se para o prolongamento da mesma estrada de ferro da cidade de Campinas á do Rio Claro da Provincia de S. Paulo.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 9 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 21 de Setembro de 1869.—O Director Geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1637 — DE 4 DE AGOSTO DE 1869.

Autorisa o Governo a readmittir no quadro activo do exercito o tenente coronel graduado João de Souza Fagundes, no posto em que foi reformado.

Hoi por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. Unico. Fica o Governo autorizado a readmittir no quadro activo do exercito, o tenente coronel graduado João de Souza Fagundes no posto em que foi reformado, revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 9 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 14 de Agosto de 1869.—*Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 1658 — DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

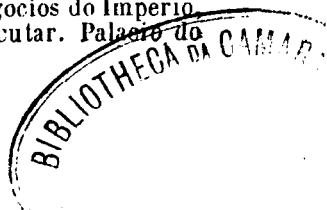
Determina que as disposições do art. 108 da Lei n.º 337 de 19 de Agosto de 1846 sejam observadas todas as vezes que se houver de fazer qualquer eleição de Eleitores, Juizes de Paz, ou Vereadores.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º As disposições do art. 108 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 serão observadas todas as vezes que se houver de fazer qualquer eleição de Eleitores, Juizes de Paz, ou Vereadores, devendo suspender-se o recrutamento em todo o municipio, ainda que a eleição se faça somente em parte delle.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do



Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1639 — DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Autorisa o Governo para mandar aceitar em qualquer Faculdade do Imperio os exames de preparatorios feitos na Faculdade de Direito do Recife pelo estudante Manoel Rodrigues de Carvalho Borias.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar aceitar em qualquer Faculdade do Imperio os exames de preparatorios feitos na Faculdade de Direito do Recife pelo estudante Manoel Rodrigues de Carvalho Borias, que marchou como voluntario e ainda se achra na guerra contra o Paraguay.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar*.

Transitou em 14 de Agosto de 1869.— *André Augusto de Padua Fleury*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.— *José Vicente Jorge*.



DECRETO N. 1660.— DE 11 DE AGOSTO DE 1859.

Autorisa o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante Antonio de Souza Bandeira e outro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar que seja admittido a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante Antonio de Souza Bandeira, uma vez que prove, como ouvinte, a frequencia exigida pelos estatutos da faculdade, e satisfaça a importancia da matricula.

Art. 2.º E' concedido igual favor ao estudante Manoel da Trindade Peretti, com as mesmas condições do de que se trata no artigo antecedente.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil'oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar*.

Transitou em 14 de Agosto de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869. — *José Vicente Jorge*.

DECRETO N. 1661 — DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Autorisa ao Governo a conceder um anno de licença, com os respectivos vencimentos ao Dr. João José Ferreira de Aguiar, Lente Cathedratico da Faculdade de Direito do Recife.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder um anno de licença, com os respectivos vencimentos, ao Dr. João José Ferreira de Aguiar, Lente Cathedratico da Faculdade de Direito do Recife.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar*.

Transitou em 14 de Agosto de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869. — *José Vicente Jorge*.

DECRETO N. 1662—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva a pensão concedida a D. Luiza Amalia Nogueira Angelim e a outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão mensal de 60\$000 concedida por Decreto de 17 de Junho de 1868 a D. Luiza Amalia Nogueira Angelim, viuva do Capitão da Guarda Nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco Nogueira Angelim, repartidamente com as filhas deste, D. Rita Nogueira de Oliveira e D. Maria Januaria Nogueira Angelim; sendo esta pensão paga da data do mesmo Decreto.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869 —*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1663—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva a pensão concedida a D. Dorothéa Sabina de Abranches Freitas, e a outra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 27 de Junho de 1868: de 24\$ mensaes a D. Dorothéa Sabina de Abranches Freitas, viuva do Alferes do 4.º Batalhão de Infantaria e Tenente de commissão, Angelo Manoel de Freitas; e de 60\$000 mensaes a D. Amelia Carolina dos Reis Nunes, viuva do Capitão do 18.º Corpo Provisorio de Cavallaria de Guardas Nacionaes, Manoel dos Reis Nunes.

Art. 2.º Estas pensões deverão ser pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1664—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Rosa dos Santos Trindade, e a Manoel de Miranda Teixeira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 6 de Junho de 1868: de 60\$000 mensaes a D. Rosa dos Santos Trindade, viuva do Capitão de 43.º Corpo de Voluntarios da Patria Joaquim Antonio da Trindade, e de 144\$000 annuaes ao grumete da marinhagem Manoel de Miranda Teixeira.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1665—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva a pensão concedida a D. Hygina Francisca Meirelles.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão concedida por Decreto do 1.º de Julho de 1868: de 24\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Hygina Francisca Meirelles, mãe do Alferes do exercito e Tenente em commissão do 7.º Batalhão de Infantaria, Conrado Gonçalves Meirelles, morto em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do respectivo decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1666 — DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Joaquim Nunes da Silva e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 8 de Julho de 1868:

Pensões diarias: de 400 réis aos soldados do 27.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Nunes da Silva, do 29.º dito Jacintho Alves da Silva, do 31.º dito Manoel José das Virgens e Antonio José Dias da Silva, do 32.º dito Manoel Francisco da Silva e Francisco da Costa Santiago, do 34.º dito Pedro Joaquim de Santa Anna, do 35.º dito José Luiz Antunes, do 37.º dito Antonio Maio, Jacob Mariano, Benedicto José de Brito e Miguel Francisco da Costa, do 41.º dito Manoel João do Nascimento e Manoel Ferreira dos Santos, do 42.º dito Rosalino Bezerra de Menezes, do 43.º dito Antonio Ferreira da Silva, Gabriel Archanjo do Nascimento e Fortunato José, do 45.º dito Manoel Bento de Lima, do 46.º dito Honorato Pereira de Santa Anna, Evaristo da Silva Praia e Isaias Barbosa da Gama, do 47.º dito Manoel Crescencio da Motta, do 49.º dito Severino Ferreira Bombem e Julio Garrides Feio, do 52.º dito Antonio Alves da Silva e Eliseu Machado da Cruz, do 1.º batalhão de infantaria Leandro Bispo do Nascimento e Manoel José de Araujo, do 2.º dito Archanjo Madureira Campos, do 3.º dito Cypriano Manoel da Rocha, do 7.º dito Salvador Marinho da Trindade, do 11.º dito José Ave-lino dos Santos, do 15.º dito Miguel Luiz de Araujo, do 16.º dito Marcos Ferreira Lima, João Pereira de Souza e José Narciso de Carvalho, do 18.º corpo de cavallaria da guarda nacional Manoel Joaquim de Santa Anna, do 23.º dito Raphael Pedro Indio da Silva, e do 5.º corpo de caçadores a cavallo João Vaz Bragança; de 500 réis aos cabos de esquadra do 15.º batalhão de infantaria Deolindo José da Costa, do 31.º corpo de voluntarios da patria Pedro Galindo da Silva, do 46.º dito Manoel Marinho da Rocha, aos anspeçadas do 15.º batalhão de infantaria Florencio Xavier de Santa Anna, do corpo de pontoneiros Joaquim Francisco Ramos, e do 36.º corpo de voluntarios da patria Justiniano Antonio Corrêa; de 600 réis ao sargento ajudante reformado do batalhão de engenheiros Tito Cassio Arão da

Paixão Rocha e ao 2.º dito do 49.º corpo de voluntários da patria Renovato da Costa Coelho.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1667—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Innocencio Corrêa e Oliveira, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 11 de Julho de 1868:

Pensões diarias: de 400 réis ao soldado do 8.º batalhão de infantaria Innocencio Corrêa e Oliveira; de 500 réis ao cabo de esquadra do 27.º corpo de voluntários da patria Reynaldo dos Santos Mattos; de 600 réis ao 2.º sargento do 1.º batalhão de artilharia a pé Antonio Augusto Cesar de Lima.

Pensões mensaes: de 48\$000, sem prejuizo do meio soldo, ao Alferes do 21.º batalhão de infantaria João Lopes Gonçalves Palorga; de 24\$000, sem prejuizo do meio soldo, ao Tenente da arma de infantaria Laurentino Pereira de Vasconcellos; de 42\$000, repartidamente, a D. Carolina Josephina dos Santos e D. Felicissima Eugénia dos Santos, irmãos do Tenente do 33.º corpo de voluntarios da patria João Apolinario dos Santos, morto em combate; de 60\$000 ao Capitão honorario do exercito João Esteves de Freitas, invalido em consequencia de ferimentos recebidos em combate; e finalmente igual quantia a D. Gertrudes Clementina de Siqueira Campos Rebouças, viuva do Capitão do 29.º corpo de voluntarios da patria Eloy Pereira Rebouças, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha.

Pensão annual: de 44\$000 ao imperial marinheiro de 1.ª classe Matheus da Fonseca, invalido em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data das concessões.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1668—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Manoel José Fernandes, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 29 de Abril de 1868:

Pensões diarias : de 400 réis aos soldados do 6.º corpo de voluntarios da patria Manoel José Fernandes, e do 30.º dito Antonio José Soares ; de 500 réis aos cabos de esquadra, do 36.º corpo de voluntarios da patria José Dias Carneiro Borges, e do 51.º dito Simplicio José de Oliveira.

Pensões mensaes : de 36\$000 a D. Maria José Centeno Butte, viuva do Alferes do corpo de voluntarios da patria da provincia do Rio Grande do Sul, Victoriano Centeno Butte ; de 60\$000 a D. Maria Angelica Rodrigues Cidade, viuva do Capitão do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional da provincia do Rio Grande do Sul, João Baptista de Azambuja Cidade ; de igual quantia a D. Carlota Coelho da Cunha, viuva do Capitão do 54.º corpo de voluntarios da patria Francisco dos Santos Silveira.

Pensões mensaes, sem prejuizo do meio soldo : a D. Maria da Conceição Pinheiro Passos, viuva do Tenente do 3.º batalhão de infantaria Francisco Florencio Pinheiro Passos, a de 21\$000 ; a D. Maria Carolina Leal Ferreira, viuva do Capitão do 2.º batalhão de infantaria Candido Leal Ferreira, a de 30\$000 ; por decretos de 2 de Maio de 1868 a Francisco da Costa Gonçalves, pai do Alferes do 47.º corpo de voluntarios da patria Flavio da Costa Queiroz, a de 36\$000 igual ao soldo daquella patente ; a D. Justina Rosa da Conceição Monteiro, mãe do Capitão do 16.º corpo provisório de cavallaria da guarda nacional Domingos Ribeiro dos Santos Monteiro, a de 30\$000 sem prejuizo do meio soldo que já percebe como viuva.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas das datas dos referidos decretos.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

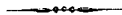
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.— *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1669—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Deodato Luiz Francisco Monteiro, e a D. Maria Henriqueta de Souto Gondim.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 15 de Abril de 1868, de 1443 annuaes ao imperial marinho de 1.ª classe Deodato Luiz Francisco Monteiro ; de 18 do mesmo mez, de 39\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo que possa lhe competir, a D. Maria Henriqueta de Souto Gondim, viuva do tenente do exercito e Capitão de commissão Antonio Dionysio de Souto Gondim.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Paula Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1670—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Antonio José dos Santos, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 3 de Junho de 1868: de 400 réis diários aos soldados, do 32.º corpo de voluntarios da patria Antonio José dos Santos, do 44.º Honorato Dias Furtado, e ao soldado reformado Valerio Ferreira de Souza; de 18\$000 mensaes a Faustina de Oliveira Jardim, viuva do sargento quartel-mestre do extinto 14.º corpo de cavallaria de voluntarios da patria Salomão Gomes Jardim; de 21\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Honoria Rodrigues da Cruz, viuva do Tenente do 4.º batalhão de infantaria Ludgero Braulio da Cruz; e de 84\$000 mensaes, igual ao soldo da patente de Major a D. Maria Paulina da Cunha, viuva do Major em commissão Estevão Caetano da Cunha.

Parapho unico. Fica tambem approvada a pensão de 53\$520 mensaes, sem prejuizo do meio soldo de 6\$480 que lhe compete, concedida tambem por Decreto de 3 de Junho de 1868 a D. Maria Etelvina de Lima Albu-

querque Mello, viuva do Tenente reformado do exercito e Capitão de voluntarios da patria Volesio de Albuquerque Mello, a que fica elevada a de 42\$000 mensaes que lhe fóra concedida por Decreto de 22 de Abril do mesmo anno; devendo esta pensão ser paga da data do primeiro decreto de concessão.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas das datas dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*

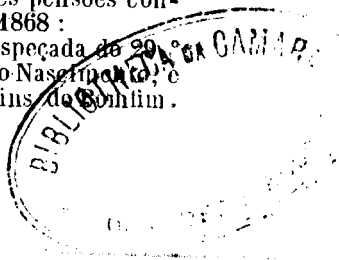
DECRETO N. 1671—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Manoel do Nascimento, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 20 de Junho de 1868:

Pensões diarias: de 500 réis ao anspeçada de 20.º do corpo de voluntarios da patria Manoel do Nascimento, e ao cabo de esquadra reformado José Martins de Souza.



Pensão mensal : de 36\$000 a D. Clemencia Maria de Jesus, mãe do Alferes de commissão Candido Joaquim da Silva.

Pensões annuaes : de 84\$000 ao grumete Zeferino Antonio Manoel ; de 1:728\$000, repartidamente, sem prejuizo do monte-pio a D. Maria Luiza de Lima, D. Paulina Guilhermina de Lima e D. Marianna Guilhermina de Lima, filhas do Chefe de Divisão Antonio Afonso Lima.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

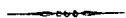
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.—*Jose Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1672—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a João Nepomuceno Baptista, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 13 de Junho de 1868 : de 400 réis diarios ao soldado do 2.º batalhão de infantaria João Nepomuceno Baptista; de 18\$000 mensaes a D. Idalina Maria da Costa, mãe do 1.º cadete sargento vago-mestre

de corpo de pontoneiros Victor Cardoso da Costa; de 36\$ mensaes a D. Manoela Joaquina da Silva, mãe do Alferes do 24.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Manoel de Almeida Torres; de 60\$000 mensaes ao Capitão do 27.º corpo de voluntarios da patria Bento Augusto de Almeida Bicudo; e de 42\$000 mensaes, sem prejuizo do meo soldo, a D. Francisca Candida da Silveira Cardoso, viuva do Major do 18.º batalhão de infantaria João Antonio Cardoso; sendo estas pensões pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869. — *André Augusto de Paula Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1573—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Balbino Rodrigues de Andrade, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões diarias concedidas por Decretos de 10 de Junho de 1868: de 400 réis aos soldados do 23.º corpo de voluntarios da patria Balbino Rodrigues de Andrade, do 26.º Manoel

Pereira da Silva, do 28.º Henrique Gonçalves de Araujo, do 29.º João Alves Pinto, Manoel Balbino de Moura e Manoel Joaquim do Valle, do 33.º José Francisco do Nascimento, do 34.º Manoel Rito do Rosario, Hermenegildo Luiz Ferreira e José Francisco de Paulo, do 36.º Vicente Ferreira Ribeiro e José Marcos Rodrigues, do 41.º Emiliano Gomes da Silva, do 42.º Raymundo José Bessa, do 43.º Manoel Vicente Ferreira e Manoel Florencio da Silva, do 44.º João Antonio Rodrigues Amorim, do 47.º Antonio Coelho Vianna, do 48.º Manoel Thomé Barbosa, do 49.º Florencio Gonçalves Bandeira, do 52.º Claudio Alves de Oliveira Paranhos, e do 54.º Antonio Joaquim dos Santos, do 12.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Feliciano Gonçalves Ribeiro, do 1.º batalhão de artilharia a pé Francisco José Pereira, Joaquim Manoel Felipe e João Quintino do Amaral, do 1.º batalhão de infantaria Ventura Corrêa e Benedicto Antonio José, do 2.º Manoel Francisco Pereira, do 7.º Marcos Mathias da Costa, do 8.º Leandro José Rodrigues e Alcibíades de Bittencourt; de 500 réis aos ansepeçadas, do 46.º corpo de voluntarios da patria Manoel José de Sá Valença, e do corpo provisorio de artilharia de voluntarios da patria Vicente Bandeira dos Santos, e aos cabos de esquadra do 27.º corpo de voluntarios da patria Pompiano Muniz Barreto, do 37.º Pedro Francisco de Jesus, do 42.º Supercino Francisco das Chagas, do 43.º José Esequiel da Silva, do 47.º João Ferreira de Mendonça, e do 42.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Venancio Luiz da Rocha; ao forriell reformado do 36.º corpo de voluntarios da patria Simplicio Jovino da Cruz; e de 600 réis ao 2.º sargento do 44.º corpo de caçadores de voluntarios da patria Manoel Rodrigues Barbosa; todos invalidados em combate.

Art. 2.º Todas estas pensões serão pagas da data dos mesmos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1674—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a João Bernardo de Oliveira, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 4 de Julho de 1868:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis, aos soldados do 27.º corpo de voluntarios da patria João Bernardo de Oliveira e João Alves de Macedo, do 28.º dito Luiz da Franca Corrêa, do 31.º dito José Silverio de Souza e Joaquim Gonçalves de Mattos, do 32.º dito Frederico Manoel Guilherme e João Apostolo Evangelista, do 34.º dito Manoel Athanasio de Santa Anna e João Gualberto Pinheiro, do 37.º dito Maximo José de Oliveira, do 41.º dito Manoel Bomfim Neves dos Santos, do 43.º dito José Francisco do Nascimento, do 44.º dito Bernardo Horta, do 47.º dito Lourenço Ferreira dos Santos, do 48.º dito Manoel Victor Roberto, do 52.º dito José Francisco de Moura, do 6.º batalhão de infantaria Manoel Fernandes da Silva, do 13.º dito Lucio José de Souza, do 16.º dito Innocencio Januario da Silva, do 14.º corpo de cavallaria da guarda nacional Boaventura Gonçalves Dias, do corpo de pontoneiros Antonio Anis, e ao corneta do 3.º batalhão de infantaria João Baptista Cordeiro; de 500 réis aos cabos de esquadra do 36.º corpo de voluntarios da patria Manoel Avelino Evangelista, do 14.º corpo de cavallaria da guarda nacional José de Souza Machado, do 8.º batalhão de infantaria Francisco Maciel de Carvalho, do corpo de pontoneiros

Jorge Bêcco, do 31.º corpo de voluntarios da patria Trajano Manoel dos Santos, do 5.º corpo de cavallaria da guarda nacional Luiz Corsete Roso, e ao cabo de esquadra voluntario da patria, addido ao 16.º batalhão de infantaria Antonio José Fernandes; de 600 réis aos 1.ºs sargentos, do 43.º corpo de voluntarios da patria João Teixeira de Carvalho, do 47.º dito Manoel Antonio da Silva, do 52.º dito Benedicto José dos Santos, aos 2.ºs sargentos, do 49.º dito Manoel Antonio de Carvalho Serrano, e do 54.º dito José Rodrigues da Costa.

§ 2.º Pensões mensaes: de 36\$, repartidamente, a D. Anna Delphina da Cunha Barboza e D. Maria Leonor da Cunha Barboza, irmãs do Alferes do exercito Alonso da Cunha Barboza, morto em combate, e de 60\$, tambem repartidamente a D. Marianna Joaquina de Mattos e D. Maria Francisca de Mattos, irmãs do Capitão do 23.º corpo de voluntarios da patria Manoel Joaquim de Mattos, fallecido no exercito em operações no Paraguay.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos Decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1675—DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Eleva a pensão concedida a Arsenio Delcarpio Velloso da Silveira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º A pensão de 600 réis diários concedida ao 2.º sargento do extinto esquadrão de cavallaria da Bahia, Arsenio Delcarpio Velloso da Silveira, por Decreto de 13 de Abril de 1867, e approvada pelo Decreto Legislativo n. 1469 de 21 de Setembro do dito anno, fica elevada, de conformidade com o Decreto de 13 de Fevereiro de 1868, a 315\$200 annuaes, que, reunidos ao soldo de 116\$800 tambem annuaes que percebe como 2.º sargento reformado, perfaz a quantia de 432\$000 annuaes, equivalente ao soldo da patente de Alferes em commissão, que occupava o agraciado quando recebeu os ferimentos.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de 13 de Abril de 1867.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancelleria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 11 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1676 — DE 11 DE AGOSTO DE 1869.

Autorisa o Governo para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro a Hermano Franco de Mattos, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo é autorizado para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro aos subditos portuguezes, Hermano Franco de Mattos e João das Neves Bernardo Ferreira Gonçalves, residentes na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul; Manoel Corrêa da Trindade, residente em Itajahy, da Província de Santa Catharina; Antonio José Ferreira e José Martins de Souza Vianna, residentes na Província de S. Paulo; José Pereira Taveira de Magalhães, Francisco José de Souza Marques, padre José Narciso da Silva Soares de Albergaria, Antonio Pereira de Leão, Antonio Teixeira Dias de Carvalho, José Teixeira Dias de Carvalho, Antonio Teixeira de Souza Leão, João Teixeira de Souza Leão e João Teixeira de Freitas, residentes em Itabira, da Província de Minas Geraes; Antonio Gomes da Silva Avintes, residente na Província do Rio de Janeiro; Damião Pinto da Silva, no Município de Magé, José da Rosa Machado, no de Pirahy, Luiz Francisco Valentim, no de S. João da Barra, João Ferreira Leão, Miguel José Rodrigues Pereira e José da Silva Santos, no da Parahyba do Sul, todos da Província do Rio de Janeiro; Antonio Teixeira da Silva, em Itapemirim, da Província do Espirito Santo; Francisco José dos Santos Azevedo, residente na Cidade de Lençóes, da Província da Bahia; Joaquim Teixeira Bastos, residente na Província de Pernambuco; Manoel José de Oliveira, residente em Pacatuba, da Província do Ceará; Antonio Moreira do Carmo, residente na Theresina, capital da Província do Piahy; Antonio Gonçalves Pereira Portellada, residente na mesma Província; Francisco Antonio de Almeida, José Gaspar, José dos Santos Ferreira e Antonio José da Silva Junior, residentes nesta Corte; padre Francisco Madeira de Brito, José Maria da Silva Vianna, Antonio Coelho de Castro e João Luiz de Souza, residentes no Brasil; João Baptista dos Passos Vianna, 2.º Tenente da armada em commissão, e Joaquim Fernandes, actualmente embarcado no transporte *Bonifacio*; ao subdito francez Jacob Asser, residente na Província de S. Paulo; ao subdito prussiano Mathias

José Nef, residente na Província de Minas Geraes; e ao subdito inglez, John Williams, engenheiro, residente na Província do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 14 de Agosto de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1677 — DE 16 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Anna Carolina de Menezes, e a outros.

Hei por bem Sancceionar e Mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 25 de Abril de 1868:

Pensão mensal: de 96\$000 a D. Anna Carolina de Menezes, viuva do Tenente Coronel do 38.º corpo de voluntarios da patria Gustavo Adolpho de Menezes.

Pensões diarias: de 600 rs. ao 1.º sargento do 49.º corpo de voluntarios da patria Francisco Guilherme de Souza Oliveira, invalidado em combate; de 500 rs. aos cabos de esquadra, do 11.º ba talhão de infantaria Cyriaco

DA CAMARA
DOS DEPUTADOS

Ribeiro da Cruz, do 37.º corpo de voluntarios da patria Manoel do Nascimento Lapinha e do 43.º dito Torquato José do Nascimento; aos ansepeçadas do 36.º dito Antonio Matheus Soares e do 46.º dito Miguel dos Anjos; e de 400 rs. aos soldados, do 2.º batalhão de infantaria Manoel Felipe de Santiago e José Timotheo Alves de Lima, do 3.º Antonio Francisco dos Santos, do 4.º Antonio José Bernardo da França, do 6.º Amaro da Silva e Souza, do 7.º Antonio Coelho Severino, do 8.º Manoel Miranda do Nascimento e do 9.º José Vicente Pereira, do 28.º corpo de voluntarios da patria João José Belisario, do 32.º Antonio Severino da Silva, do 36.º Galdino José de Andrade e Manoel do Nascimento, do 37.º Manoel José de Castro, do 39.º André Avelino de Araujo, do 41.º Antão Abbade das Virgens e Manoel Amancio Pereira, do 46.º Antonio Fernandes dos Santos, do 48.º Luiz da França Osorio e Francisco José da Paixão, todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezeseis de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 28 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1678 —DE 16 DE AGOSTO DE 1869.

Eleva a pensão concedida a Braulino José de Farias.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica elevada a 600 réis diários, na conformidade do Decreto de 18 de Dezembro de 1867, a pensão de 400 réis concedida por Decreto de 29 de Setembro de 1866 ao 2.º cadete Braulino José de Farias, de que faz menção a Resolução Legislativa n.º 1393 de 24 de Julho de 1867, por ser também 2.º sargento do 3.º batalhão de infantaria.

Art. 2.º Este augmento será pago desde a data do Decreto de 29 de Setembro de 1866.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancelleria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 28 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1679 — DE 16 DE AGOSTO DE 1869.

Declara referir-se ao musico do 29.º corpo de voluntarios da patria Geminiano de Souza Pacheco, a pensão approvada pelo Decreto n.º 1514 de 28 de Setembro de 1867; reduz uma pensão já concedida, e approva a concessão de varias outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão de 400 réis concedida por Decreto de 27 de Março de 1867, approvada pelo Decreto n.º 1514 de 28 de Setembro do mesmo anno, e de que trata o Decreto de 29 de Fevereiro de 1863, bem como o de 27 de Fevereiro de 1869, refere-se ao musico do 29.º corpo de voluntarios da patria Geminiano de Souza Pacheco.

Art. 2.º Fica approvada a pensão reduzida de 500 réis diarios, concedida por Decreto de 7 de Outubro de 1868, ao cabo de esquadra do 54.º corpo de voluntarios da patria José Rodrigues da Costa, e sem effeito a de 600 réis diarios, concedida por Decreto de 4 de Julho do mesmo anno ao referido individuo, na qualidade de 2.º sargento do mesmo corpo.

Art. 3.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 7 de Outubro de 1868, a saber: de 600 réis diarios aos 2.ºs sargentos, do 8.º batalhão de infantaria Antonio Marques de Souza, do 49.º corpo de voluntarios da patria, José da Costa Coelho, do 54.º José Maria Ramos; de 500 réis aos forrieis, do 29.º Joaquim Martins dos Santos, do 31.º José Ferreira dos Santos, aos anseçadas, do 34.º Miguel Carlos Francisco Guimarães, do 42.º João Ferreira Salles, ao cabo de esquadra reformado do 5.º batalhão de infantaria Juvencio José Antonio da Silva; de 400 réis aos soldados, da companhia de transportes José Urbano de Oliveira, do 17.º corpo de voluntarios da patria João Thomaz do Nascimento, do 33.º Antonio Pereira dos Santos, do 34.º Manoel Martins da Silva e Manoel Antonio da Silva, do 36.º Henrique Alves da Motta, do 37.º Izidro Dias da Silva, Viriato José de Souza e Jeronymo Candido Ribeiro, do 43.º Antonio André Avelino e Pedro Alexandrino, do 44.º José Corrêa Vieira, do 45.º Antonio da Costa Moreira, do 50.º Manoel Joaquim Fructuoso, do 53.º Felipe Pereira dos Santos e Manoel Jeremias da Silveira, do 1.º batalhão de infantaria Manoel Francisco Ramos, do 4.º Mathias Alves de Oliveira, do 6.º Arsenio Antonio, do 9.º Manoel Rozendo Pereira da Silva, do

11.º Altino José Ferreira, do 12.º Marcolino José dos Santos, do 13.º João Pereira dos Santos, do 15.º Manoel Bezerra do Nascimento, do 16.º Casimiro José Taquary, do 3.º batalhão de artilharia a pé Antonio Francisco da Silva, do 5.º corpo de caçadores a cavallo Florisbello Antonio Teixeira, do 5.º regimento de cavalaria ligeira Agostinho Fernandes Nunes, e ao soldado José Maria Porcino.

Art. 4.º Estas pensões serão pagas desde a data dos Decretos que as concederão.

Art. 5.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 28 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*

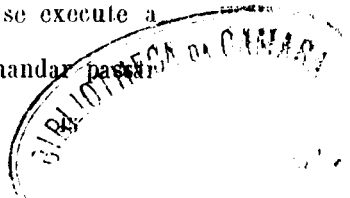
DECRETO N. 1680—DE 16 DE AGOSTO DE 1869.

Autorisa o Governo para mandar passar carta de cidadão brasileiro a Luiz Francisco Otto de Weidemann, e a outros estrangeiros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo fica autorizado a mandar passar carta de cidadão brasileiro :

PARTE I.



§ 1.º Aos subditos prussianos: Luiz Francisco Otto de Weidemann, medico, residente na villa de Graicuhy, e Moretz Mayershon, residente em Ouro Preto, ambos na Provincia de Minas Geraes; Conde de Herzberg, residente nesta Córte; e ao subdito italiano Padre Mathias Vigoritto, residente na Provincia de Minas Geraes.

§ 2.º Aos subditos portuguezes: José Bento Valladares, residente na Provincia do Piahy; Antonio Pereira de Carvalho Junior e Augusto Cesar da Silva, residentes, este na cidade do Natal, e aquelle em Santa Anna do Mattos, da Provincia do Rio Grande do Norte; Manoel Joaquim Lopes Malafaia, residente no termo de Pirahy, da Provincia do Rio de Janeiro; Antonio José Ferreira Reis, residente nesta Córte; Padre José Soares Telles do Valle, residente na Provincia de Minas Geraes; Angelo Garcia de Souza Ramos, residente na Provincia de S. Paulo; Padre Francisco Madeira de Brito, João Maria da Silva Vianna, José Antunes Martins, marítimo, Frederico Guilherme de Santa Anna, Manoel José Frade, Manoel Pereira Madruga e Vital Augusto Arriaga, residentes no Brasil.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Agosto de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 28 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1681—DE 18 DE AGOSTO DE 1869.

Manda subsistir o auxilio concedido ao Monte-pio Geral de Economia dos Servidores do Estado, enquanto fôr indispensavel.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º O auxilio concedido ao Monte-pio Geral de Economia dos Servidores do Estado, pelo Decreto n.º 1226 de 22 de Agosto de 1864, subsistirá até que, a juizo do Governo, os effeitos da reforma daquella instituição o torne dispensavel.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos dezoito de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Agosto de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 25 de Agosto de 1869. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1682—DE 18 DE AGOSTO DE 1869.

Concede ao Ministerio da Fazenda o credito de 8:000\$000, para execução da Lei n.º 1585 de 9 de Junho do corrente anno.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Para cumprimento da Lei n.º 1585 de 9 de Junho de 1869, que conferio ao Dr. Antonio Pereira Pinto um auxilio pecuniario pela publicação da obra — Collecção Historica dos Tratados do Brasil —, fica desde já concedido ao Ministerio da Fazenda o credito de 8:000\$000 para pagamento ao mesmo Doutor, nos termos da referida Lei.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do The-souro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 17 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 18 de Setembro de 1869. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1683—DE 18 DE AGOSTO DE 1869.

Approva as pensões concedidas á Baroneza do Triumpho,
e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a
Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 30 de Janeiro de 1869, a saber : de 5:000\$ annuaes, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, á Baroneza do Triumpho, viuva do Brigadeiro Barão do Triumpho ; de 120\$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Angelica Rosa de Fontoura Machado, viuva do coronel Fernando Machado de Souza, repartidamente com seus dous filhos Maria e Alfredo, sendo quanto ao ultimo, sómente até á sua maioridade ; de 60\$ mensaes, ao Capitão do 28.º corpo de voluntarios da patria Francisco Torquato de Souza Caldas, bem como ao Capitão do 1.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Joaquim de Quadros ; de 600 réis diarios ao 2.º sargento do 47.º corpo de voluntarios da patria Manoel Antonio dos Santos ; de 400 réis diarios a cada um dos soldados, do batalhão de engenheiros Tiburcio José de Faria, do 4.º batalhão de infantaria Francisco José Soares, e do 14.º José Joaquim Moreira.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos Decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 25 de Agosto de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 28 de Agosto de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1684 —DE 23 DE AGOSTO DE 1869.

Concede a Noel Paulo Baptista d'Ornano isenção de direitos de importação sobre o material necessário para o encanamento de gaz nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, e a Jules Villain sobre o material preciso para a canalisação d'agua potavel da cidade de Pelotas, na Provincia do Rio Grande do Sul.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder a Noel Paulo Baptista d'Ornano isenção de direitos sobre o material necessário para o encanamento de gaz nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; e a Jules Villain de todo o material necessário para a canalisação d'agua potavel na cidade de Pelotas na mesma Provincia.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 2 de Setembro de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 6 de Setembro de 1869.—*José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1685—DE 28 DE AGOSTO DE 1869.

Concede á companhia de illuminação a gaz da cidade de Nictheroy isenção de direitos para os machinismos e outros objectos importados para a fabricação do gaz.

Hei por bem Sanccionar e Mandar executar a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder á companhia de illuminação a gaz da cidade de Nictheroy, isenção de direitos sobre os machinismos, utensis, appparelhos das officinas, tubos, combustores, columnas, relogios e materias primas, importados para a fabricação do gaz.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 2 de Setembro de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 6 de Setembro de 1869.—*José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1686—DE 28 DE AGOSTO DE 1869.

Manda isentar de direitos de importação os objectos despachados para a illuminação a gaz da capital da Provincia do Ceará antes da promulgação do Decreto n.º 1873 de 30 de Junho de 1868, e restituir as quantias por este motivo cobradas dos respectivos contractadores.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º A isenção de direitos de importação, que por Decreto n.º 1573 de 30 de Junho de 1868 foi concedida aos contractadores da illuminação a gaz da capital da Provincia do Ceará, em relação aos machinismos, utensilios,apparelhos, tubos, combustores e materias primas destinadas áquella industria, comprehende não só os artigos importados depois da promulgação do citado Decreto, como os que forão despachados anteriormente para o indicado fim pela Thesouraria daquella Provincia, mandando o Governo restituir pela mesma repartição quaesquer quantias que se hajão cobrado por essa causa.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 2 de Setembro de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 6 de Setembro de 1869. — *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1687—DE 28 DE AGOSTO DE 1869.

Concede a Thomaz Dutton Junior isenção de direitos de importação para diversos objectos necessários á illuminação a gaz da cidade de Campos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para conceder a Thomaz Dutton Junior isenção de direitos sobre os objectos mencionados na condição 17.ª do contracto por elle celebrado com a Camara Municipal da cidade de Campos para a illuminação a gaz da mesma cidade.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 2 de Setembro de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 6 de Setembro de 1869. — *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1688 — DE 28 DE AGOSTO DE 1869.

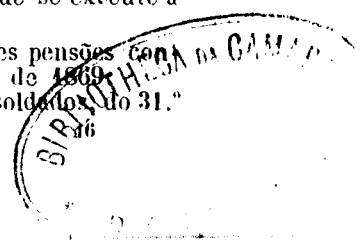
Approva as pensões concedidas a João José Estacio, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por decretos de 13 de Fevereiro de 1869:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados do 31.º

PARTE I.



corpo de voluntarios da patria João José Estacio, do 34.º Manoel Candido do Nascimento, do 55.º João Bichas, do 4.º batalhão de infantaria João Porfírio, do 5.º Manoel Felipe de Figueiredo, do 7.º José Mariano Mendes, do 10.º Irineu da Costa Frederico, do 13.º Sebastião Furtado de Mendonça e José Francisco Lyro, do 14.º Luiz Martins de Freitas, do 1.º batalhão de artilharia a pé Antonio Francisco Pereira de Noronha; de 500 réis ao cabo de esquadra do 7.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Joaquim Pedro da Silva; de 600 réis ao 2.º sargento do 55.º corpo de voluntarios da patria João Nunes Camillo.

§ 2.º Pensões mensaes: de 96\$000 a D. Marianna Domingas Garrocho de Brito, viuva do Tenente Coronel do 44.º corpo de voluntarios da patria João José de Brito; de 60\$000 ao Capitão do 53.º Raymundo do Espirito Santo Fontenelle.

§ 3.º Pensões mensaes, sem prejuizo do meio soldo: de 54\$000, repartidamente, a Adelaide Carolina Eduardo, Rosa Eugenia Eduardo e Arthur Olympio Eduardo, filhos legitimos do Capitão de 1.ª linha, Major em commissão e commandante do corpo de pontoneiros José Maria Eduardo, sendo quanto ao ultimo sómente até a sua maioridade; de 48\$000 a D. Clarinda Amalia de Mendonça, irmã do Capitão de Fragata Augusto Netto de Mendonça, commandante do encouraçado *Lima Barros*.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 31 de Agosto de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 9 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

LEI N. 1689—DE 28 DE AGOSTO DE 1869.

Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1870 a 1871.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A Força Naval activa para o anno financeiro de 1870 a 1871, constará:

§ 1.º Dos Officiaes da Armada e das demais classes que fôr preciso embarcar nos navios de guerra e transportes, conforme suas lotações, e a dos estados maiores das esquadras e divisões navaes.

§ 2.º Em circumstancias ordinarias, de 3.000 praças de marinhagem e de pret dos corpos de marinha, embarcadas, e de 6.000 em circumstancias extraordinarias.

§ 3.º Do Corpo de Imperiaes Marinheiros, do Batalhão Naval, das Companhias de Aprendizizes Marinheiros, creadas por Lei, e da Companhia de Imperiaes Marinheiros da Provincia de Mato Grosso, continuando a autorisação para eleva-las a seu estado completo.

Art. 2.º Para preencher a força decretada no artigo antecedente, é o Governo autorizado a dar gratificações aos voluntarios que se apresentarem para o serviço, a contractar nacionaes e estrangeiros, mediante concessão de premios, e a recrutar na fórma da Lei.

Art. 3.º O Governo fica autorizado a conceder carta de cidadão brasileiro aos estrangeiros que a requererem e se acharem ao serviço da armada nos corpos de machinistas e officiaes marinheiros, uma vez que contem dous annos de praça ou um anno de campanha.

Estas cartas serão expedidas livres de toda a despeza para os agraciados.

Art. 4.º O Governo fica autorizado desde já a rever as tabellas de vencimentos, que sob a denominação de maiorias e comedorias se abonão aos officiaes do corpo da armada e classes annexas, a fim de reduzi-las a uma só, em que poderá incluir tambem o valor das rações e o soldo dos criados, para que, com mais simples e facil classificação, se attendão ás diversas conveniencias do serviço, de modo que a despeza total não exceda á verba votada.

Art. 5.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Barão de Cotegipe.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, para regular a Força Naval no anno financeiro, que ha de correr do 1.º de Julho de 1870 até o ultimo de Junho de 1871.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

José Pereira de Andrade, a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 6 de Setembro de 1869.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, em 9 de Setembro de 1869.—*Francisco Xavier Bomtempo.*



DECRETO N. 1690—DO 1.º DE SETEMBRO DE 1869.

Autorisa o Governo a proceder ás operações de credito necessarias para realisar o pagamento de que trata a Lei n.º 1589 de 30 de Junho do corrente anno.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo é autorizado a proceder ás operações de credito necessarias para pagar ao Marechal de

Campo José da Victoria Soares de Andréa, e sua irmã D. Luiza Adelaide da Victoria Soares de Andréa a quantia de 26:325\$000, em execução da Lei n.º 1589 de 30 de Junho do corrente anno.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em o primeiro de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 17 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 18 de Setembro de 1869. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1691—DE 9 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva o Decreto n.º 3689 de 24 de Agosto de 1866 que concedeu a Zozimo Barroso e John James Foster privilegio exclusivo pelo tempo de 50 annos para construcção de um porto na enseada do Mucuripe da Provincia do Ceará.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvedo o Decreto n.º 3689 de 24 de Agosto de 1866 que concedeu a Zozimo Barroso e John James Foster privilegio exclusivo pelo tempo de cinquenta annos para construcção de um porto na enseada

do Mucuripe da Provincia do Ceará, e de uma estrada ligando-o á capital da mesma Provincia.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 17 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 21 de Setembro de 1869. — O director geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

— — — — —

DECRETO N. 1692 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1869.

Autorisa o Governo para mandar restituir a Liberato Lopes da Silva, a quantia de 4:928\$224.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Art. 1.º O Governo fica autorisado para mandar restituir pela Repartição competente, a Liberato Lopes da Silva, a quantia de 4:928\$224, importancia de juros que indevidamente lhe forão exigidos e pagou como liador de Livio Lopes Castello-Branco e Silva, sobre o alcance em que este ficara para com a Fazenda Nacional, na tomada de contas das sommas que recebêra para pagamento de tropas e outras despezas a seu cargo, e da

cobrança do resto dos dizimos dos annos de 1815 a 1820 das ribeiras da freguezia de Campo Maior, na provincia do Piauhy.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar Palacio do Rio de Janeiro, aos quinze de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 17 de Setembro de 1869. — *Jose da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 18 de Setembro de 1869. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1693—DE 15 DE SETEMBRO DE 1869.

Manda continuar por mais 10 annos a concessão de quatro loterias annuaes á santa casa da misericordia da côrte, e concede 10 loterias para as obras da igreja matriz de Sant'Anna.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º A concessão de quatro loterias annuaes determinada pelo Decreto n.º 1009 de 25 de Setembro de 1858 em prol da Santa Casa da Misericordia da Côrte. continuará durante 10 annos mais com as mesmas condições e favores fixados na referida Lei para o fim de se concluirem as obras do respectivo hospital.

Art. 2.º São igualmente concedidas 10 loterias a favor das obras da igreja matriz de Sant'Anna da Côte.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos quinze de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 17 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 18 de Setembro de 1869. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1694—DE 15 DE SETEMBRO DE 1869.

Dispensa da frequencia das aulas do 4.º anno da faculdade de direito do Recife o estudante Joaquim Aurelio Barreto Nabuco de Araujo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica dispensado o estudante Joaquim Aurelio Barreto Nabuco de Araujo da frequencia das aulas do 4.º anno da Faculdade de Direito do Recife, podendo ser admittido desde já, em qualquer das Faculdades de Direito ao exame vago das materias do dito anno.

Art. 2.º Revogão-se para esse fim as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em quinze de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 21 de Setembro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 25 de Setembro de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1695—DE 15 DE SETEMBRO DE 1869.

Prohibe as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição publica.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição publica, ficão prohibidas. Os leilões commerciaes de escravos ficão prohibidos, sob pena de nullidade de taes vendas e de multa de 100\$000 a 300\$000, contra o leiloeiro, por cada um escravo que vender em leilão. As praças judiciais em virtude de execuções por divida, ou de partilha entre herdeiros, serão substituidas por propostas escriptas, que os juizes receberão dos arrematantes por espaço de 30 dias, annunciando os juizes por editaes, contendo os nomes, idades, profissões, avaliações e mais caracteristicos dos escravos que tenham de ser arrematados. Findo aquelle prazo de 30 dias do annuncio judicial, o juiz poderá renovar o annuncio por novo prazo, publicando em audiencia as propostas se forem inscui-

PARTÉ I.



ficantes os preços offerecidos, ou se forem impugnados por herdeiros ou credores que requeirão adjudicação por preço maior.

Art. 2.º Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciaes, é prohibido, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 annos.

Art. 3.º Nos inventarios em que não forem interessados como herdeiros ascendentes ou descendentes, e ficarem salvos por outros bens os direitos dos credores, poderá o juiz do inventario conceder cartas de liberdade aos escravos inventariados que exhibirem á vista o preço de suas avaliações judiciaes.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Martiniano de Alencar, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Martiniano de Alencar.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 20 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

DECRETO N. 1696—DE 15 DE SETEMBRO DE 1869.

Permitte ao réo absolvido em primeira instancia, sendo interposta appellação, livrar-se solto por meio de fiança até a decisão do recurso, quando a pena fôr menor de quatorze annos de prisão simples, doze de prisão com trabalho e vinte annos de degredo; e dá outras providencias relativas ao processo criminal.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Absolvido o réo em 1.ª instancia, sendo interposta appellação, será admittida a fiança até decisão

do recurso, quando a pena fôr menor de 14 annos de prisão simples, 12 de prisão com trabalho e degredo por 20 annos.

Art. 2.º Não se comprehende nas disposições do artigo antecedente o caso do art. 79, § 1.º da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 3.º Independente de fiança, será solto o réo, se o accusador não appellar nos tres dias seguintes ao da intimação da sentença.

Art. 4.º Fica revogado o § 2.º do art. 38 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 5.º Nos casos de tentativa ou complicitade, o art. 101 doCodigo do Processo Criminal só é applicavel quando a pena do crime, feito o desconto legal da terça parte, se comprehende nas disposições do referido artigo.

Art. 6.º A commutação da pena de multa, que não fôr correspondente a certo tempo, nunca poderá exceder a tres annos de prisão com trabalho.

Art. 7.º O réo preso, que fôr condemnado á pena de prisão com trabalho, não será obrigado a este, pendente a appellação.

Confirmada, porém, a sentença, será levado em conta no cumprimento da pena o tempo de prisão simples que o réo tiver soffrido desde a sentença da 1.ª instancia, descontada a sexta parte. O disposto neste artigo não terá lugar se o réo preferir o cumprimento da pena de prisão com trabalho, não obstante a appellação.

Art. 8.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Martiniano de Alencar, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quãdragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Martiniano de Alencar.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 20 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

DECRETO N. 1697—DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Bartholomeu Eugenio e a outros.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões. a saber:

§ 1.º Por Decretos de 24 de Março de 1869, pensões diarias; de 400 réis aos soldados, do 1.º batalhão de infantaria Bartholomeu Eugenio, José Felix de Andrade, Joaquim Francisco Vieira e José Fernandes, do 3.º Pedro Ferreira Lima, Antonio Candido Pereira da Silva e Manoel Arcelino Duarte, do 4.º Zacarias da Costa, do 5.º João Dias de Abreu, do 12.º Cypriano da Cruz Mesquita, do 13.º José Esteves Barbosa; de 500 réis ao cabo de esquadra Leonardo Antonio Carlos e ao forriell do 5.º batalhão de infantaria Chrispim Bandeira de Amorim; de 600 réis ao 2.º sargento do 7.º batalhão de infantaria Dionysio Francisco Gomes.

Pensões mensaes: de 36\$000 aos alferes de voluntarios da patria Luiz Marianno de Souza, do 24.º corpo de voluntarios da patria, João Candido Borges de Athayde, do 46.º Pedro Gomes de Abreu e ao do 2.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Pedro da Cunha Silveira; de 60\$000 ao capitão do 51.º corpo de voluntarios da patria João Theodomiro da Costa Monteiro.

Pensões mensaes, sem prejuizo do meio soldo: de 18\$000 a D. Anna Francisca Bezerra de Mello e Silva, viuva do alferes do 8.º batalhão de infantaria Manoel Vieira de Mello e Silva; de 96\$000 a D. Maria José Ferreira Freire de Carvalho, viuva do tenente coronel Domingos José Freire de Carvalho.

Pensão annual de 84\$000 ao grumete do corpo de imperiaes marinheiros Fiel do Lago.

§ 2.º Por Decretos de 10 de Abril de 1869, pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 9.º batalhão de infantaria Antonio da Silva Espindola, do 13.º João Pereira do Rosario, do 14.º Vicente de Campos Alves e Antonio Joaquim da Silva, do 38.º corpo de voluntarios da patria Innocencio José Gonçalves, do 39.º Antonio Moreira Borges e ao corneta do 41.º José Francisco Pereira dos Santos, e de 500 réis ao cabo de esquadra do 6.º corpo de

cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Manoel Demetrio de Oliveira.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1698—DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Xisto José Alves e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 14 de Novembro de 1868:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis ao soldado do 12.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Xisto José Alves; de 500 réis aos anseçadas, do 39.º corpo de voluntarios da patria João Exaltação do Nascimento, do 53.º Carolino Bispo da Silva, do 14.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Mendes da Silva, do 1.º batalhão de infantaria Mariano José Francisco e Jesuino Antonio Martins, todos invalidados em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 42\$000 a D. Theodora Marques de Souza, viuva do tenente da guarda nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Leopoldino Soares de Paiva; de 42\$000 sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Francisca Eliza de Castro Araujo, viuva do Major do 1.º corpo de caçadores a cavallo Manoel Porfirio de Castro Araujo; tendo ambos estes officiaes fallecido no exercito.

Art. 2.º Todas estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1699—DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Antonio Clarindo Corrêa de Jesus e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões diarias concedidas por Decretos de 26 de Setembro de 1868: de 400 réis ao soldado reformado do 13.º batalhão de infan-

taria Antonio Clarindo Corrêa de Jesus, e de 500 réis ao cabo de esquadra do 2.º batalhão de infantaria Bertho Luiz de Mello, ambos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos Decretos de concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1869.—*José Vicente Jorge.*



·DECRETO N. 1700—DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a João Antonio de Araujo e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 15 de Maio de 1869:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis ao soldado do 34.º corpo de voluntarios da patria João Antonio de Araujo e ao corneta do 13.º batalhão de infantaria Pedro Francisco; de 500 réis ao forriel do 46.º corpo de voluntarios da patria Francisco Antonio Bahia; todos invalidados em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 36\$000 ao alferes do 31.º corpo de voluntarios da patria Cecinio Antunes Pereira Pitta; de 36\$000 ao alferes de commissão do 16.º corpo de cavallaria da guarda nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Liborio Nunes de Mello; de 36\$000 ao 1.º cadete do 5.º batalhão de infantaria e alferes em commissão no 1.º da mesma arma Francisco Antonio de Souza Camisão Filho; e de 60\$000 ao capitão do 41.º corpo de voluntarios da patria José Francisco Santiago; todos invalidados em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º Todas estas pensões serão pagas da data dos mencionados Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadregésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1869.—*Jose Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1701—DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Manoel Estaciano de Santa Rita e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 27 de Fevereiro de 1869, a saber:

Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do batalhão de engenheiros Manoel Estaciano de Santa Rita, do 14.º corpo de voluntarios da patria João Pereira de Santa Anna, do 31.º Joaquim Rabello Soares, do 53.º Vital Ribeiro, do 1.º batalhão de infantaria Manoel Pereira da Silva, do 4.º Joaquim Gomes de Carvalho, do 8.º Antonio Ferreira da Fonseca, do 16.º Alexandre Gomes Barata; de 500 réis aos cabos de esquadra, do 31.º corpo de voluntarios da patria José Joaquim da Silva, e do 8.º batalhão de infantaria João Manoel dos Santos.

Pensões mensaes: de 30\$000, sem prejuizo do meio soldo que lhe compete, a D. Leopoldina America da Silva Mello, viuva do Capitão do 16.º batalhão de infantaria José Lazaro Monteiro de Mello; de 36\$000 ao alferes do 38.º corpo de voluntarios da patria Silverio Reginaldo de Carvalho e de 42\$000 ao tenente do 34.º dito Carlos Sabino de Malheiros.

Pensão annual: de 480\$000 a D. Joanna Clara de Jesus, viuva do machinista de 2.ª classe da armada Jacintho Pinto de Carvalho.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancelleria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1702—DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Jorge Cavalcanti de Albuquerque Chaves e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões : de 36\$000 mensaes concedida por Decreto de 22 de Julho de 1868 ao alferes do 32.º corpo de voluntarios da patria Jorge Cavalcanti de Albuquerque Chaves; de 400 réis diarios concedida pelo referido Decreto ao soldado do 28.º corpo de voluntarios da patria Honorato José dos Santos ; assim como a pensão de 400 réis diarios ao soldado do 15.º batalhão de infantaria João Francisco Barreto, por se acharem invalidados em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º Fica tambem approvada a pensão de 12\$000 mensaes concedida por Decreto de 12 de Agosto de 1868 a D. Maria Cardina Figueira, viuva do soldado particular do 1.º corpo de voluntarios da patria Antonio Candido Nogueira, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 3.º Estas pensões deverãõ ser pagas das datas dos Decretos de concessão.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1703 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Chrispim Alves de Oliveira e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas por Decretos de 8 de Maio de 1869, a saber:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 32.º corpo de voluntarios da patria Chrispim Alves de Oliveira, do 38.º Manoel Antonio do Nascimento, do 46.º João Vicente Ferreira, do 49.º Manoel Theotonio Corrêa da Silveira, do 3.º batalhão de infantaria Severino José de Oliveira, do 5.º Delphino Rabello, do 9.º Antonio Luiz Francisco da Silva, do 13.º Francisco José Leandro; de 500 réis ao anseçada do 28.º corpo de voluntarios da patria João Joaquim de Santa Anna; de 600 réis ao sargento espingardeiro do 16.º batalhão de infantaria Thomé Xavier da Costa.

§ 2.º Pensões mensaes: de 36\$000 ao alferes do 24.º corpo de voluntarios da patria Antonio Leal de Miranda; de 60\$000 ao capitão do 46.º corpo de voluntarios da patria Jayme Alves Guimarães; de 84\$000, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Joanna March Ewbank Tamborim, viuva do major commandante do 10.º batalhão de infantaria Secundino Filafiano de Mello Tamborim; de 120\$000, sem prejuizo do meio soldo que possa lhe competir, a D. Auta Ferreira França Carneiro de Campos, viuva do Coronel Frederico Carneiro de Campos.

Art. 2.º Ficão tambem approvadas as pensões concedidas por Decretos de 20 de Março de 1869, a saber:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 26.º corpo de voluntarios da patria Manoel Ferreira Lima, do 1.º regimento de artilharia a cavallo Felisberto Marianno de Castro, do 13.º batalhão de infantaria Antonio do Rosario Gonçalves, ao musico do 12.º batalhão de infantaria Domingos Fernandes da Silva; de 500 réis aos anseçadas, do 39.º corpo de voluntarios da patria Lourenço Paulo dos Santos, do 49.º João Baptista Braga Junior; aos cabos de esquadra, do 44.º corpo de voluntarios da patria Thomaz Antonio de Castro Torres, do 9.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Maria Leal, do 4.º batalhão de artilharia a pé José Verissimo Pinto Ramos.

§ 2.º Pensão mensal igual ao soldo que percebe de 7\$000 ao grumete reformado da marinhagem da armada Antonio Martins.

§ 3.º Pensão annual, sem prejuizo do montepio, de 5:000\$000 á Viscondessa de Inhaúma, viuva do Visconde de Inhauma.

Art. 3.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 3 de Outubro de 1868 : de 500 réis diarios ao cabo de esquadra do 27.º corpo de voluntarios da patria Vicente Ferreira Passos ; de 144\$000 annuaes ao machinista do vapor Antonio João Lourenço Isidoro dos Santos, o qual se invalidou no combate do Alegre ; e de igual quantia ao imperial marinheiro de 2.ª classe Antonio Baptista dos Santos, invalidado em combate.

Art. 4.º Ficão approvadas de igual sorte as pensões concedidas por Decretos de 30 de Dezembro de 1868, a saber :

§ 1.º Pensões diarias; de 400 réis aos soldados, do 4.º batalhão de infantaria Victorino José de Barros, do 7.º Manoel Benedicto de Moura, do 8.º Isidro José Pereira, do 10.º Marcellino Cyriaco Malaquias, do 14.º Manoel Gonçalves de Oliveira, do batalhão de engenheiros José dos Santos Ferreira, do 1.º regimento de cavallaria ligeira Marcellino Rodrigues dos Santos ; de 500 réis aos cabos de esquadra, do 3.º batalhão de infantaria José Luciano Francisco Gomes, do 4.º regimento de cavallaria ligeira Thiago Carneiro Leão ; de 600 réis ao 2.º sargento do 3.º batalhão de infantaria Antonio de Souza Tota ; e a de 36\$000 mensaes ao alferes do 35.º corpo de voluntarios da patria Belisario Francisco de Camargo.

§ 2.º Por Decreto de 16 de Janeiro de 1869, a pensão annual de 480\$000 a Catharina Forster, viuva do machinista da armada Robert Forster.

Art. 5.º Ficão igualmente approvadas as pensões diarias concedidas por Decretos de 23 de Janeiro de 1869, a saber : de 400 réis aos soldados, do 35.º corpo de voluntarios da patria Paulo José Joaquim, do 38.º Antonio Lourello, do 39.º Amaro Ferreira de Mello, do 47.º Luiz Gonzaga da Hora, do 55.º João Leandro da Silva, do 1.º batalhão de infantaria Manoel José Salustiano, do 5.º Benedicto de Souza Corrêa, do 6.º Benedicto Tobias de Barros, do 13.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Joaquim Xavier de Oliveira, do batalhão de engenheiros João Lourenço dos Reis ; de 500 réis aos cabos de esquadra, do 1.º batalhão

de infantaria Joaquim José de Souza Lima, e do 1.º batalhão de artilharia a pé Raphael Tobias; de 600 réis ao tambor-mór do 3.º batalhão de artilharia a pé José Leandro Barbosa.

Art. 6.º Ficão da mesma forma approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 9 de Junho de 1869: de 42\$000 mensaes a Francisca Maria do Nascimento, filha legitimada do major do 13.º batalhão de infantaria José Maria do Nascimento, fallecido em consequencia de ferimento recebido no reconhecimento da fortaleza de Humaitá; assim como a José Pozzo, pai do pratico João Baptista Pozzo, morto em combate a bordo do encouraçado *Brasil*.

Art. 7.º Estas pensões serão pagas das datas dos mesmos Decretos.

Art. 8.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

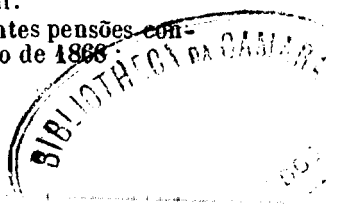
Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1704—DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Miguel Pinto da Silva e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 4 de Novembro de 1868



§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 32.º corpo de voluntarios da patria Miguel Pinto da Silva, do 39.º Norberto José Pinto, do 14.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Abel Ignacio da Silva e Cyriaco Bernardo de Mattos, do 1.º regimento de artilharia a cavallo Eduardo Peçanha de Mattos, do 1.º batalhão de infantaria Victorino dos Santos 2.º, do 7.º Manoel da Cunha Rosa, do 13.º Francisco Antonio da Silva, do 14.º Pedro José Gonçalves e Nicoláo Alves de Paiva, e do 16.º Manoel Rodrigues do Prado; de 500 réis aos cabos de esquadra, do 8.º batalhão de infantaria José Domingues da Silva, e do 13.º Manoel Nunes dos Santos, todos invalidados em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 36\$000 ao alferes do 51.º corpo de voluntarios da patria João King, invalidado em consequencia de ferimentos recebidos em combate; e de 60\$000 ao capitão do 39.º corpo de voluntarios da patria Luiz Antonio Machado Rosa, tambem invalidado em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869.— *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na secretaria de estado dos negocios do imperio, em 25 de Setembro de 1869.— *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1705—DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva a pensão concedida a Jeronymo Repetto.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 42\$000 mensaes, concedida por Decreto de 26 de Dezembro de 1868 a Jeronymo Repetto, pai do pratico Luiz Repetto, morto em combate a bordo do encouraçado *Bahia*, e com sobrevivencia a Rosa Repetto, mãe do mesmo pratico.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do supracitado Decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancelleria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1706—DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Miguel dos Santos e a outros, assim como a elevação da que diz respeito a João Vaz Bragança.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões diarias concedidas por Decretos de 10 de Outubro de 1868:

de 400 réis aos soldados, da companhia de transportes Miguel dos Santos, do 7.º corpo de voluntarios da patria José Pereira de Paiva, do 31.º João Rodrigues Seabra, do 32.º Antonio Thomaz de Aquino, do 42.º Felipe Rodrigues de Oliveira, do 2.º batalhão de infantaria José Antonio Borges, do 3.º Geraldo da Motta, do 4.º Carolino José Ferreira, do 7.º José Pereira da Silva, do 11.º Joaquim Francisco do Espirito Santo, do 12.º Theodoro Leite de Oliveira Salgado, do 13.º Francisco Felipe de Santiago, do 15.º Joaquim José de Santa Anna e Casimiro José de Santa Anna, do 3.º batalhão de artilharia a pé João Antonio da Silva ; de 500 réis ao ansepeçada do corpo de pontoneiros José Amancio Pereira, e ao cabo de esquadra do 2.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Laurentino José da Silva, todos invalidados em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º A pensão de 500 réis diarios concedida por Decreto de 10 de Outubro de 1868 ao ansepeçada do 15.º corpo de cavallaria da guarda nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, addido ao 5.º corpo de caçadores a cavallo, João Vaz Bragança, a que fica elevada a de 400 réis diarios concedida por Decreto de 8 de Julho do mesmo anno a João Vaz Bragança, na qualidade de soldado do 5.º corpo de caçadores a cavallo, é tambem approvada, devendo esta pensão ser paga da data do Decreto de 8 de Julho de 1868.

Art. 3.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino Jose Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1707—DE 21 DE SETEMBRO DE 1869.

Eleva a pensão concedida a D. Propicia Prestes Menna Barreto.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica elevada a 96\$000 mensaes, na conformidade do Decreto de 8 de Julho de 1868, a pensão mensal de 48\$000, concedida por Decreto de 30 de Outubro de 1867 a D. Propicia Prestes Menna Barreto, viuva do Tenente Coronel da guarda nacional Antonio Prudente da Fonseca.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto de 30 de Outubro de 1867.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 23 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1708 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Declara que são applicaveis á Princeza Imperial as disposições do art. 6.º da Lei de 23 de Novembro de 1841.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º As disposições do art. 6.º da Lei de 23 de Novembro de 1841, na parte relativa ao Principe Imperial, são applicaveis á Princeza Imperial.

Art. 2.º As disposições do citado artigo, relativas aos Principes da casa Imperial, são applicaveis ao Principe consorte da Princeza Imperial.

Art. 3.º O casamento da Imperante, ou da Princeza Imperial com estrangeiro, importa para este a condição de cidadão brasileiro naturalisado. Elle prestará o respectivo juramento nas mãos do Imperador.

Art. 4.º Ficão revogadas as deliberações em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 25 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 28 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1709 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Autorisa o Governo para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro ao padre Egydio da Paterno, e a outros estrangeiros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo fica autorizado para conceder carta de naturalisação aos subditos italianos padre Egydio da Paterno e padre Francisco Libonati, residentes no Brasil; padre Vicente dos Santos, Luiz Colangi, vigário encomendado da parochia do Arujó e padre Braz Magaldi, coadjutor da parochia de Botucatú, residentes na Provincia de S. Paulo; aos subditos portuguezes João José de Aguiar, José Alves dos Santos, Raphael Idezio, José Maria da Silva Vianna, Antonio Coelho de Castro, João Pinto de Magalhães Mesquinhata e João Pinheiro Chagas da Natividade, residentes no Brasil; Joaquim José Corrêa, Luiz Domingues do Lago, João Pacheco Braz Carneiro, José Francisco da Rocha, Antonio Ferreira Coelho, Manoel Teixeira Guimarães, Antonio Luiz da Costa e Francisco de Salles Almeida, residentes na Provincia do Rio de Janeiro; Antonio Pereira de Brito e João Antonio de Oliveira, residentes na parochia de S. Francisco de Paula, termo de S. João da Barra; Manoel Maria Coelho da Rocha, residente na cidade de Macahé; Candido João Arnaud, Francisco de Souza Menezes, João Nunes da Silva e Antonio José Rodrigues de Pinho, residentes na freguezia do Espirito Santo, do termo de Barra Mansa; José Luiz Pereira, residente em Nova Friburgo, todos da mesma Provincia; Antonio Joaquim Gomes de Azevedo, José Joaquim da Silva Telles, José Joaquim Rodrigues, João Antonio Gomes Rodrigues, Cactano Alves Uvas, Domingos José Enêas e Manoel dos Santos Thimoteo, residentes nesta côrte; Antonio Joaquim Fernandes, sargento do corpo policial da Provincia de S. Paulo; Ezequiel Antonio da Silva, residente em Caraguatatuba, e Bernardo Antonio Mendes, residente em Nazareth, da mesma Provincia; João José Pereira de Aguiar, residente na Provincia do Paraná; José Marques Carepa, residente na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; José Jacintho Coelho, residente na cidade de Porto Alegre, da mesma Provincia; Joaquim Baptista Lopes Guimarães, residente na Provincia de Minas Geraes; João Marcellino Vieira

da Costa, residente no termo do Pomba, Antonio José Fernandes Braga, residente no termo de Ubá, José Julio de Faria e José Teixeira Bastos, residentes no termo de Barbacena, da mesma Provincia; José Henriques da Silva, residente na Provincia de Pernambuco; Manoel Joaquim da Silva Leão, residente na cidade de Maceió, da Provincia das Alagoas; Thomaz da Costa e Oliveira, residente na Provincia da Bahia; Abilio Pessoa de Andrade Campos, residente na villa de Inhambupe, da mesma Provincia; José Pereira da Silva, residente em Peúma, da Provincia do Espirito Santo; Fernando José de Almeida, Francisco Teixeira de Souza e Manoel Gonçalves, todos maritimos; José Xavier de Basto Junior, 2.º tenente de 'commissão da armada nacional; e ao subdito allemão Adolpho Mengue, residentes no Brasil.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 25 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na secretaria de estado dos negocios do Imperio, em 28 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1710—DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a cada uma das filhas do Marechal do exercito reformado Barão de Suruhy, D. Carlota Guilhermina de Lima e Silva e D. Marianna Candida de Lima e Silva, e a outro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões annuaes concedidas por Decretos de 4 de Agosto de 1869, a saber: de 600\$000 a cada uma das filhas do Marechal do exercito reformado Barão de Suruhy, D. Carlota Guilhermina de Lima e Silva e D. Marianna Candida de Lima e Silva; de 600\$000, correspondente á congrua que percebe, ao padre Antonio Thomaz de Campos, vigario collado da freguezia do Bomfim, da diocese de Goyaz, não podendo porém gozar desta mercê antes de verificar-se a resignação do beneficio, cujas obrigações não póde preencher.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1869.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1711—DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva a pensão concedida a D. Maria Luiza de Menezes Pacheco.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 60\$000 mensaes, concedida por Decreto de 27 de Fevereiro de 1869 a D. Maria Luiza de Menezes Pacheco, mãe do 1.º tenente da armada Luiz Barbalho Muniz Fiuza, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha, a qual pensão havia sido anteriormente concedida ao mesmo 1.º tenente por Decreto de 5 de Janeiro de 1867.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de 27 de Fevereiro de 1869.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1869 — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1712—DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Manoela de Mello Mendonça, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões abaixo mencionadas, concedidas por Decretos de 19 de Maio de 1869:

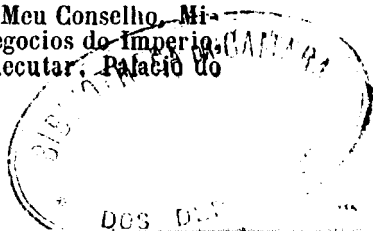
Pensões mensaes: de 18\$000 a D. Maria Manoela de Mello Mendonça, mãe do 1.º sargento do 41.º corpo de voluntarios da patria Aristides Randolpho de Mendonça; de 144\$000, repartidamente, a Leoncio Antunes Gurjão e Francisca Maximiana Antunes Gurjão, filhos legitimados do brigadeiro Hilario Maximiano Antunes Gurjão, sendo quanto ao primeiro sómente até a sua maioridade.

Pensões mensaes, sem prejuizo do meio soldo: de 21\$000 a D. Anna Amelia Pereira de Moraes, viuva do Tenente Luiz José de Moraes Navarro; de 36\$000 a D. Veronica Guilherme, viuva do Alferes de voluntarios da patria Mathias José Guilherme; de 60\$000 a D. Auta Amaro de Freitas, viuva do Capitão do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Luiz de Freitas; de 84\$000 a D. Livia Rodrigues da Cunha, viuva do Major de commissão de infantaria Antonio Luiz da Cunha; de 96\$000 a D. Alexandrina da Costa Taronco, viuva do tenente coronel de commissão Seraphim Antonio Taronco; a D. Maria da Gloria Ozorio, viuva do Tenente Coronel de cavallaria do exercito Manoel Jacintho Ozorio; a D. Josephina Emilia de Carvalho Guedes, viuva do Tenente Coronel de infantaria do exercito Gabriel de Souza Guedes; a D. Manoela Thomazia da Silveira Alencastro, viuva do Tenente Coronel do estado maior de 2.ª classe Manoel José de Alencastro; a D. Francisca de Azevedo Sá e Brito, viuva do Tenente Coronel de cavallaria do exercito Luiz Joaquim de Sá e Brito; de 120\$000 a D. Anna do Carmo de Oliveira, viuva do coronel de commissão Manoel Rodrigues de Oliveira.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do



Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadregésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1713—DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a José Cabeça, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 5 de Dezembro de 1868:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 12.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Cabeça, e do 4.º batalhão de infantaria Firmino Manoel da Silva.

§ 2.º Pensão mensal de 42\$ ao tenente do 55.º corpo de voluntarios da patria Jovino Simplicio Monteiro.

§ 3.º Pensão annual de 600\$ ao padre Cypriano Antonio Alves Vianna, vigario collado da freguezia de Santa Rita e Santa Philomena da villa do Codó da diocese e Provincia do Maranhão, não podendo porém gozar desta mercê antes de verificar-se a resignação do beneficio cujas obrigações não póde preencher.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1714—DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao forrirel reformado Carlos Augusto Caminha, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 22 de Agosto de 1868:

§ 1.º Pensões diarias: de 500 réis ao forrirel reformado do 9.º corpo de voluntarios da patria Carlos Augusto Caminha; de 600 réis a Thereza Muzzi de Andrade, viuva do sargento ajudante do 5.º corpo de caçadores a cavallo Hercules Cesar Muzzi; de 600 réis a Maria Alexandrina Pereira de Vasconcellos, viuva do 2.º sargento do 14.º batalhão de infantaria Gustavo José de Vasconcellos.

§ 2.º Pensões mensaes, sem prejuizo do meio soldo: de 30\$000 a D. Mafalda Domingues do Couto, viuva do capi-

tão do 18.º batalhão de infantaria José Pedro Domingues do Couto ; de 60\$000 a D. Georgina Flora Pereira Bello, repartidamente com suas irmãs D. Edelvira Seluta Pereira Bello, e D. Maria Emilia Pereira Bello, filhas legítimas do coronel André Alves Leite de Oliveira Bello, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha.

§ 3.º Pensão annual: de 1:440\$000 a D. Flora Alves de Mesquita, viuva do coronel da guarda nacional Sezefredo Alves Coelho de Mesquita, fallecido de molestia adquirida em campanha.

Art. 2.º Ficão também approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 26 de Agosto do mesmo anno:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis a D. Anna Joaquina Machado, mãe do 2.º cadete do 30.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Lopes Machado ; de 500 réis concedida por Decreto de 16 de Maio de 1868 ao cabo de esquadra do 16.º batalhão de infantaria José Amancio Pereira deve entender-se com o cabo do mesmo batalhão José Amancio Vieira, conforme declara o Decreto de 26 de Agosto de 1868, que rectificou o engano havido no supracitado Decreto de 16 de Maio do mesmo anno, devendo esta pensão ser paga da data do mesmo Decreto de 16 de Maio de 1868.

§ 2.º Pensão mensal de 36\$000 ao alferes da guarda nacional da Provincia do Rio Grande do Sul, Salustiano Francisco Ilha.

§ 3.º Pensões mensaes, sem prejuizo do meio soldo : de 21\$000 a D. Margarida da Luz Bellota, mãe do tenente do 14.º batalhão de infantaria Josino Franklin Bellota, de 21\$000 a D. Josepha Maria do Carmo e Silva, viuva do tenente do 18.º batalhão de infantaria José Fernandes da Silva.

Art. 3.º Ficão também approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 29 de Agosto do mesmo anno:

§ 1.º Pensões diarias: de 600 réis a Candida Francisca da Costa Reis, viuva do particular 1.º sargento do 51.º corpo de voluntarios da patria Domicio Barbosa dos Reis, e a de 400 réis concedida por Decreto de 13 de Fevereiro de 1867 ao soldado do 7.º batalhão de infantaria Manoel Caetano de Sant'Anna, a qual foi approvada pelo Decreto n.º 1398 de 7 de Agosto do mesmo anno, deve entender-se com Manoel Caetano de Sant'Anna, soldado do 7.º corpo de voluntarios da patria, addido ao 7.º batalhão de infantaria, conforme o que declara o

Decreto de 29 de Agosto de 1868, devendo esta pensão de 400 réis ser paga da data do Decreto de 13 de Fevereiro de 1867.

§ 2.º Pensão annual de 144\$000 ao imperial marinheiro João Baptista do Rosario.

Art. 4.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 5.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro de 1869. —*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1715—DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao 1.º sargento do corpo de imperiaes marinheiros Francisco Xavier Carneiro dos Anjos, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes concedidas por Decretos de 2 de Junho de 1869: de 10\$000, correspondente á metade do respectivo soldo, ao 1.º sargento do corpo de imperiaes marinheiros Francisco Xavier Carneiro dos Anjos; de 72\$000 a D.

Anna Mauricia de Bittencourt, e a de 144\$000, repartidamente, a D. Amalia, D. Amelia, D. Amabelia, D. Josephina e D. Emilia, viuva e filhas do brigadeiro Jacintho Machado de Bittencourt, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha, sendo ambas estas pensões sem prejuizo do meio soldo.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1716—DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Declara entender-se com D. Maria Joanna Fiusa e outras a pensão concedida por Decreto de 27 de Julho de 1836 a D. Marianna Joanna Fiusa e a outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão de 36\$000 mensaes, que fôra concedida, repartidamente, ás irmãs do escrivão extranumerario da armada Antonio Manoel Fiusa por Decreto de 27 de Julho de 1836 e approvada pelo de n.º 1364 de 19 de Setembro do mesmo anno, deve entender-se como

concedida, não a D. Marianna Joanna Fiusa, D. Anna Rita Fiusa e D. Servula Victoria Fiusa, como se lê nos supracitados Decretos, mas sim a D. Maria Joanna Fiusa, D. Anna Auta Fiusa e D. Servula Victoria Fiusa, irmãs do mesmo escrivão extranumerario, conforme o Decreto de 3 de Abril de 1869.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de 27 de Julho de 1866.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1717 --DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Declara pertencer á filha do Tenente Coronel João Simplicio Ferreira metade da pensão concedida por Decreto de 20 de Julho de 1866 a D. Maria Amalia Ferreira, viuva do referido official.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º No Decreto n.º 1374 de 26 de Setembro de 1866, que approvou a pensão de 96\$000 mensaes concedida por Decreto de 20 de Julho de 1866 a D. Maria Amalia Ferreira, viuva do Tenente Coronel João Simplicio Ferreira,

morto em combate, comprehende-se a metade desta quantia concedida á sua filha no caso de sobrevivencia.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro de 1869.—*José da Cunha Barboza.* —Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1718—DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Autorisa o governo a conceder cartas de naturalisação aos subditos portuguezes Antonio Alfredo Fleury de Barros e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo fica autorizado para conceder carta de naturalisação:

§ 1.º Aos subditos portuguezes: Antonio Alfredo Fleury de Barros e Vicente José Puga, residentes na Provincia do Rio de Janeiro; Antonio de Vasconcellos Mendonça, residente na povoação de Camaragibe da Provincia das Alagoas; José Lopes Pinto, José Gonçalves Vasco e Francisco Franco de Santa Anna, residentes na Provincia da Bahia; João Moreira Coelho e Manoel de Avila Ramos, residentes, este em Caravellas

e aquelle no municipio de Nazareth da mesma Provincia; José de Souza Vieira Junior, Manoel Antonio da Silva Villela, Joaquim Pires Dias e Joaquim Silveira da Costa, residentes na Provincia de S. Paulo; Guilherme da Silva Guimarães Porto, residente no Bethlem do Descalvado da mesma Provincia; João Martins Barbosa e Domingos de Souza James, residentes no Brasil; Euzebio Nunes Ferreira, José Manoel da Silva e Francisco Martins Costa, maritimos.

§ 2.º Aos subditos francezes Edgar Bailly de Préssy, residente no Rio de Janeiro; e Eugenio Chauvin, residente na Provincia de S. Paulo.

§ 3.º Ao subdito allemão João Reinfrank, residente na Provincia de S. Paulo.

§ 4.º Ao subdito inglez Dr. Jorge Tount Mockett, residente na cidade de Marianna da Provincia de Minas Geraes.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancelleria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1719 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Autorisa o Governo a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao 1.º official da Secretaria do Imperio João Baptista Calogeras, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder um anno de licença com todos os vencimentos para tratarem de sua saúde onde lhes convier ao 1.º official da Secretaria do Imperio João Baptista Calogeras ; ao padre Jacintho Candido de Mendonça, vigario collado da freguezia de Nossa Senhora do Pilar da Provincia das Alagôas ; a Antonio Deodoro de Paschoal, addido traductor compilador da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros; a Manoel Januario de Oliveira, 2.º conferente da alfandega do Pará e bem assim ao desembargador da relação do Maranhão Antonio de Barros e Vasconcellos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1720—DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Approva os Decretos n.ºs 3910 e 3911 de 17 de Julho de 1867.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvados os Decretos n.ºs 3910 e 3911 de 17 de Julho de 1867, que concedem, o primeiro, privilegio por dez annos a Charles Pradez e a William F. Jones, para empregarem a madeira no fabrico do papel, segundo o processo de que se dizem introductores no Imperio e isenção de direitos para a materia prima e machinas que importarem; e o segundo, por vinte annos a José Botelho de Araujo Carvalho, para usar do kaolim e outras argillas no fabrico da louça denominada de pó de pedra, meia porcellana e porcellana fina.

Art. 2.º Ficão supprimidas no Decreto n.º 3911 de 17 de Julho do anno referido, as palavras: descobertas em sua fazenda de Inhaúma; executando-se o mesmo Decreto na fórma do art. 1.º desta Resolução.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 30 de Setembro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 8 de Outubro de 1869. — O Director Geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1721—DE 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Hei por bem

Iseita de direitos de importação os objectos despachados para a iluminação a gaz da capital da Provincia do Maranhão, antes da promulgação do Decreto n.º 1567 de 6 de Junho de 1868, restituindo-se á companhia respectiva as quantias anteriormente cobradas por essa causa, e contando-se o prazo de 25 annos da data do contracto celebrado com o Governo da Provincia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º A isenção de direitos de importação que, por Decreto n.º 1567 de 6 de Junho de 1868, foi concedida á companhia de iluminação a gaz da capital da Provincia do Maranhão, em relação aosapparelhos, tubos, combustores e materias primas, destinadas áquella industria, comprehende não só os artigos importados depois da promulgação do citado Decreto, como os que anteriormente havião sido despachados para o indicado fim pela referida companhia ; mandando o Governo restituir quaesquer quantias que por essa causa se haja cobrado ; com tanto que o prazo de 25 annos, a que se refere o citado Decreto, seja contado da data do contracto celebrado com o Governo da Provincia em 19 de Março de 1861.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Setembro [de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 8 de Outubro de 1869. — *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1722—DE 28 DE SETEMBRO DE 1869.

Concede isenção de direitos de importação a toda a ferragem eapparelhos das pontes e viaductos destinados ao (prolongamento da) estrada de rodagem da capital para o interior da Provincia da Parahyba.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º O Governo concederá isenção de direitos de importação a toda a ferragem e apparelhos das pontes e viaductos destinados ao prolongamento da estrada de rodagem da capital para o interior da Provincia da Parahyba do Norte, conforme o contracto celebrado com o engenheiro Justa Araujo, ou qualquer outro, que para o mesmo fim effectuar o Presidente da referida Provincia.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 1.º de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 8 de Outubro de 1869. — O director geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1723—DE 29 DE SETEMBRO DE 1869.

Autorisa o Governo a conceder a Antonio de Lacerda isenção de direitos para as materias e objectos necessarios á empreza, de que é concessionario, na capital da Provincia da Bahia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorisado a conceder a Antonio de Lacerda, isenção de direitos sobre as materias e objectos precisos para a realisação da empreza que tem por fim estabelecer uma communicação entre a cidade alta e a cidade baixa, na capital da Provincia da Bahia, por meio de machinas apropriadas (Hoisting machines), e construir um caminho de ferro urbano entre a praça do Palacio e a povoação da Barra, na mesma capital. O Governo fixará previamente a quantidade e qualidade dos objectos para os quaes é concedida a isenção.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de Setembro de mil oitocentos sessentá e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 2 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 4 de Outubro de 1869. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1724—DE 29 DE SETEMBRO DE 1869.

Manda abonar ao 1.º Conferente da Alfandega de Pernambuco, João José Henriques, todos os vencimentos do seu emprego, durante a licença de seis mezes que o Governo lhe concedeu.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. O 1.º Conferente da Alfandega de Pernambuco, João José Henriques, perceberá todos os vencimentos do seu emprego por seis mezes, enquanto gozar da licença que lhe foi concedida em virtude do Aviso do Ministerio da Fazenda de 6 de Agosto do corrente anno; e revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 2 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 4 de Outubro de 1869. — *José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 1725—DE 29 DE SETEMBRO DE 1869.

Isenta os edificios das praças do commercio do imposto da decima adicional.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Os edificios das praças do commercio do Imperio ficão isentos do pagamento do imposto da decima adicional, creado pela lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transito em 2 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 4 de Outubro de 1869. — *José Severiano da Rocha.*

LEI N. 1726—DE 29 DE SETEMBRO DE 1869.

Concede ao Ministerio da Guerra para as despezas do 3.º trimestre do exercicio de 1869 a 1870 o credito extraordinario da quantia de 12.956:302\$946.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Além da somma solicitada pelo Ministerio da Guerra para circumstancias ordinarias no orçamento submittido á deliberação do Corpo Legislativo para o exercicio de 1869—1870, e do credito extraordinario concedido pela Lei n.º 1587 de 28 de Junho ultimo, para o primeiro semestre do dito exercicio, é aberto ao referido Ministerio para o terceiro trimestre do mesmo exercicio o credito extraordinario de doze mil novecentos cincoenta e seis contos trezentos e dous mil novecentos quarenta e seis réis (12.956:302\$946) para os seguintes paragraphos daquelle orçamento.

§ 7.º Corpo de saude e hospitaes....	740:703\$991
§ 8.º Quadro do exercito e premio de voluntarios.....	8.515:598\$953
§ 10. Classes inactivas, reformados e invalidos.....	300:000\$000
§ 11. Ajudas de custo.....	100:000\$000
§ 14. Obras militares.....	300:000\$000
§ 15. Eventuaes, incluindo transporte de pessoal, de material e comedorias.....	3.000:000\$000

Somma..... 12.956:302\$946

Art. 2.º Para pagamento das despezas que se verificarem por conta deste Ministerio, é o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda autorisado para fazer as operações de credito que julgar convenientes.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove do mez de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

Barão de Muritiba.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, abrindo ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario para despezas do exercicio de 1869—1870 de 12.956:302\$946.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Custodio Joaquim Moreira a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 7 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Foi a presente Lei publicada nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 12 de Outubro de 1869. — *Mariano Carlos de Souza Corrêa.*



DECRETO N. 1727—DE 29 DE SETEMBRO DE 1869.

Autorisa o Governo para mandar matricular na Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Manoel Rodrigues de Carvalho Boreas, e admittil-o a exame, depois de feito o preparatorio de algebra que lhe falta.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo fica autorisado para mandar matricular na Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Manoel Rodrigues de Carvalho Boreas, e admittil-o a exame, depois de feito o preparatorio de algebra que lhe falta.

Art. 2.º Ficção revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e nove de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Jose Martiniano de Alencar.*

Transitou em 7 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 9 de Outubro de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1728—DE 29 DE SETEMBRO DE 1869.

Autorisa o Governo a conceder isenção de direitos á sociedade denominada — Vehiculos Económicos — e á empreza de uma via ferrea entre Barroquinha e o Engenho da Conceição na Provincia da Bahia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo fica autorizado a conceder á sociedade denominada — Vehiculos Economicos —, estabelecida na cidade da Bahia, isenção de direitos para todo o material importado e que se importar para a construcção da linha ferrea da cidade baixa a Itapagipe, cessando esta isenção logo que esteja construida a referida linha.

Art. 2.º De igual favor gozará a empreza que se encarregar da construcção de uma linha ferrea, que partindo da Barroquinha, na cidade alta, vá entroncar-se

no Engenho da Conceição com a estrada de ferro de S. Francisco, passando pelo novo matadouro que se vai estabelecer no Engenho Retiro de propriedade da Câmara Municipal.

Art. 3.º Esta isenção se estenderá aos ramaes que se construírem destas duas linhas, e se regulará por uma tabella approvada pelo Governo, na qual se designará todos os objectos necessarios para a sua construcção.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em e vinte nove de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 8 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 11 de Outubro de 1869. — O director geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1729—DE 4 DE OUTUBRO DE 1869.

Crêa varios collegios eleitoraes em diversas Provincias do Imperio.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão creados os seguintes collegios eleitoraes :

§ 1.º Na villa de Serpa, Provincia do Amazonas, composto dos eleitores das freguezias de Serpa e Silves.

§ 2.º Na villa de Borba, na mesma Provincia, composto dos eleitores das freguezias de Canumã, Borba e Crato.

§ 3.º Na villa de Cuité, Provincia da Parahyba do Norte, comprehendendo os eleitores da mesma villa e os de Pedra Lavrada.

§ 4.º Na villa de Santa Anna do Acaracú, Provincia do Ceará, composto dos eleitores desta freguezia.

§ 5.º Na villa de Santa Quiteria, na mesma Provincia, composto dos eleitores dessa freguezia e dos da freguezia de Tamboril.

§ 6.º Na villa de Agua Preta, Provincia de Pernambuco, composto dos eleitores da respectiva freguezia.

§ 7.º Na villa do Conde, Provincia da Bahia, composto dos eleitores da mesma villa.

§ 8.º Na cidade de Santos, Provincia de S. Paulo, no qual se reunirão os eleitores dessa cidade e os das villas de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaem e S. Vicente.

§ 9.º Em S. Francisco das Chagas do Campo Grande, Provincia de Minas Geraes, composto dos eleitores da freguezia do mesmo nome.

§ 10. Na villa Formosa dos Alfenas, na mesma Provincia, composto dos eleitores das freguezias do municipio.

§ 11. Na villa de S. João Baptista, na mesma Provincia, composto dos eleitores das freguezias do municipio.

§ 12. Na villa de Guaycuhy, na mesma Provincia, composto dos eleitores dessa villa.

§ 13. Na villa da Ponte Nova, na mesma Provincia, composto dos eleitores das freguezias que constituem o municipio.

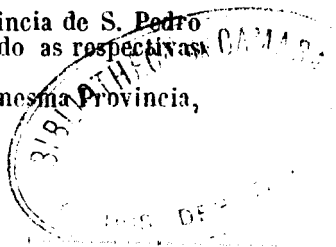
§ 14. Na villa de S. Paulo do Muriabé, na mesma Provincia, composto dos eleitores das freguezias que constituem o municipio.

§ 15. Na villa do Principe, Provincia do Paraná, composto dos eleitores dessa villa e dos das freguezias de Palmeiras e Rio Negro.

§ 16. Na villa de Nossa Senhora do Alto Paraguay Diamantino, Provincia de Mato Grosso, composto dos eleitores da mesma villa e dos da villa de Nossa Senhora do Rosario do Rio Acima.

§ 17. Na villa de S. Gabriel, Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, comprehendendo as respectivas parochias.

§ 18. Na villa do Passo Fundo, na mesma Provincia,



comprehendendo os respectivos eleitores, os da Soledade e os da Lagôa Vermelha.

§ 19. Na villa de Santa Maria Magdalena, Provincia do Rio de Janeiro, composto dos eleitores das freguezias pertencentes ao municipio.

Art. 2.º Os eleitores da freguezia do Codó, Provincia do Maranhão, passarão a fazer parte do collegio de Croatá, da mesma Provincia.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 9 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1730 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1869.

Extingue o transito das sentenças e outros actos forenses pela Chancellaria das Relações.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica abolido o transito pela Chancellaria das Relações das sentenças, precatorias, alvarás, mandados e quaesquer outros actos forenses de qualquer juizo ou tribunal.

Paragrapho unico. Os embargos a accordão das relações serão oppostos dentro de cinco dias, contados da publicação ou intimação, requerendo-se para elles vista ao juiz relator.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Martiniano de Alencar, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em cinco de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Martiniano de Alencar.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 5 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*



DECRETO N. 1731—DE 5 DE OUTUBRO DE 1869.

Revoga o § 24 do art. 2.º da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860, e restabelece a disposição do art. 45 do Codigo Commercial.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. Fica revogado o § 24 do art. 2.º da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860, e restabelecida a disposição do art. 45 do Codigo Commercial.

José Martiniano de Alencar, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em cinco de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Martiniano de Alencar.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 5 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*

DECRETO N. 1732—DE 5 DE OUTUBRO DE 1869.

Autorisa o Governo a mandar pagar ao (Escrivão dos africanos livres Balbino José da França Ribeiro os vencimentos que lhe são devidos, e o forem até que se declare supprimido o lugar.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. O Governo mandará pagar ao Escrivão dos africanos livres Balbino José da França Ribeiro, os vencimentos, que lhe são devidos, e o forem até que se declare supprimido o lugar.

José Martiniano de Alencar, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em cinco de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Martiniano de Alencar.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 5 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*

DECRETO N. 1733 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1869.

Concede dez loterias á Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia da Candelaria da Corte, como Administradora do Imperial Hospital dos Lazaros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. São concedidas á Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia da Candelaria da Côte, como Administradora do Imperial Hospital dos Lazaros, dez loterias, que deveráo ser extrahidas em cinco annos, conforme o plano das demais loterias correntes destinadas a estabelecimentos pios; ficando revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 21 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 22 de Outubro de 1869.—*José Sereriano da Rocha.*

DECRETO N. 1734—DE 6 DE OUTUBRO DE 1869.

Autorisa o Governo a conceder isenção de direitos de importação dos machinismos e mais objectos necessários ás empresas de iluminação a gaz e canalisação de aguas e esgotos nas cidades de S. Paulo e de Santos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo concederá isenção de direitos de importação dos machinismos,apparelhos, utensis e mais objectos necessários para a iluminação a gaz carbonico e para a canalisação das aguas e dos esgotos, ás empresas que se propuzerem a realizar taes melhoramentos nas cidades de S. Paulo e de Santos.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 9 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 11 de Outubro de 1869. — O Director Geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

LEI N. 1733—DE 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Abre ao Ministerio da Marinha, para a compra da ilha das Enxadas, com todos os armazens e bemfeitorias, o credito extraordinario de 1.450:000\$000.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º E' aberto ao Ministerio da Marinha, para a compra da ilha das Enxadas, com todos os armazens e bemfeitorias, que actualmente possui, o credito extraordinario de 1.450:000\$000.

Art. 2.º Para occorrer á despesa decretada no artigo antecedente, o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda é autorisado a emittir apolices.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todos as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Rio Janeiro, em nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independência e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

Barão de Cotegipe.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, e abre ao Ministerio da Marinha, para a compra da ilha das Enxadas, com todos os armazens e bemfeitorias, o credito extraordinario de 1.450:000\$000.

Para Vossa Magestade Imperial vêr.

Francisco Barbosa de Moura, a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 12 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, em 13 de Outubro de 1869.—*Francisco Xavier Lomtempo.*



LEI N. 1736 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Abre ao Ministerio da Marinha, para as despezas do 2.º semestre do exercicio de 1869—1870, o credito extraordinario de 6.789:500\$000.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º E' aberto ao Ministerio da Marinha, para as despezas do 2.º semestre do exercicio de 1869—1870, o credito extraordinario de 6.789:500\$000, que será distribuido pelas rubricas:

Batalhão naval.....	40:000\$000
Arsenaes.....	1.468:000\$000
Força naval.....	3.441:500\$000
Navios desarmados.....	30:000\$000
Hospitaes.....	90:000\$000
Reformados.....	20:000\$000
Obras.....	200:000\$000
Despezas extraordinarias e eventuaes.	1.500:000\$000

Art. 2.º Para occorrer ás despezas extraordinarias decretadas no artigo antecedente, o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda é autorizado para fazer as operações de credito, que julgar convenientes.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

Barão de Cotegipe.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, e abre ao Ministerio da Marinha, para as despezas do 2.º semestre do exercicio de 1869—1870, o credito extraordinario de 6.789:500\$000.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Francisco Barbosa de Moura, a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 12 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, em 13 de Outubro de 1869. — *Francisco Xavier Bomtempo.*



DECRETO N. 1737—DE 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva o privilegio concedido a Benjamin Upton, para o fabrico e venda dos tijolos denominados American building block.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvedo o privilegio concedido a Benjamin Upton para o fabrico e venda dos tijolos denominados American building block.

Art. 2.º O prazo para a introduccão deste privilegio nas differentes Provincias do Imperio não excederá de dous annos a contar da data da presente Lei, seja qual fór a época em que o concessionario estabeleça as machinas para o fabrico dos mesmos tijolos.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 13 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 15 de Outubro de 1869.—O Director Geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1738—DE 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Autorisa o Governo a conceder ao bacharel Bento José da Costa Junior, isenção de direitos de importação a todos os objectos destinados à empresa de uma linha ferrea da cidade do Recife à povoação de Jaboatão na Provincia de Pernambuco.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao bacharel Bento José da Costa Junior, isenção de direitos sobre os objectos de que trata a condição do contracto celebrado por elle com a presidencia da Provincia de Pernambuco, para a construcção de uma linha ferrea da cidade do Recife à povoação de Jaboatão.

Paragrapho unico. O Governo fixará previamente a quantidade e qualidade dos objectos favorecidos com a isenção; a qual quanto ao carvão de pedra não poderá exceder ao prazo de 10 annos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 13 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 15 de Outubro de 1869. — O Director Geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1739—DE 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Autorisa o Governo a conceder á empresa que se organizar para construir o ramal ferreo do Rio Grande á cidade de Jacarehy, na Provincia de S. Paulo, os mesmos favores concedidos á companhia ingleza de Jundiahy a Santos, com excepção da garantia de juros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorisado a conceder á empresa que se organizar para construir o ramal ferreo do Rio Grande á cidade de Jacarehy, na Provincia de S. Paulo, os mesmos favores concedidos á companhia ingleza de Jundiahy a Santos, com excepção da garantia de juros.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 13 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 15 de Outubro de 1869.—O Director Geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1740—DE 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Anna Catharina Cavalcanti Franco, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes concedidas por Decretos de 22 de Junho de 1869: de 21\$000 a D. Anna Catharina Cavalcanti Franco, irmã do Tenente do 47.º corpo de voluntarios da patria Francisco Franco Cavalcanti de Albuquerque, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate; de 60\$000 ao Capitão do 6.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional Christovão Baum, invalidado em consequencia de ferimentos recebidos em combate; e de 30\$000, sem prejuizo do meio soldo, a D. Faustina Amalia Cavalcanti Uchôa, viuva do Capitão do 4.º batalhão de infantaria João Lins Cavalcanti Uchôa, morto em combate.

1º Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

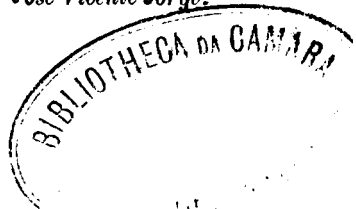
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 12 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1741—DE 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Paulina de Almeida Campos, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficção approvadas as seguintes pensões mensaes concedidas por Decretos de 28 de Julho de 1869: de 36\$000 a D. Paulina de Almeida Campos, viuva do Alferes do 24.º corpo de voluntarios da patria Virgilio José de Almeida Campos, fallecido em consequencia de ferimento recebido em combate; e ao Alferes honorario do exercito Augusto Barroso Pereira, invalidado em consequencia de ferimento recebido em combate; e de 60\$000 a D. Guilhermina Herbst, viuva do Capitão honorario do exercito João Luiz Herbst, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha.

Art. 2.º A pensão concedida por Decreto de 13 de Fevereiro de 1869 ao cabo de esquadra Joaquim Pedro da Silva, deve entender-se concedida ao cabo de esquadra Joaquim Pedro da Silveira.

Art. 3.º As pensões de 21\$000 e de 18\$000 mensaes concedidas por Decretos de 11 de Julho de 1868, sem prejuizo do meio soldo, a primeira ao Tenente da arma de infantaria Laurentino Pereira de Vasconcellos, e a segunda ao alferes do 21.º batalhão de infantaria João Lopes Gonçalves Palorga, que se tornárão invalidos em combate, devem ser consideradas como concedidas sem aquella clausula, nos termos do Decreto de 11 de Julho de 1869.

Art. 4.º A pensão concedida a D. Maria José de Sá Ferraz, viuva do Coronel do exercito Luiz Antonio Ferraz e a sua filha, por Decreto de 24 de Setembro de 1865, e approvada em 24 de Agosto de 1866, será paga desde a data do referido Decreto.

5.º As pensões de que trata o art. 1.º serão pagas nos respectivos Decretos.

São revogadas as disposições em con-

de Souza, do Meu Conselho, Mi-
de Estado dos Negocios do Imperio,
atendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 12 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1869. — *José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1742—DE 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Manoel Rodrigues de Araujo, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 26 de Maio de 1869:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 14.º corpo de voluntarios da patria Manoel Rodrigues de Araujo, do 27.º Antonio Gomes da Fonseca, do 28.º Antonio Manoel Francisco, do 40.º Domingos Francisco do Carmo, e do 13.º batalhão de infantaria Francisco Ferreira dos Santos ; de 500 réis ao cabo de esquadra do 14.º batalhão de infantaria João Camillo de Santa Anna, e ao forriel do 34.º corpo de voluntarios da patria Victor Xavier de Medeiros, todos invalidados por ferimentos recebidos em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 36\$ ao Alferes do 34.º corpo de voluntarios da patria José Maria Pacheco, ao dito secretario do 48.º José Pereira Maciel Sobrinho, e ao dito aggregado ao 5.º Avelino Alvares de Sá ; de 60\$ ao Capitão do 3.º corpo de voluntarios da patria Francisco de Souza Ferreira Rabello, todos invalidados em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas das datas dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 12 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1869.—*José Vicente Jorge.*



DECRETO N. 1743—DE 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva a pensão concedida a Alberto Daniel Pereira dos Santos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 60\$000 mensaes, concedida por Decreto de 16 de Junho de 1869, a Alberto Daniel Pereira dos Santos, filho do Capitão de Mar e Guerra Guilherme José Pereira dos Santos, até a sua maioridade.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do referido Decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 12 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1744—DE 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Declara ser sem prejuizo do meio soldo, que por lei competir-lhe, a pensão concedida por Decreto de 20 de Maio de 1868, a D. Hermelinda dos Guimarães Peixoto.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão annual de 1:200\$000, concedida por Decreto de 20 de Maio de 1868, a que ficou elevada a de 48\$000 mensaes, concedida por Decreto de 4 do mesmo mez e anno a D. Hermelinda dos Guimarães Peixoto, viuva do Tenente Coronel commandante do 1.º corpo de infantaria Francisco Maria dos Guimarães Peixoto, e approvada pelo Decreto n.º 1586 de 22 de Junho de 1869, deve entender-se, concedida sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 12 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1869. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 1743 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1869.

Autorisa o Governo para pagar a Jeronymo José Tavares a quantia de 3:670\$000, a que foi condemnada a Fazenda Nacional.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. Fica o Governo autorisado para pagar a Jeronymo José Tavares a quantia de 3:670\$000, a que foi condemnada a Fazenda Nacional por sentença do poder judicial passada em julgado ; revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 21 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 22 de Outubro de 1869. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1746—DE 13 DE OUTUBRO DE 1869.

Autorisa o Governo a contractar a (construcção, nos diferentes portos do Imperio, de dôcas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorisado para contractar a construcção, nos diferentes portos do Imperio, de dôcas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação, sob as seguintes bases :

§ 1.º Os emprezarios deverão sujeitar á approvação do Governo Imperial as plantas e os projectos das obras que pretenderem executar.

§ 2.º Fixaráo o capital da empresa, e não poderão augmental-o ou diminuil-o sem autorisação do Governo.

§ 3.º O prazo da concessão será fixado conforme as difficuldades da empresa, não podendo ser em caso nenhum maior de 90 annos. Findo o prazo ficarão pertencendo ao governo todas as obras e o material fixo e rodante da empresa.

§ 4.º A empresa deverá formar um fundo de amortização por meio de quotas deduzidas de seus lucro. liquidos, e calculadas de modo a reproduzir o capital no fim do prazo da concessão.

A formação desse fundo de amortização principiará ao mais tardar, 10 annos depois de concluidas as obras.

§ 5.º Os emprezarios poderão perceber, pelos serviços prestados em seus estabelecimentos, taxas reguladas por uma tarifa proposta pelos emprezarios e approvada pelo governo imperial.

Será revista esta tarifa pelo governo imperial de cinco em cinco annos ; mas a reducção geral das taxas só poderá ter lugar quando os lucros liquidos da empresa excederem a 12 %.

§ 6.º Poderá o governo conceder ás companhias de dôcas a faculdade de emittir titulos de garantia das mercadorias depositadas nos respectivos armazens, conhecidos pelo nome de *warrants*. Em regulamento especial deverá estabelecer as regras para emissão destes titulos e seu uso no Imperio.

§ 7.º O governo poderá encarregar ás companhias de

dócas o serviço de capatazias e de armazenagem das alfandegas.

Expedirá neste caso regulamentos e instrucções para estabelecer as relações da companhia com os empregados encarregados da percepção dos direitos das alfandegas.

§ 8.º Em cada contracto estipulará o governo as condições que julgar necessarias para assegurar a mais minuciosa e exacta fiscalisação e arrecadação dos direitos do Estado.

§ 9.º Ao governo fica reservado o direito de resgatar as propriedades da companhia em qualquer tempo depois dos 10 primeiros annos de sua conclusão.

O preço do resgate será fixado de modo que, reduzido a apolices da divida publica, produza uma renda equivalente a 8 % de todo o capital effectivamente empregado na empreza.

§ 10. Os emprezarios poderão desapropriar, na fórma do Decreto n. 1664 de 27 de Outubro de 1855, as propriedades e as bemfeitorias pertencentes a particulares, que se acharem em terrenos necessarios á construção das suas obras.

§ 11. O governo fará inspecção a execução e o custeio das obras, para assegurar o exacto cumprimento dos contractos que houver estabelecido.

§ 12. Os armazens das dócas construidas pelos emprezarios gozarão de todas as vantagens e favores concedidos por lei aos armazens alfandegados e entrepostos.


§ 13. As emprezas estrangeiras serão obrigadas a ter representantes nas localidades em que tiverem seus estabelecimentos, para tratarem directamente com o governo imperial. As questões que se suscitarem entre o governo e os emprezarios, a respeito dos seus direitos e obrigações, poderão ser decididas no Brasil por arbitros, dos quaes um será de nomeação do governo, o outro do emprezario, e o terceiro por accordo de ambas as partes, ou sorteados.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.



DECRETO N. 1747 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Carolina, Emilia e Maria, filhas do Capitão de commissão Henrique José Borges Soido, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 60\$000 mensaes, igual ao soldo de Capitão, concedida por Decreto de 24 de Abril de 1869, repartidamente, a Carolina, Emilia e Maria, filhas menores legitimadas do Capitão de commissão do 17.º batalhão de infantaria, Henrique José Borges Soido, a que foi elevada a de 21\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, concedida às mesmas menores como filhas legitimadas do Tenente do 17.º batalhão de infantaria Henrique José Borges Soido, por Decreto de 13 de Fevereiro de 1867, approvada pelo de n. 1398 de 7 de Agosto do mesmo anno; devendo esta pensão ser paga da data do Decreto de 13 de Fevereiro de 1867.

Art. 2.º Ficão tambem approvadas as seguintes pensões mensaes, equivalentes aos respectivos soldos por inteiro, concedidas por Decretos do 1.º de Maio de 1869; de 8\$000, ao imperial marinho de 3.ª classe Candido Gomes dos Santos, e de 12\$000 ao imperial marinho de 1.ª classe Manoel do Couto Loreto; devendo ambas estas pensões ser pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 20 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Outubro de 1869. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1748 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva a pensão concedida a D. Maria Luiza Goulart Rolim, e a seus filhos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 360\$000 annuaes concedida por Decreto de 23 de Setembro de 1868, a D. Maria Luiza Goulart Rolim, viuva do 1.º Tenente Bonifacio Gil Pinheiro, repartidamente com os seus filhos menores Joaquim, Rodolpho e Propicio, sómente até a maioridade dos ditos menores.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do supracitado Decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em dezoito de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria mór do Imperio.— *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 20 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Outubro de 1869. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1749 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva a redução da pensão de Clarimundo de Souza Lima, e as pensões concedidas a D. Maria da Gloria Barreto de Albuquerque Pinto, e a outro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 400 rs. diarios concedida por Decreto de 26 de Agosto de 1868 ao soldado do 12.º corpo provisorio de cavallaria Clarimundo de Souza Lima, a que fica reduzida desde a data do Decreto de 21 de Agosto de 1867, a pensão de 600 rs. diarios concedida pelo supracitado Decreto a Clarimundo de Souza Lima como 2.º sargento do mesmo 12.º corpo provisorio de cavallaria.

Art. 2.º Ficão tambem approvadas as seguintes pensões mensaes concedidas por Decretos de 2 de Setembro de 1868: de 60\$000 a D. Maria da Gloria Barreto de Albuquerque Pinto, viuva do Coronel da guarda nacional da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Tristão José Pinto, fallecido no exercito em operações no Paraguay; e de 48\$000, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir ao Tenente Coronel do 11.º batalhão de infantaria José Antonio da Silva Lopes, em consequencia de achar-se impossibilitado de procurar meios de subsistencia, por ferimentos recebidos em combate.

Art. 3.º Estas pensões serão pagas das datas dos Decretos de concessão.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 20 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Outubro de 1869. — *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1750— DE 20 DE OUTUBRO DE 1869.

Determina que a Lei n.º 1307 de 26 de Setembro de 1867 continue em vigor no exercicio de 1869 a 1870, com as alterações abaixo declaradas, enquanto não for promulgada a respectiva Lei de Orçamento.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º A Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, decretada para os exercicios de 1867 a 1868 e 1868 a 1869, continuará em vigor no exercicio de 1869 a 1870, enquanto não for promulgada a respectiva Lei de Orçamento, com as seguintes alterações:

§ 1.º Além dos direitos de importação (exceptuados os addicionaes) que pagão as mercadorias estrangeiras despachadas para consumo, cobrar-se-hão mais do 1.º de Janeiro de 1870 em diante 40 % da quantia em que importarem os mesmos direitos, sendo porém este augmento cobrado na razão de 30 % para as mercadorias, cujas taxas forão elevadas na nova tarifa em virtude da autorisação da base 5.ª do art. 9.º da Lei de 26 de Setembro de 1867.

A referida percentagem será annualmente alterada pelo Governo na razão inversa da subida do cambio acima de 18, publicada a alteração com tres mezes de antecedencia; cessando naquella época (1.º de Janeiro de 1870) a autorisação dada pelo § 1.º do art. 9.º da mencionada Lei para cobrança de 15 % dos direitos de importação em moeda de ouro pelo valor legal.

§ 2.º Cobrar-se-ha tambem do mesmo dia em diante um imposto addicional de 5 % sobre generos da tabella C, que acompanha a nova tarifa; ficando igual-

mente elevado a 5 %, o imposto adicional de 2 % que pagão os da tabella B e o expediente dos generos livres de direitos de consumo.

§ 3.º Fica elevado o imposto de ancoragem a quinhentos réis por tonelada sobre navios procedentes de portos estrangeiros, continuando em vigor as mais disposições do Decreto n.º 928 de 5 de Março de 1852 e Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e abolidas as isenções concedidas ás diversas companhias de vapores, salvas as obrigações provenientes de ajustes internacionaes, que actualmente existão.

A isenção do imposto de ancoragem de que gozão as embarcações nacionaes, que fazem o serviço de cabotagem, não é extensiva ás embarcações estrangeiras que se empregão no mesmo serviço.

§ 4.º Em substituição do imposto que pagão actualmente as mercadorias a título de dóca e de capatazias, o Governo fixará e cobrará uma taxa pelo serviço de descarga e embarque de mercadorias nas Alfandegas e seus trapiches segundo o peso e capacidade dos volumes. Poderá igualmente diminuir ou abolir os dias de estada livre para os generos armazenados, estabelecendo neste ultimo caso uma taxa pela demora dos volumes nos armazens, tendo em attenção a mesma base do peso e da capacidade. Estes serviços poderão ser contractados com alguma companhia que offereça garantias.

§ 5.º Ficão abolidos os direitos de reexportação e baldeação, o do dizimo do município, o expediente de 1/2 % dos generos nacionaes transportados de umas para outras Provincias, e o de 3 % dos generos estrangeiros despachados para consumo, e navegados com carta de guia, a começar do 1.º de Janeiro de 1870.

§ 6.º Fica igualmente abolido o imposto de dizima de chancellaria, e o que creou a Lei de 26 de Setembro de 1867 sobre vencimentos, pensões, etc. A's pessoas sujeitas a este ultimo fica extensivo o imposto pessoal.

§ 7.º O imposto a que se refere o Decreto n.º 1849 de 10 de Dezembro de 1836, art. 1.º n.ºs 3 e 4, fóra dos limites da cidade demarcados para a cobrança da decima urbana, só será applicado aos carros que andão a frete.

§ 8.º Na avaliação da taxa proporcional do imposto de industria e profissão não se levará em conta o valor dos instrumentos de produção.

§ 9.º Fica prorogado durante o prazo da presente

Resolução a autorização concedida ao Governo para alterar os Regulamentos das Repartições de Fazenda, promulgados em virtude da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867.

§ 10. E' o Governo autorizado para alterar o Regulamento do sello ultimamente publicado, para o fim de incluir nelle novos e velhos direitos de mercês pecuniarias.

§ 11. Fica o Governo igualmente autorizado a fazer quaesquer operações de credito para preencher o deficit que possa resultar da receita arrecadada para a despesa votada no exercicio da presente Lei; e bem assim as que forem necessarias para o fim de consolidar a divida fluctuante na parte que julgue conveniente.

§ 12. Fica tambem o Governo autorizado a despende no corrente exercicio com o pagamento de dividas de exercicios findos até quinhentos contos de réis.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou aos 21 de Outubro de 1869. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, aos 22 de Outubro de 1869. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1751 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Eulalia Candida Cardoso de Barros, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 18 de Agosto de 1869:

§ 1.º Pensões mensaes : de 30\$000, sem prejuizo do meiosoldo que lhe competir, a D. Eulalia Candida Cardoso de Barros, viuva do Capitão do 13.º batalhão de infantaria José Lopes de Barros, fallecido em consequencia de ferimento recebido em combate; de 60\$000 ao Capitão do 46.º corpo de voluntarios da patria Guilherme José Ramos, inhabilitado por ferimentos recebidos em combate; e a de 36\$000 ao Alferes do 51.º corpo de voluntarios da patria, inhabilitado em consequencia de ferimentos recebidos em combate, João Barbosa de Góes.

§ 2.º Pensões diarias : de 600 rs. aos 2.ºs sargentos, José Victor Modesto e João da Silva Lopes, aquelle do 25.º e este do 33.º corpo de voluntarios da patria, e ao 1.º sargento do 51.º da mesma arma Severiano Demetrio da Silva Couto Valente, e bem assim ao 2.º sargento do 14.º batalhão de infantaria Antonio Manoel do Nascimento, todos inhabilitados por ferimentos recebidos em combates; de 500 rs. ao anseçada do 25.º corpo de voluntarios da patria Manoel Basilio Nery Cavalcanti, invalido por igual motivo; de 400 rs. a cada um dos seguintes soldados : do 1.º regimento de artilharia a cavallo Zeferino Francisco Portella, do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Domingos Pontes Pedroso, do 1.º batalhão de infantaria Joaquim Custodio da Rocha, do 2.º Abel Gomes dos Santos, do 3.º Basilio Antonio de Souza, do 4.º Francisco da Rocha, do 7.º Manoel Vicente Marques, do 8.º Francisco Manoel dos Santos Vital Cavaco, do 13.º Manoel Rodrigues Veras, do 14.º Manoel Carlos Barata e Raymundo Pereira Lima, do 16.º Rufino Saraiva de Assis, do 27.º corpo de voluntarios da patria João Barbosa dos Santos, do 32.º Domingos Gonçalves da Cruz, do 39.º Joaquim Maria da Silva, do 41.º Laurentino Mauricio dos Santos, do 42.º Amaro Vieira José da Silva, do 46.º Candido de Santa Anna, do 51.º Floriano Bernardo de Carvalho e Pedro Antonio Simão.

do 53.º Antonio Ignacio da Cunha, e do 54.º Manoel Rufino de Barros, todos invalidos em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

§ 3.º Assim mais a de 400 rs. diarios approvada por Decreto de 10 de Junho de 1868 a que servio de base o Decreto de 21 de Agosto de 1867, declarado em 18 de Agosto de 1869 ser concedida ao soldado reformado do 42.º corpo de voluntarios da patria José Felismino da Silva Guabiraba.

Art. 2.º Ficão tambem approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 7 de Agosto de 1869 a saber :

§ 1.º Pensões diarias: de 400 rs. aos soldados, do 24.º corpo de voluntarios da patria Luiz Antonio de Santa Anna, do 27.º Julio José das Chagas, do 31.º Manoel da Silveira Machado, do 33.º Silvino José dos Santos, do 34.º João Fernandes Chaves, do 46.º Agostinho Ribeiro de Almeida e Manoel Mauricio de Souza, do 47.º Jeronymo Leandro de Oliveira, do 51.º Domingos Accacio de Almeida, e ao voluntario da patria addido ao 4.º batalhão de artilharia a pé João José Antunes da Silva, do 1.º batalhão de artilharia a pé Victor Manoel Accacio, do 3.º Julião Vieira de Salles, do batalhão de engenheiros Ignacio Alves Ferreira, do 13.º batalhão de infantaria Manoel Corrêa de Montes, do 14.º Joaquim Manoel de Queiroz e João Raymundo de Souza, do 16.º Manoel dos Santos Almeida, do 2.º regimento de cavallaria ligeira Antonio José da Silva; de 500 rs. aos ansepeçadas, do 26.º corpo de voluntarios da patria Generoso Rodrigues Moreira, do 32.º Vicente Marques da Silveira, do 39.º Francisco Alves da Silva, do 3.º batalhão de infantaria Manoel Athanazio de Santa Anna, do 8.º João Alves da Silva, e aos cabos de esquadra, do 48.º corpo de voluntarios da patria Balduino Satyro da Silva, do 3.º batalhão de infantaria José Anacleto Rosa, e do 4.º Americo Pereira do Valle, e finalmente de 600 rs. ao 2.º sargento do 9.º batalhão de infantaria Miguel Gabriel Pereira de Lyra, todos invalidados em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 36\$000 ao Alferes do 16.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Raymundo Farias Vasques, e de 42\$000 ao Tenente do 18.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Manoel Rodrigues Pavão, ambos invalidados por ferimentos recebidos em combate.

Art. 3.º Ficão da mesma sorte approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 11 de Agosto

de 1869 : de 60\$000 a D. Maria Catharina Niederauer, viuva do Coronel João Niederauer Sobrinho, morto no combate de Avahy, e de igual quantia, repartidamente, aos seus filhos Gabriella, Delfina, João e José, sendo, quanto aos dous ultimos, sómente até a sua maioridade; de 96\$000, também mensaes, a D. Maria Baptista de Oliveira, viuva do Tenente Coronel commandante do 14.º corpo provisorio de cavallaria João Baptista de Oliveira, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha; e de 36\$000 annuaes, igual ao soldo de reformado que percebe, ao soldado do batalhão naval Heleodoro José da Costa, que se invalidou em combate.

Art. 4.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 5.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e dous de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

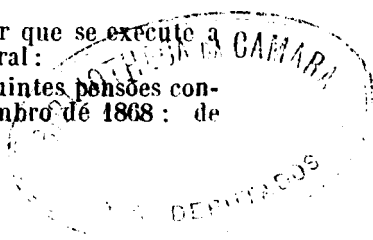
Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Outubro de 1869. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1752 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Joaquina Amalia da Cunha Telles, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 19 de Setembro de 1868 : de



504\$ annuaes, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir, a D. Maria Joaquina Amalia da Cunha Telles, mãe do Major de cavallaria Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz; por Decretos de 23 do referido mez e anno, de 400 rs. diarios aos soldados, do 29.º corpo de voluntarios da patria Bento Francisco Lopes da Fonseca, do 13.º batalhão de infantaria Joaquim José Luiz, do 15.º Balbino Borges, do 13.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul João Paulo Lopes de Freitas, do corpo de pontoneiros Manoel do Nascimento; de 500 rs. diarios aos anseçadas, do 38.º corpo, de voluntarios da patria Francisco Felix de Cantalice e do 8.º batalhão de infantaria Antonio Manoel dos Anjos.

Art. 2.º Estas pensões deverão ser pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e dous de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Outubro de 1869. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1753 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao soldado Felix Pereira Lima do Nascimento, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 21 de Novembro de 1868 :

§ 1.º Pensões diarias : de 400 rs. aos soldados, do 27.º corpo de voluntarios da patria Felix Pereira Lima do Nascimento, do 4.º batalhão de infantaria Luiz José de Santa Anna, do 13.º Simão José Antonio do Nascimento, e do 1.º regimento de artilharia a cavallo Miguel Rodrigues de Oliveira ; de 500 rs. aos cabos de esquadra, do 5.º batalhão de infantaria Manoel Virgilio Cordeiro, do 12.º Eleuterio Francisco de Souza, ao cabo clarim do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Ismael Antonio de Souza, e ao forriell reformado do 14.º batalhão de infantaria José Antonio de Mattos Fontes ; e de 600 rs. ao 1.º sargento do 53.º corpo de voluntarios da patria Manoel Pessoa Ferreira; todos invalidados em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

§ 2.º Pensão mensal sem prejuizo do meio soldo que lhe competir de 18\$000, ao Alferes do 5.º batalhão de infantaria Chilon José Avelino, invalidado em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

§ 3.º Pensões annuaes : de 144\$000 ao imperial marinhheiro Emygdio Mamede Vieira, e de 144\$000 tambem ao imperial marinhheiro reformado João Felix do Nascimento, ambos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e dous de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar*.

Transitou em 26 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Outubro de 1869. — *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1754 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a Francisco Marianno Franco de Sá, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, a saber: por Decreto de 6 de Fevereiro de 1869, de 500 réis diarios ao forriel do batalhão de engenheiros Francisco Marianno Franco de Sá; por Decretos de 20 do mesmo mez e anno, de 500 réis diarios a Joanna Maria da Conceição, mulher do cabo de esquadra do 16.º batalhão de infantaria Manoel Theodosio Pereira, e de 30\$000 mensaes a D. Amelia da Fonseca, irmã do Capitão de infantaria e Major de commissão Eduardo Emiliano da Fonseca.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte dous de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancelleria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Outubro de 1869.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1755 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva a pensão concedida a Jesuina Henriqueta de Mattos, e declara que a pensão concedida a Antonio Severino da Silva, deve entender-se com Antonio Severino de Oliveira Santos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 600 rs. diarios concedida por Decreto de 12 de Setembro de 1868 a Jesuina Henriqueta de Mattos, viuva do 2.º sargento do 16.º batalhão de infantaria Generoso Joaquim de Santa Anna, morto no assalto ás fortificações do Estabelecimento, na republica do Paraguay, devendo esta pensão ser paga da data do mesmo Decreto.

Art. 2.º A pensão de 400 rs. diarios concedida por Decreto de 25 de Abril de 1868 ao soldado do 32.º corpo de voluntarios da patria com o nome de Antonio Severino da Silva, entenda-se com o soldado do mesmo corpo de voluntarios da patria Antonio Severino de Oliveira Santos, segundo o Decreto de 12 de Setembro de 1868, devendo, porém, esta pensão ser paga da data do primeiro Decreto de concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e dous de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Império.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Império, em 27 de Outubro de 1869.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1756 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva a pensão concedida a Manoel Anselmo de Jesus.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da assembléa geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 144\$ annuaes, concedida por Decreto de 19 de Dezembro de 1868 ao cabo de esquadra do batalhão naval Manoel Anselmo de Jesus, o qual, em consequencia de ferimentos recebidos em combate, ficou impossibilitado de procurar meios de subsistencia.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do mesmo Decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e dous de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Império.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Império, em 27 de Outubro de 1869.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1757 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1869.

Autorisa o Governo a conceder carta de naturalisação ao subdito portuguez José da Silva Campos, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão naturalisados cidadãos brasileiros:

§ 1.º Os subditos portuguezes José da Silva Campos, José Maria Barreto Borges, João José da Silva Santos, João Gonçalves Rocha, Joaquim Pinto de Moura, Francisco de Souza Vaz e José Lopes Pastor, residentes na cidade de Caxias, da Provincia do Maranhão; Manoel Pereira da Silva, residente em S. João da Barra, da Provincia do Rio de Janeiro; Domingos Coelho da Silva, Manoel Lima da Camara, José Pedro da Silva Camacho e Fernando José Alves de Souza, residentes nesta Córte; João Franco de Santa Anna, residente no Rio de Janeiro; Augusto Carneiro dos Santos, residente na cidade da Laguna, da Provincia de Santa Catharina; José de Barros Pinto Guimarães e Francisco Ferreira de Andrade, residentes no termo de Ubá, da Provincia de Minas Geraes; Antonio Franco Caiado e Joaquim Antonio Cardoso, residentes no Brasil.

§ 2.º O cidadão americano natural da Prussia, Dr. Gustavo Adolpho Walbaun, medico, residente no Brasil.

§ 3.º O subdito allemão, natural de Wurtemberg, Carlos F. Scheller, professor particular, residente nesta córte.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e dous de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 26 de Outubro de 1869.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Outubro de 1869.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1758 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1869.

Auto isa o Governo a conceder a James B. Bond isenção de direitos de todo o material necessario para o assentamento de trilhos de ferro nas ruas e arrabaldes da Capital da Provincia do Pará, e para a construcção de uma estrada de ferro entre a mesma Capital e a Cidade de Bragança.

Hei por bem Sanccionar e Mandar* que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorisado a conceder a James B. Bond: primeiro, isenção de direitos sobre todo o material necessario á empreza que tem por fim o assentamento de trilhos de ferro nas ruas e nos arrabaldes da Capital da Provincia do Pará para o transito de vehiculos destinados ao transporte de passageiros e a conducção de cargas; segundo, a construcção de uma estrada de ferro entre a mesma Capital e a Cidade de Bragança.

Art. 2.º O Governo determinará previamente a quantidade e qualidade dos materiaes, ácerca dos quaes deve tornar-se effectiva a isenção.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Antão Fernandes Leão.

DECRETO N. 1759—DE 26 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas a D. Carlota FERREIRA de Castro,
e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 1 de Setembro de 1869:

1.º De 66\$ mensaes a D. Carlota Ferreira de Castro, viuva do Tenente Coronel de commissão Carlos Cyrillo de Castro, fallecido de molestia adquirida em campanha, sem prejuizo de meio soldo que lhe possa competir.

2.º De 60\$ mensaes a D. Delmira Febronia de Oliveira, igual ao soldo da patente de seu filho Capitão de commissão Salvino Antonio de Oliveira, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

3.º De 30\$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo que lhe compete, a D. Isabel Grifeldes Sucupira Pereira, viuva do Capitão do exercito João Caetano Pereira, morto em combate.

4.º De 36\$ mensaes ao Alferes Leão Francisco Santiago, do 48.º corpo de voluntarios da patria, inutilizado por ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º Ficão igualmente approvadas as concedidas por Decreto de 9 do mesmo, em attenção aos relevantes serviços do Brigadeiro João Manoel Menna Barreto, morto em combate no Paraguay, da quantia de 600\$000 annuaes a cada um dos filhos do dito Brigadeiro, Maria Adelaide Menna Barreto, Balbina Palmeira Menna Barreto, Alice Palmeira Menna Barreto e João Carlos Menna Barreto, sendo, quanto ao ultimo, até a sua maioridade.

Art. 3.º Fica approvada a declaração feita no Decreto do 1.º do mesmo, que a pensão de 42\$000 mensaes, concedida por Decreto de 19 de Junho de 1867 á mãe do Tenente Feliciano Martins de Castilho, com o nome de D. Felisberta Martins de Carvalho, approvada pelo Decreto n. 1315 de 28 de Setembro do mesmo anno, se entende com D. Felisberta Fagundes de Carvalho Martins, verdadeiro nome da mãe do supracitado Tenente da guarda nacional Feliciano Martins de Castilho, morto em campanha no Paraguay.

Art. 4.º Estas pensões serão pagas desde a data dos Decretos de sua concessão, e a de que ora se rectifica o erro havido de nome da concessionaria se retrahê ao Decreto de 19 de Junho, approvado pelo de n. 1315 de 28 de Setembro de 1867.

Art. 5.º Ficção também approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 15 do mesmo:

§ 1.º Pensões mensaes: de 18\$000 a D. Anna Rosa Pereira de Magalhães, mãe do 2.º sargento do 49.º corpo de voluntarios da patria, Delfino Amaro de Magalhães; de 36\$000 aos Alferes, do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul, Quirino José dos Santos, do 7.º dito Antonio Francisco Moreira, e do 50.º corpo de voluntarios da patria Francisco Corrêa de Mattos; de 42\$000 ao Tenente do 29.º corpo de voluntarios da patria Luiz Portella, e de igual quantia a D. Anna de Sá e Oliveira, viuva do Capitão Tenente da armada Lucio Joaquim de Oliveira.

§ 2.º Pensão mensal sem prejuizo do meio soldo de 24\$000 a D. Dulce Maria Ribeiro da Costa, viuva do Tenente do exercito Antonio José da Costa.

§ 3.º Pensão diaria de 500 rs. ao cabo de esquadra do 1.º batalhão de infantaria Manoel Roque da Silva.

Art. 6.º Estas pensões serão pagas das datas dos respectivos Decretos.

Art. 7.º A pensão de 400 rs. diarios concedida por Decreto de 13 de Fevereiro de 1867 a Manoel Theodoro, soldado do 2.º corpo de cavallaria da guarda nacional, e approvada pelo Decreto Legislativo n. 1398 de 7 de Agosto do mesmo anno, deve entender-se concedida ao mesmo na qualidade de soldado do 37.º corpo de voluntarios da patria; devendo esta pensão ser paga da data do Decreto de 13 de Fevereiro de 1867.

Art. 8.º São revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadregesimo oitavo da independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Novembro de 1869. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1760 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva as pensões concedidas ao soldado Manoel Francisco de Souza, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 17 de Abril de 1869 :

Pensões diarias: de 400 rs. aos soldados, do 9.º batalhão de infantaria Manoel Francisco de Souza; do 31.º corpo de voluntarios da patria José Pedro de Cerqueira; do 46.º João Furtado.

Pensões mensaes: de 12\$000 a Izabel Alves Pereira Simões, viuva do soldado do 42.º corpo de voluntarios da patria Augusto Emiliano Tiburcio Falcão; de 36\$000 ao Alferes do 24.º corpo de voluntarios da patria Manoel Joaquim Cardoso.

Art. 2.º Ficão tambem approvadas as seguintes pensões mensaes concedidas por Decretos de 13 de Março de 1869: de 36\$000 ao Alferes do 24.º corpo de voluntarios da patria Francisco de Oliveira Campos; de 36\$000 ao Alferes do 31.º corpo de voluntarios da patria João de Souza Menezes; de 60\$000 ao Capitão do 24.º corpo de voluntarios da patria João Antonio de Oliveira: todos invalidados em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 3.º Ficão igualmente approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 16 de Junho de 1869:

Pensões diarias: de 400 rs. aos soldados, do 26.º corpo de voluntarios da patria José Pimenta de Aguiar, do 27.º Porfirio José Trindade, do 31.º Manoel Vicente do Nascimento, do 32.º Silvano Ribeiro dos Santos, do 33.º João da Motta de Siqueira, do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Constantino Cabral da Rosa e Antonio Ferreira Terris Junior, do 2.º batalhão de infantaria Adão José Francisco, do 3.º Antonio José Nunes, do 5.º Damasio da Trindade, do 8.º Joaquim Ferreira Alves, do 10.º Ascencio Gomes da Silva, do 11.º Joaquim Lino Moreno, do 13.º Manoel Basilio Bezerra, do 14.º José de Senna Moraes, do 1.º regimento de artilharia a cavallo Faustino Antonio Dutra, aos 1.ºs cadetes do 4.º corpo de caçadores a cavallo Gabriel Archanjo da Silva, e do 14.º batalhão de infantaria Antonio Joaquim Carneiro Leão, ao 2.º cadete do 1.º regimento de artilharia a cavallo Orozimbo Carlos

Corrêa Lemos, e ao particular do 33.º corpo de voluntarios da patria Casimiro Eduardo Cratingui; de 500 rs. ao anseçada do 39.º corpo de voluntarios da patria Manoel Lopes de Lyra, e aos cabos de esquadra, do 34.º Thomaz José de Aquino, do 40.º Torquato Vidal de Souza, e do 13.º batalhão de infantaria Domingos Gonçalves de Macedo; e finalmente de 600 rs. aos 1.ºs sargentos, do 54.º corpo de voluntarios da patria Manoel Antonio Belmiro dos Santos, do 36.º José Avelino Martins Bezerra, do 13.º batalhão de infantaria e mestre de musica do mesmo batalhão José Francisco do Carmo, e ao 2.º sargento do 16.º José Rodrigues Cabral Noya: todos invalidados em combate.

Pensões mensaes: de 36\$000 ao Alferes do 26.º corpo de voluntarios da patria José Augusto da Frota Menezes, de 42\$000 aos Tenentes, do 23.º corpo de voluntarios da patria Manoel Francisco de Abreu, do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Antonio Lino de Figueiredo Moreira, de 60\$000 aos Capitães do 24.º corpo de voluntarios da patria Antonio Bezerra Cabral, do 26.º João Francisco Pereira dos Santos, e do extinto 47.º João Maria dos Santos: todos invalidados em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 4.º Ficão da mesma sorte approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 24 de Outubro de 1868, a saber:

Pensões diarias: de 400 rs. aos soldados, do 14.º corpo de voluntarios da patria João Moreira Caldas, do 30.º dito Felipe Nery Alves, do 39.º dito Manoel Tiburcio de Menezes, do 46.º dito Flauzzino de Souza D'orta, do 3.º batalhão de artilharia a pé João Francisco Pereira, do 1.º batalhão de infantaria Luiz Antonio dos Santos, do 12.º batalhão dito Antonio Alves Fagundes, do 14.º dito José Bandeira de Mello, do 16.º dito José Felix do Amaral, Henrique Gargáu e Luiz Antonio dos Santos, e do batalhão de engenheiros Ambrozio Mendes da Silva; de 500 rs. ao anseçada do 54.º corpo de voluntarios da patria Garcia do José de Brito, e ao cabo de esquadra do 48.º corpo dito José Maria do Bomfim.

Pensões mensaes: de 36\$000 ao Alferes do 39.º corpo de voluntarios da patria Manoel Carneiro de Barros, e de 84\$000 ao Major da guarda nacional Aurelio Corrêa de Andrade.

Art. 5.º Ficão do mesmo modo approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 28 de Outubro de 1868, a saber:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 rs. aos soldados, do 28.º corpo de voluntarios da patria José Honorato do Espirito Santo, do 31.º dito Estevão Pereira da Silva, do 34.º dito Sabino Januario dos Santos, do 35.º dito Joaquim Alves de Paiva, do 55.º dito Nazario Ribeiro do Nascimento, do 3.º batalhão de infantaria Vicente José dos Santos, do 5.º dito João Baptista dos Santos, do 8.º dito Manoel Jeronymo, do 12.º dito Jovino Pereira de Souza, do 13.º dito Francisco José de Souza, do 14.º dito José Francisco Alexandre; de 500 rs. ao anspeçada do 4.º batalhão de artilharia a pé Felicio Benjamim Chrispim, e aos cabos de esquadra, do 8.º batalhão de infantaria João Carneiro da Silva e Antonio Fernandes Mendes Couto; de 600 rs. aos 2.ºs sargentos, Conrado Xavier de Mattos, do batalhão de engenheiros, e João José da Cruz Junior do 49.º corpo de voluntarios da patria.

§ 2.º Pensões mensaes: de 30\$000, correspondente á metade da gratificação marcada na tabella annexa ao Decreto n. 4173 de 6 de Maio de 1868, ao Fiel de 2.ª classe do corpo de fazenda da armada, Antonio José Dias da Fonseca, e de 42\$000 ao Tenente do 14.º corpo provisorio de cavallaria, Manoel Vieira Rodrigues.

Art. 6.º Ficão da mesma maneira approvadas as seguintes pensões diarias concedidas por Decretos de 17 de Outubro de 1868, a saber: de 400 rs. aos soldados, do 49.º corpo de voluntarios da patria Francisco Pinheiro de Barros, do 31.º corpo dito Jacintho Raposo da Costa, do 14.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Firmino Soares de Moraes, do 3.º batalhão de infantaria Ignacio Nunes da Costa, do 7.º batalhão dito Antonio Carlos Teixeira e Candido Rodrigues da Costa, do 16.º dito dito Manoel Demetrio da Silva, 1.º cadete do 53.º corpo de voluntarios da patria, Luiz Antonio de Almeida Nobre, e soldado do corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Felisberto Lourenço Vidal; de 500 rs. ao cabo de esquadra do 3.º batalhão de artilharia a pé João Francisco do Nascimento, e aos anspeçadas, do 2.º regimento de cavallaria ligeira, Manoel da Cruz, e do 2.º batalhão de infantaria João Luiz do Nascimento.

Art. 7.º Ficão de igual sorte approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 14 de Julho de 1869, a saber:

§ 1.º A pensão annual de 600\$000 ao padre Eusebio do Couto Barbosa, vigario collado da freguezia de S. João do Morro Grande da Diocese de Marianna, depois de

verificar a resignação do beneficio, cujas obrigações não pôde preencher.

§ 2.º As pensões mensaes: de 42\$000, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Maria Paraguassú de Albuquerque Maranhão, viuva do Major de infantaria Timoleão Peres de Albuquerque Maranhão, morto em combate; de 36\$000 a D. Ursulina Ferreira de Souza, mãe do Alferes em commissão do 8.º batalhão de infantaria Antonio Martinho dos Santos, fallecido em consequencia de ferimento recebido em combate; de 60\$000 ao Capitão do 39.º corpo de voluntarios da patria José Cornelio Barbosa, impossibilitado de servir em consequencia de ferimentos recebidos em combate; de 36\$000 aos Alferes, do 15.º corpo de cavallaria de guardas nacionaes do Rio Grande do Sul Bento Mendes de Moraes, invalidado por ferimentos recebidos em combate, e do 32.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Antonio Mattoso Ferraz, por igual motivo.

§ 3.º As pensões diarias: de 600 rs. ao sargento ajudante do 51.º corpo de voluntarios da patria Oscar Ferreira dos Santos Lima, inutilizado por ferimentos recebidos em combate; de 500 rs. ao forriell do 6.º corpo de cavallaria de guardas nacionaes do Rio Grande do Sul Manoel Ignacio da Rosa, e ao cabo de esquadra do 2.º regimento de cavallaria ligeira Lauriano Ramos, por ficarem invalidados em consequencia de ferimentos recebidos em combate; de 400 rs. ao 2.º cadete do 25.º corpo de voluntarios da patria Salustiano José Duarte Messeder, e igualmente ao soldado do 46.º corpo da mesma arma Thimoteo da Costa Dantas, invalidado em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 8.º Ficão como as precedentes approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 7 de Julho de 1869, a saber:

§ 1.º A pensão mensal de 30\$000 a D. Rita de Cassia Alcibiades, mãe do Capitão do 11.º batalhão de infantaria José Alcibiades Carneiro, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir.

§ 2.º A pensão annual de 480\$000 que foi concedida por Decreto de 15 de Fevereiro de 1868 á viuva do machinista João Isidoro de Carvalho, Magdalena de Oliveira Carvalho, sendo esta já fallecida, reverte aos orphãos Eduardo e João, filhos legitimos do casal do predito machinista, até a idade de 21 annos.

Art. 9.º Estas pensões serão pagas desde a data de sua concessão, exceptuadas a do art. 7.º § 1.º que ex-

pende clausula consignada no mesmo paragrapho ; assim como a do § 2.º do art. 8.º cujo pagamento se deverá fazer da data do Decreto de 15 de Fevereiro de 1868.

Art. 10. São revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Outubro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*José Martiniano de Alencar.*

Transitou em 28 de Outubro de 1869. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Novembro de 1869.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

